

PAULO ANGLADA

MANUSCRITOLOGIA *do* NOVO TESTAMENTO

HISTÓRIA, CORRENTES TEXTUAIS E
O FINAL DO EVANGELHO DE MARCOS



*Manuscritologia do Novo Testamento: História, Correntes Textuais e o
Final do Evangelho de Marcos* de Paulo Roberto Batista Anglada © 2014

Knox Publicações. Todos os direitos reservados.

1ª edição: 2014

Revisão

Anna Layse Davis

Layse Anglada

Editoração e Capa

Paulus Anglada

Anglada, Paulo Roberto Batista

A589m *Manuscritologia do Novo Testamento – História, Correntes Textuais e o Final do Evangelho de Marcos* /
Paulo Roberto Batista Anglada –

Ananindeua: Knox Publicações, 2014.

192p.; 14x21x1cm.

ISBN: 978-85-61184-10-0

1. Manuscritologia. 2. Crítica Textual. 3. Escrituras Sagradas.

CDD 21ed. 220



KNOX PUBLICAÇÕES

Estrada do Caixa Pará, 49 – Levilândia

CEP: 67015-520 / Ananindeua – PA

Fone: (11) 3042-9930

contato@knoxpublicacoes.com.br

www.knoxpublicacoes.com.br

*Aos ministros do Presbitério Equatorial,
amigos leais e companheiros de lutas
em prol do evangelho de Cristo
(Fp 1:27-29; 2:29)*

PREFÁCIO

As Escrituras são o fundamento da fé cristã, cuja pedra angular é Cristo Jesus. Todos os demais departamentos da teologia sistemática e da teologia prática devem estar alicerçados exclusivamente nelas, ou estarão fadados ao desvio e ao erro. A fé reformada, particularmente, tem a sua mais profunda e ampla expressão no brado latino *Sola Scriptura*. Ela não se fundamenta em tradições, na razão, nas experiências ou na subjetividade humanas, nem em supostas novas revelações do Espírito, mas exclusivamente na revelação escrita, inspirada, infalível, inerrante e autoritativa: a Bíblia Sagrada. Nós cremos, conforme professamos na Confissão de Fé de Westminster, que:

Todo conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela.¹

Em adição a isso, não entendemos a doutrina bíblica da inspiração meramente em termos das idéias gerais ou dos fatos históricos. Cremos que as próprias palavras empregadas na Bíblia foram determinadas pelo Espírito Santo, pela livre instrumentalidade dos seus autores; e que a interpretação correta da sua mensagem depende, entre outras coisas, da compreensão da gramática e do significado das palavras utilizadas.

Entretanto, os documentos originais da Bíblia não foram miraculosamente preservados. Eles não foram guardados intocadamente em um cofre climatizado, para a consulta virtual dos estudiosos e tradutores. Eles logo pereceram, pelo uso da Igreja e pelo efeito do tempo, da umidade, etc. O texto original do Novo Testamento (objeto do estudo deste livro), foi preservado por meio de milhares de manuscritos em papiros, pergaminhos, versões antigas, lecionários² e citações dos Pais da Igreja, os quais diferem entre si, em menor ou maior grau.

Por essas razões, é imprescindível identificar com precisão, a partir do estudo dessas fontes, o texto original inspirado das Escrituras. Ocorre que os estudiosos desses documentos encontram-se divididos em três correntes principais: alguns sustentam o *Textus Receptus*, uma forma de texto publicada e empregada entre os séculos XVI e XIX, o qual reproduz, de forma mais ou menos empírica, a maioria dos manuscritos preservados. Outros promovem textos gregos ecléticos, construídos com base em alguns poucos manuscritos gregos antigos, provenientes dos séculos IV e V. Uma

terceira corrente textual defende o Texto Majoritário, encontrado na maioria dos manuscritos preservados, incluindo papiros, pergaminhos, versões antigas, citações de Pais da Igreja e lecionários.

Este livro pretende familiarizar os leitores com a história manuscrita e impressa do Novo Testamento, e com as correntes textuais mais importantes, investigando as principais pressuposições teológicas, teorias históricas e metodologias características dessas correntes; além de discutir uma das mais importantes variantes textuais do Novo Testamento: o final do Evangelho de Marcos.

A obra é dirigida especialmente a estudantes, ministros do evangelho e professores de seminário. Entretanto, acredito que todos os interessados no estudo da Bíblia poderão alcançar proveito com a sua leitura.

Desejo expressar, aqui, os meus agradecimentos a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para a preparação e publicação desta obra. Agradeço primeiramente à minha família: aos meus pais, Hélio e Beatriz (em memória), pela formação que me proporcionaram; aos meus filhos, Karis Beatriz, Paulus Roberto e Anna Layse, pela importante colaboração; e, especialmente, à minha querida esposa, Layse, auxiliadora paciente e dedicada em todas as áreas da minha vida e ministério. Agradeço também aos amados irmãos, membros da Igreja Presbiteriana Central do Pará, pela valiosa cooperação durante os cerca de vinte e oito anos como pastor efetivo da igreja, e, particularmente agora, como pastor emérito. Agradeço, igualmente, ao estimado irmão em Cristo Josias Baía e família, pela importante contribuição para a publicação deste livro. Sou grato principalmente a Deus, pela soberana e graciosa salvação, vocação e providência em Cristo Jesus.

Charlotte, NC, 15 de maio de 2014

Paulo R. B. Anglada

¹ Capítulo I, parágrafo VI.

² Porção das Escrituras lida em datas específicas do calendário cristão.

ÍNDICE

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO

Assunto e Delimitação

Relevância

Problemas e Situação

1 HISTÓRIA DO TEXTO

Igreja Antiga: Obscuridade de Informações

Idade Média: Padronização do Texto Manuscrito

Reforma: Padronização do Textus Receptus

Pós-Reforma: Acúmulo de Evidências Textuais

Moderna: Predomínio dos Textos Ecléticos e Reações à Escola de Westcott-Hort

História da Disciplina no Brasil

2 O TEXTUS RECEPTUS

Pressuposições Teológicas

Teorias Históricas

Metodologias

Conclusões

3 OS TEXTOS ECLÉTICOS

Pressuposições Teológicas e Filosóficas

Teorias Históricas

Metodologias

Conclusão

4 O TEXTO MAJORITÁRIO

Pressuposições Teológicas e Filosóficas

Teorias Históricas

Metodologias

Conclusão

5 EXEMPLO PRÁTICO: O FINAL DO EVANGELHO DE MARCOS

Evidências Externas

O Testemunho de X e B Contra o Final de Marcos

Evidências Internas

Conclusão

6 CONCLUSÃO

APÊNDICE 1: GRÁFICO DA HISTÓRIA DO TEXTO IMPRESSO DO NOVO TESTAMENTO

APÊNDICE 2: SUGESTÕES DE TEMAS PARA PESQUISA

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Os leitores modernos do Novo Testamento frequentemente se deparam com colchetes e notas explicativas, indicando que determinadas palavras, frases, versículos ou mesmo seções inteiras – como a passagem sobre a mulher adúltera, em João 7:53-8:11, e os últimos doze versos do Evangelho de Marcos – não se encontram, ou se encontram de forma diferente nos “manuscritos originais” ou nos “melhores manuscritos”. Aqueles que costumam comparar versões diferentes do Novo Testamento, especialmente versões mais antigas com versões mais modernas, logo notarão diferenças e omissões que não podem ser explicadas meramente por metodologias diferentes de tradução.

Como entender essa questão? O que está por trás desses colchetes e observações? Será que o texto do Novo Testamento não merece confiança? Da maneira como muitos lidam com o assunto, parece que estamos fadados à incerteza quanto ao texto grego original, e que teremos de conviver com milhares de dúvidas acerca das assim chamadas variantes textuais.

Os estudantes, pastores, teólogos e especialistas liberais não devem sentir desconforto com o problema. Afinal, eles não acreditam na inspiração, autoridade, inerrância ou na preservação do texto das Escrituras. Contudo, e quanto aos crentes, estudantes e pastores conservadores? Como devem entender e lidar com o relevante tema do texto original do Novo Testamento? Como conciliar a sua doutrina conservadora das Escrituras com a crítica textual ou com estudo dos manuscritos bíblicos? O que nos diz a história acerca do texto grego manuscrito e impresso do Novo Testamento? Quais as principais pressuposições, teorias históricas e metodologias que caracterizam as correntes textuais neotestamentárias mais importantes? Afinal, qual é o melhor texto grego do Novo Testamento?

ASSUNTO E DELIMITAÇÃO

Por *Manuscritologia do Novo Testamento* designa-se, aqui, a disciplina geralmente conhecida como *Crítica Textual do Novo Testamento* – anteriormente chamada *baixa crítica*, em contraste com a *alta crítica*, que diz respeito a estudos de caráter histórico-literários, logicamente antecedentes.

O termo *manuscritologia* nos parece mais apropriado, por não encerrar conotação crítica – mais adequada aos pressupostos teológicos do método

histórico-crítico racionalista do século XIX, do que aos pressupostos teológicos conservadores.

Manuscritologia do Novo Testamento, portanto, é a ciência que se dedica ao estudo dos manuscritos do Novo Testamento, com vistas à identificação do texto original inspirado: os autógrafos.

A disciplina inclui o estudo do material empregado na composição dos livros antigos, das fontes documentais, da história do texto manuscrito e das edições impressas, bem como das pressuposições, teorias históricas e metodologias empregadas por diferentes escolas textuais.

Este livro pressupõe a familiarização dos leitores com os aspectos mais elementares da disciplina. Ele limita-se a abordar questões relacionadas à história do texto, a apresentar e avaliar as pressuposições teológicas, teorias históricas e metodologias que caracterizam as três principais escolas textuais do Novo Testamento – as que sustentam o *Textus Receptus*, os textos críticos e o Texto Majoritário – e, à luz dessas considerações, investigar a genuinidade do final do Evangelho de Marcos.

RELEVÂNCIA

O escopo da relevância do estudo dos manuscritos do Novo Testamento é amplo. Ele é importante para a exegese bíblica, para a teologia, para a pregação e para a teologia pastoral.

A implicação hermenêutica do estudo dos manuscritos do Novo Testamento é evidente. Afinal, os objetos materiais da interpretação bíblica não são os autógrafos, e sim os textos impressos editados com base nos manuscritos preservados. O primeiro passo da exegese consiste, exatamente, em identificar as variantes que representam o texto original. Dependendo da escola ou teoria que um intérprete abrace, ele pode escolher variantes diferentes. Obviamente, isso pode afetar decisivamente a sua interpretação.

Quanto à relevância teológica, embora a maioria das doutrinas bíblicas fundamentais não seja afetada pelas variantes textuais, o mesmo não pode ser dito com relação às importantes doutrinas conservadoras da inspiração, inerrância e, principalmente, da preservação das Escrituras.¹ Essa doutrina, em particular, professa que Deus preservou, cuidadosamente, no decorrer dos séculos, o texto bíblico que ele revelou e inspirou, a fim de assegurar a sua disponibilidade às gerações futuras. Ela é explicitamente ensinada na Confissão de Fé de Westminster, como segue:

O Velho Testamento em hebraico (língua vulgar do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus e, *pelo seu singular cuidado e providência, conservados puros em todos os séculos*; são, por isso, autênticos...²

Como sustentar a doutrina da preservação das Escrituras, à luz do presente estado da disciplina que estuda os manuscritos do Novo Testamento? A realidade, como reconhece Parvis, é que muitas leituras variantes:

Têm, de fato, relevância teológica e foram introduzidas no texto intencionalmente... milhares de variantes encontradas nos manuscritos do NT foram colocadas ali deliberadamente. Elas não são, meramente, o resultado de erros ou do manuseio descuidado do texto. Muitas foram criadas por razões teológicas ou dogmáticas (embora possam não afetar a substância do dogma cristão).³

Alguns estudiosos evangélicos, como Ladd, tentam solucionar o problema sugerindo que “enquanto Deus inspirou os autores da Bíblia para produzir um registro divinamente supervisionado, ele confiou a reprodução e preservação do texto aos caprichos da história humana”. Segundo Ladd, portanto, a incerteza quanto ao texto original não interfere no caráter divino das Escrituras. Afirmar que a Bíblia é a Palavra de Deus não exige a preservação do texto original. Para ele, o importante é a mensagem e não as palavras das Escrituras.⁴ Contudo, como conhecer a mensagem das Escrituras à parte das suas palavras? Não, Deus não confiou o texto das Escrituras aos caprichos da história. Ele determina cada acontecimento da história com vistas à consecução dos seus propósitos eternos – inclusive, e especialmente, aqueles que dizem respeito à preservação da sua Palavra.

No que diz respeito à homilética, o conteúdo, a forma e a própria autoridade da pregação podem ser gravemente afetadas por questões textuais. A pregação reformada deve ser expositiva. Ela está ligada ao texto e deve refleti-lo, abri-lo, elucidá-lo e aplicá-lo à congregação, com autoridade e acuracidade bíblicas. Esse ideal dificilmente pode ser alcançado se o pregador tiver dúvidas acerca da identidade do texto bíblico.⁵

Finalmente, concernente à relevância prática da manuscritologia do Novo Testamento, à medida que as traduções se multiplicam, mais dúvidas relacionadas ao seu texto são levantadas na igreja, e cabe aos pastores responder, efetivamente, a essas dúvidas. Além disso, a Bíblia ensina que o poder do aconselhamento, da exortação e da admoestação pastoral reside exatamente nas Escrituras (Tt 1:9). Como um pastor poderá desempenhar essa tarefa com eficácia, se estiver inseguro acerca da genuinidade das passagens bíblicas que deve utilizar com esse propósito? Kilpatrick está correto ao declarar que: “O uso da Bíblia, tanto como norma de fé e prática,

como uma testemunha cardinal no apelo cristão à história, requer a integridade substancial do texto do Novo Testamento”.⁶

PROBLEMAS E SITUAÇÃO

Os problemas relacionados à identificação do texto original do Novo Testamento decorrem do fato de os escritos originais, os autógrafos, não mais existirem. É provável que, antes do final do segundo século, esses autógrafos já houvessem sido destruídos pelo tempo e pelo uso, uma vez que foram escritos em papiro, um material facilmente perecível. Apesar disso, foram preservados milhares de fontes documentais do Novo Testamento: cerca de 5.000 manuscritos gregos (81 papiros, 266 unciais, 2.754 cursivos e 2.135 lecionários);⁷ aproximadamente 11.000 manuscritos de versões (1.000 das itálas, 8.000 da vulgata, 400 das siríacas, 1.250 da armênia, 100 das coptas, 6 da gótica, 3 da geórgica, etc.) e citações de dezenas de Pais da Igreja (gregos, latinos e sírios).⁸ Esses manuscritos contêm desde partes de apenas um versículo até o Novo Testamento inteiro, e são provenientes do segundo ao décimo sexto século da nossa era.⁹ Contudo, o texto dessa numerosa massa de manuscritos difere entre si, em maior ou menor grau. A dificuldade, portanto, em estabelecer o texto original do Novo Testamento, a partir de tantas fontes, reside não na escassez de manuscritos, como acontece com os escritos clássicos gregos, mas nos métodos e teorias utilizados no estudo desses documentos.¹⁰

Os especialistas na ciência que estuda esses manuscritos, a crítica textual, representam três escolas ou correntes principais de pensamento. A corrente mais antiga, conhecida como *tradicional*, defende o texto amplamente usado até o final do século XIX, publicado em muitas edições durante os séculos XVI e XVII, que se tornou conhecido como *Textus Receptus*.¹¹ As várias edições desse texto, embora não idênticas, são muito semelhantes. Outra corrente, denominada *crítica*, seguindo a teoria textual e o texto publicado, em 1881, por dois eruditos ingleses, Westcott e Hort, promove textos ecléticos, baseados em um número reduzido de manuscritos provenientes do Egito, especialmente o Códice Sináítico (ℵ) e o Códice Vaticano (B).¹² A terceira corrente, designada *majoritária*, pode ser vista como um desenvolvimento contemporâneo da primeira. Ela sustenta o texto representado na maioria dos manuscritos, conhecido como Texto Majoritário, Bizantino, Tradicional ou Eclesiástico. J. W. Burgon, F. H. A. Scrivener, T. R. Birks e E. Miller, os quais se opuseram à teoria de Westcott e Hort,

quando ela foi proposta, e Edward Hills, Jacob Van Bruggen, Zane Hodges, Maurice Robinson e Wilbur Pickering, entre outros opositores mais recentes dessa teoria, são alguns dos advogados mais conhecidos do Texto Majoritário.

¹ Com relação à influência do criticismo textual moderno na negação da inerrância dos autógrafos, com exemplos dos evangelhos de Mateus e Lucas, ver James A. Borland, “Re-Examining New Testament Textual-Criticism Principles and Practices to Negate Inerrancy”, *JETS* 25:4 (1982): 499-506. Uma relação de variantes incorporadas nos textos ecléticos da UBS e de Nestlé-Aland, implicando em erros, contradições e aberrações, é fornecida no “Apêndice F: What Difference Does it Makes” da terceira edição de Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 194-210.

² *Confissão de Fé de Westminster*, 1:8 (itálico meu).

³ M. M. Parvis, “New Testament Text”, em *The Interpreter’s Dictionary of the Bible*, vol. 4 (Nashville: Abington Press, 1962), 595.

⁴ Ver George Eldon Ladd, *The New Testament and Criticism* (Grand Rapids: Eerdmans, 1967), 78-80.

⁵ Com relação ao modelo reformado de pregação, ressaltando a pregação expositiva, ver Paulo Anglada, *Introdução à Pregação Reformada: Uma Investigação Histórica sobre o Modelo Bíblico-Reformado de Pregação* (Ananindeua: Knox Publicações, 2005).

⁶ George D. Kilpatrick, “The Transmission of the New Testament and its Reliability”, *The Bible Translator* 9:3 (1958): 127.

⁷ Cf. Bruce M. Metzger, *The Text of the New Testament: Its Transmission, Corruption, and Restoration* (New York e Oxford: Oxford University Press, 1968), 32-33.

⁸ Quanto às dificuldades peculiares ao uso de citações patrísticas no criticismo textual do NT, ver Bruce M. Metzger, “Patristic Evidence and the Textual Criticism of the New Testament”, *NTS* 17 (1971-1972): 379-400; M. J. Suggs, “The Use of Patristic Evidence in the Search for a Primitive New Testament Text”, *NTS* 4 (1957-1958): 139-47; Gordon D. Fee, “The Use of the Greek Fathers for New Testament Textual Criticism”, em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*, Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), 191-207; J. Lionel North, “The Use of the Latin Fathers for New Testament Textual Criticism”, em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*, Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), 208-23; e Sebastian P. Brock, “The Use of the Syriac Fathers for New Testament Textual Criticism”, em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*, Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), 224-36.

⁹ A abundância de evidências documentais do Novo Testamento, em comparação com os escritos clássicos, é ressaltada por F. F. Bruce, para demonstrar a confiabilidade do texto do Novo Testamento, no capítulo II de F. F. Bruce, *The New Testament Documents: Are they Reliable?* (Grand Rapids: Eerdmans, 1980), publicado no Brasil com o título: *Merece Confiança o Novo Testamento?*, pela editora Vida Nova.

¹⁰ Cf. Eldon Jay Epp, “New Testament Textual Criticism”, em *The Interpreter’s Dictionary of the Bible*, vol. supl. (Nashville: Abington Press, 1962), 891, 894.

¹¹ Daqui por diante, também referido pela abreviação *TR*.

¹² Para ser mais preciso, essa escola inclui várias correntes, caracterizadas por metodologias até certo ponto distintas. Westcott e Hort foram menos ecléticos. Eles deram mais valor às evidências externas

(principalmente aos manuscritos alexandrinos, que eles consideravam ser representantes de um texto neutro). G. D. Kilpatrick e J. K. Elliott defendem um eclecticismo rigoroso, abandonando completamente as evidências externas. Outros se situam entre essas posições, dando maior ou menor valor às evidências internas e externas. Cf. Gordon D. Fee, “The Majority Text and the Original Text of the New Testament”, em *Studies in the Theory and Method of New Testament Textual Criticism*, Studies and Documents 45, ed. Eldon Jay Epp e Gordon D. Fee (Grand Rapids: Eerdmans, 1993), 192.

Capítulo 1

HISTÓRIA DO TEXTO

Este capítulo se propõe a resumir os fatos históricos mais relevantes relacionados à transmissão do texto do Novo Testamento, tanto em sua forma manuscrita, como em forma impressa.

Antes da invenção da imprensa, a história do texto do Novo Testamento pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, até o século IV, caracteriza-se pela escassez de informações; o segundo, do século V até o XV, é marcado pelo progressivo predomínio do texto bizantino e pelo desaparecimento dos textos egípcios.

Após a invenção da imprensa, é possível distinguir três períodos principais na manuscritologia do Novo Testamento. O primeiro, *não crítico*, caracteriza-se pelo estabelecimento e padronização, relativamente empírica, do texto encontrado nos manuscritos tradicionalmente em uso pela Igreja, culminando com as edições publicadas pelos irmãos Elzevir, em 1678. O texto publicado pelos irmãos Elzevir ficou conhecido pela expressão *Textus Receptus*. Esse estágio da história do texto impresso é marcado pela aceitação incondicional dessa forma de texto e pelo seu uso generalizado pela Igreja, havendo poucas diferenças entre as várias edições publicadas. O segundo período, *pré-crítico*, que tem o seu início com a edição de John Fell, de 1675, estende-se até antes de 1831, quando Lachmann publica um texto que se afasta consideravelmente do *Textus Receptus*. Esse período se caracterizou pelo acúmulo de evidências textuais, bem como pela elaboração de teorias que viriam a ser mais amplamente aceitas e desenvolvidas no período seguinte, que culminariam com a rejeição do *Textus Receptus*. O terceiro período, *crítico*, começa com Lachmann (1831) e se estende até os nossos dias, sendo marcado pelo predomínio dos textos ecléticos baseados em uma minoria de manuscritos mais antigos (especialmente os códices Sinaítico e Vaticano), bem como pelo ressurgimento de reações à teoria predominante de Westcott-Hort.

IGREJA ANTIGA:

OBSCURIDADE DE INFORMAÇÕES

Os seguintes fatos caracterizam os quatro primeiros séculos da história do

texto do Novo Testamento:

1. INCERTEZA QUANTO À HISTÓRIA DO TEXTO

Os primeiros séculos da Igreja caracterizam-se pela obscuridade de informações com relação à história textual do Novo Testamento. Os maiores problemas enfrentados no estudo dos manuscritos do Novo Testamento decorrem exatamente da incerteza com relação a real história do texto nesse período. Eldon Jay Epp, por exemplo, reconhece que “não temos um retrato claro da transmissão e alteração do texto nos primeiros séculos”. E continua: “esta falta de progresso, com relação a uma teoria e história do texto mais antigo do Novo Testamento, é uma segunda indicação de que o século vinte tem sido um interlúdio no criticismo textual do Novo Testamento”.¹

2. EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS LIMITADAS

Dos cerca de 5.000 manuscritos gregos preservados, apenas 93 pertencem a esse período, sendo que a grande maioria deles é bastante fragmentária:

Século II (9 manuscritos)

Papiros (8): p32, p46, p52, p64, p66, p77, p90 e p98.
Unciais (1): 0189.

Século III (41 manuscritos)

Papiros (37): p1, p4, p5, p7, p9, p12, p13, p15, p16, p18, p20, p22, p23, p27, p28, p29, p30, p37, p38, p39, p40, p45, p47, p48, p49, p53, p65, p69, p70, p72, p75, p78, p80, p87, p91, p92 e p95.
Unciais (4): 0162, 0171, [0212] e 0220.

Século IV (43 manuscritos)

Papiros (21): p6, p8, p10, p17, p19, p21, p24, p25, p35, p50, p51, p57, p62, p71, p81, p82, p85, p86, p88, p89 e p99.
Unciais (22): 01/Aleph, 03/B, 032/W, 057, 058, 059, 0160, 0169, 0181, 0185, 0188, 0206, 0207, 0214, 0219, 0221, 0228, 0230, 0231, 0242, 0258 e 0270.²

A tabela abaixo indica o conteúdo desses documentos. Observe o leitor, que a grande maioria deles preserva apenas uma pequena porção do Novo Testamento:

Nº de Folhas	Papiros (66) Unciais (27)		Total (93)
Fragmento ou uma folha	40	24	64
2 folhas	10	-	10

3 folhas	3	-	3
4 folhas	5	-	5
6 folhas	1	-	1
10-11 folhas	2	-	2
Capítulos dos Evangelhos		1 (Mc 15:13-38; Jo 1:1-5:11; e 14:26-16:7)	1
Boa parte, 30-86 folhas	5	1 (B) falta Hb, Past., Flm. e Ap	6
Todo o NT	-	1 (⋈)	1

Conclusão: apenas sete manuscritos contendo porções substanciais do Novo Testamento, provenientes dos séculos II, III e IV foram preservados; 5 papiros: p45 (*Chester Beatty*, contendo os Evangelhos e Atos), p46 (*Chester Beatty*, contendo as Epístolas de Paulo), p66 (*Bodmer II*, contendo os Evangelhos), p72 (*Bodmer VII/VIII*, contendo as Epístolas Gerais), p75 (*Bodmer XIV/XV*, contendo os Evangelhos); e dois unciais: 01 ou ⋈ (*Códice Sinaítico*, contendo todo o NT) e 03 ou B (*Códice Vaticano*, contendo todo o Novo Testamento, com exceção de Hebreus, as Epístolas Pastorais, Filemon e Apocalipse).³ A tabela, abaixo, resume o conteúdo desses manuscritos:

Manuscrito	Conteúdo
p45 - Chester Beatty	Porções dos Evangelhos (Mt 20,21,25,26; Mc 4-13; Lc 6-14; Jo 10) e de Atos (4-17)
p46 - Chester Beatty	Porções das Cartas de Paulo
p66 - Bodmer II	Evangelhos (Jo 1-16, 20-21)
p72 - Bodmer VII/VIII	Cartas Gerais (1Pd 1, 2Pd 1, Jd)
p75 - Bodmer XIV/XV	Evangelhos (Lc 3-18; 22-24; Jo 1-15)

01(x) - Códice Todo o NT
Sinaítico

03(B) - Códice Evangelhos, Atos e Cartas de Paulo (exceto Hebreus 1-8, Cartas Pastorais, Vaticano Filemon e Apocalipse)

3. EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS NÃO

REPRESENTATIVAS QUANTO À PROCEDÊNCIA

Todos os manuscritos desse período foram localizados (e quase certamente copiados) em uma única região: o Egito. Essa, sempre, foi a conclusão geral dos estudiosos. Daí os nomes: “Egípcio” e “Alexandrino”, conferidos ao texto desses documentos. Parvis, por exemplo, escreve que “sem exceção, os papiros do NT que estão disponíveis, hoje, foram descobertos no Egito e indubitavelmente foram escritos ali”.⁴ Apenas recentemente, em virtude das diferenças textuais entre esses manuscritos e a suposta intensa movimentação de pessoas entre o Egito e o mundo greco-romano, sugeriu-se que os papiros não são necessariamente oriundos do Egito.⁵ Contudo, como reconhece Epp, a sugestão não passa de “imaginação histórica”, uma vez que “conhecemos muito pouco acerca de tal processo de transmissão” do Novo Testamento nesse período.⁶

O fato é que nenhum dos escritos do Novo Testamento foi endereçado ao Egito. O Egito estava distante dos centros onde os autógrafos foram escritos ou para onde foram endereçados:

Ásia Menor: 12 (João, Gálatas, Efésios, Colossenses, 1 e 2 Timóteo, Filemon, 1 Pedro; 1,2,3 João e Apocalipse)

Grécia: 6 (1 e 2 Coríntios, Filipenses, 1 e 2 Tessalonicenses e Tito, em Creta)

Roma: 2 (Marcos e Romanos)

Ásia Menor ou Roma: 3 (Lucas, Atos e 2 Pedro)

Ásia Menor ou Palestina: 3 (Mateus, Tiago e Judas)

Roma ou Palestina: 1 (Hebreus)

A região de onde se originam os papiros era teologicamente confusa. As seitas e heresias proliferavam no Egito, bem como a produção de escritos *pseudepígrafes* (evangelhos, atos, epístolas e apocalipses). Comentando a situação da Igreja Primitiva no Egito, Metzger observa que, “entre os documentos cristãos que se originaram ou circularam no Egito, durante o século segundo, tanto entre ortodoxos como entre gnósticos, estão inúmeros evangelhos apócrifos, atos, epístolas e apocalipses”. Segundo Metzger:

De fato, a julgar pelos comentários feitos por Clemente de Alexandria, quase toda seita desviada estava representada no Egito durante o segundo século; Clemente menciona os Valentinianos, os

Basilidianos, os Marcionitas, os Peratae, Encratitas, Docetistas, Haimetitas, Cainitas, Ofitas, Simonianos e Eutiquitas. Que proporção de cristãos, no Egito, durante o segundo século, era ortodoxa, não se sabe.⁷

Além disso, já no terceiro século, o uso do grego estava em declínio naquela região. Metzger escreve que, no Egito:

Os primeiros cristãos usavam o grego, mas logo a nova fé encontrou adeptos fora da seção helenizada da população – a qual, deve-se ter em mente, era apenas uma fração em comparação com o número de nativos habitantes que usava apenas a língua egípcia.⁸

O fato é que os papiros “provam, conclusivamente, que no Egito, particularmente no segundo, terceiro e quarto séculos, nenhum dos tipos de texto do NT era dominante. Naqueles primeiros séculos, muitos tipos de texto floresciam lado a lado”.⁹

4. EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS QUALITATIVAMENTE CONFLITUOSAS

Kilpatrick reconhece que “a variação textual entre manuscrito e manuscrito já existia por volta do ano 200 AD”, e ilustra o fato com as cerca de 73 diferenças existentes entre o Papiro Chester Beatty e o Papiro Bodmer em apenas 70 versos do Evangelho de João, sem contar os lapsos e correções marginais.¹⁰ Os documentos mais antigos do Novo Testamento são, de fato, peculiares quando comparados uns com os outros. Os únicos unciais desse período (A e B), segundo Hoskier, apresentam mais de 3.000 diferenças somente nos Evangelhos:

Hoskier,¹¹ depois de preencher 450 páginas com uma discussão detalhada e cuidadosa sobre os erros do códice B, e outras 400 sobre as idiossincrasias do códice A, afirma que, somente nos Evangelhos, estes dois manuscritos diferem bem mais de 3.000 vezes, e que este número não inclui erros menores tais como ortografia, nem variantes entre certos sinônimos.¹²

O papiro p⁴⁵, segundo Colwell, apresenta 90 itacismos, 275 leituras singulares, sendo 10% delas sem sentido, e numerosas alterações deliberadas.¹³

O p⁴⁶, na avaliação daqueles que o estudaram mais pormenorizadamente, também está repleto de erros e falhas. Zuntz chega a afirmar que o escriba que o produziu “estava à beira da exaustão”.¹⁴ Ele nota que:

O escriba que escreveu o papiro fez seu trabalho muito mal. Das suas inúmeras faltas, somente uma fração (menos de uma em dez) foram corrigidas e mesmo essa fração – como frequentemente ocorre em manuscritos – fica cada vez menor à medida que o fim do livro se aproxima. Páginas inteiras foram deixadas sem nenhuma correção, não obstante necessitasse muito disso.¹⁵

O p⁴⁷ também não é considerado um bom manuscrito. Conforme observa Aland: “Não precisamos mencionar o fato de que o manuscrito mais antigo não apresenta necessariamente o melhor texto. P47, por exemplo, de longe o

mais antigo dos manuscritos contendo o texto completo ou quase completo de Apocalipse, certamente não é o melhor”.¹⁶

Com relação ao p⁶⁶, Parvis reconhece que ele “contém muitos erros, os quais são aparentemente devidos à falta de cuidado”;¹⁷ e Colwell afirma que há nele 400 itacismos e 482 outras leituras singulares, sendo quase 200 (cerca de 40%) delas, sem sentido.¹⁸

Quanto ao p⁷⁵, o mesmo autor concluiu, entre outras coisas, que há nele cerca 145 itacismos e mais 257 leituras singulares, 25 por cento delas deixando o texto sem sentido.¹⁹ Isso indicaria que provavelmente esses escribas sequer tinham fluência na língua grega, pois efetuam constantes erros ortográficos em letras e sílabas, como quem está soletrando as palavras.

Epp está, portanto, correto ao ressaltar, com relação aos papiros, que “essas testemunhas mais antigas não refletem uma complexão textual unitária, mas sim algumas, se não várias complexões”.²⁰ Em outras palavras, trata-se de testemunhas defeituosas e conflituosas.

5. ÉPOCA PECULIAR NO QUE DIZ RESPEITO À PERSEGUIÇÃO

Até a promulgação do Edito de Milão, por Constantino, em 313, o Cristianismo era uma religião considerada ilegal pelo Império Romano. Isso não apenas dificultava a multiplicação e divulgação de cópias do Novo Testamento, como também resultava na destruição frequente desses manuscritos, em consequência das perseguições. Eusébio menciona, em sua História Eclesiástica, que era comum a queima de manuscritos cristãos na época:

Todas estas coisas se cumpriram em nós, quando vimos, com nossos próprios olhos, as casas de oração destruídas até os fundamentos, e as divinas Escrituras Sagradas lançadas às chamas no meio das praças.²¹

Por essa razão, entre outras, poucos manuscritos desse período inicial da história do texto do NT foram preservados.

6. MATERIAL PERECÍVEL

Até aproximadamente o ano 200 AD, o papiro foi praticamente o único material utilizado para cópias do Novo Testamento,²² e o seu predomínio se estendeu até o século IV. Foi somente a partir deste século que o pergaminho começou a substituí-lo.²³

Trata-se, contudo, de um material facilmente perecível. “Os manuscritos em papiro somente sobrevivem quando protegidos da umidade – quando colocados em covas, jarros ou construções, ou quando enterrados no solo de

regiões virtualmente livres de chuva...”²⁴ Isso certamente explica a escassez de manuscritos do NT provenientes desse período. Com exceção daquelas cópias assim armazenadas, e conseqüentemente, pouco utilizadas, todas as demais, naturalmente, pereceram.

IDADE MÉDIA:

PADRONIZAÇÃO DO TEXTO MANUSCRITO

1. CONFECÇÃO E ESCRITA DOS MANUSCRITOS

Nesse período da história textual do Novo Testamento (Séculos V-XV), o material predominantemente usado para a escrita, o papiro, foi substituído pelo pergaminho. Apesar de o papiro continuar a ser produzido e utilizado até a introdução do papel, pelos árabes, no Oriente Médio, no século XIII, a grande maioria dos manuscritos preservados do Novo Testamento, do quarto ao décimo quarto século, está escrita em pergaminho.²⁵

Também há evidências da substituição de livros danificados, escritos em papiros, por cópias feitas em pergaminho. Jerônimo afirma que os volumes danificados da biblioteca de Panfílio, em Cesaréia, foram substituídos por outros copiados em pergaminhos, pelo Bispo Acácio e seu sucessor Euzóio, entre os anos 340 e 380.²⁶

Nessa época, também, surgiram os *scriptorum*. Anteriormente, as cópias de livros eram feitas, principalmente, por quem tinha interesse nelas. A partir dos séculos IV e V, essa tarefa passou a ser realizada principalmente pelos *scriptorum* seculares e em mosteiros.²⁷

Outra característica desse período diz respeito à forma das letras. A escrita uncial foi substituída pela minúscula, entre os séculos IX e X.²⁸ O manuscrito minúsculo mais antigo do NT, conhecido como “Evangelhos Uspenski”, é datado de 835.²⁹ Segundo Greenlee, “por volta do final do décimo século, a escrita minúscula havia substituído a escrita uncial em escritos literários”.³⁰

2. LEGALIZAÇÃO DO CRISTIANISMO

No início do século IV, a legalização do Cristianismo foi um fato histórico expressivo, com inevitável influência sobre a história textual do Novo Testamento. Entre outras coisas, a perseguição à Igreja e às cópias das Escrituras foi suspensa. Esse fato obviamente favoreceu maior circulação de cópias das Escrituras entre as diversas regiões em que o Cristianismo havia se estabelecido.

3. PROGRESSIVO DESAPARECIMENTO

DOS TEXTOS EGÍPCIOS E PREDOMÍNIO DO TEXTO BIZANTINO

O fato histórico mais importante, nesse período da história textual do Novo Testamento, é o progressivo desaparecimento dos textos egípcios e o progressivo domínio do texto chamado de bizantino, sírio ou eclesiástico.

Especialmente a partir do século IX, quando a escrita minúscula passa a substituir a escrita uncial, o texto bizantino impera praticamente absoluto. Enquanto o período anterior, como vimos, legou-nos um pequeno número de manuscritos preservados, com conteúdo pouco significativo, os manuscritos com conteúdos significativos, oriundos da Idade Média, contam-se aos milhares.

REFORMA:

PADRONIZAÇÃO DO *TEXTUS RECEPTUS*

Os dois primeiros séculos da história do texto impresso caracterizam-se pelo estabelecimento e padronização do texto encontrado na grande maioria dos manuscritos usados pela Igreja Antiga e Medieval. Esse texto é conhecido pelos nomes: bizantino, sírio, tradicional, eclesiástico ou majoritário. Esse período começa com a impressão feita por Ximenes em 1514, estendendo-se até as edições publicadas pelos irmãos Elzevir, em 1678 (conhecidas pela expressão *Textus Receptus*). Esse estágio da história textual do Novo Testamento é marcado pela aceitação incondicional do texto, até então amplamente usado pela Igreja, havendo pouquíssima diferença entre as diversas edições publicadas.

1. PRIMEIROS TEXTOS IMPRESSOS

Os dois primeiros textos gregos impressos do Novo Testamento foram publicados quase simultaneamente, no início do século XVI, por Ximenes e Erasmo.

Complutensian Polyglot

O Cardeal espanhol Francis Ximenes de Cisneros (Francisco Jimenez de Cisneros, 1437-1517), arcebispo de Toledo, foi o primeiro a imprimir o texto grego do Novo Testamento.³¹ Essa edição, conhecida pelo nome *Complutensian Polyglot*,³² começou a ser preparada em 1502. Segundo Tregelles, parece que Iago Lopez de Stunica, um dos editores da obra, foi o verdadeiro responsável pela preparação do texto grego. O cardeal teria apenas dirigido e financiado o empreendimento.³³ A obra, em cinco volumes,

continha tanto o Antigo Testamento, nos quatro primeiros volumes, como o Novo Testamento, no último.³⁴ O Antigo Testamento foi impresso com três colunas por página, contendo o texto original hebraico, a versão grega *Septuaginta* e a *Vulgata* latina. O Novo Testamento, em duas colunas, continha o texto grego original e uma versão latina literal, à direita.

O primeiro volume impresso, em 10 de janeiro de 1514, foi o quinto volume da obra, contendo o Novo Testamento.³⁵ Os demais volumes, contendo o Antigo Testamento, só tiveram sua impressão concluída mais de três anos depois, em 10 de julho de 1517. Entretanto, foi somente em 22 de março de 1520 que a obra teve permissão do Papa Leão X para a sua publicação – sendo que as 600 cópias que foram impressas só começaram a chegar às mãos do público em 1522.³⁶

Quanto aos manuscritos usados para a impressão do texto grego, ninguém chegou a identificá-los, como se pode concluir das palavras de Metzger³⁷, Lake³⁸, Kenyon³⁹, Souter⁴⁰, Gregory⁴¹, Tregelles⁴² e outros. O que se pode notar em todos esses autores é a tendência de negar a antiguidade e a qualidade desses manuscritos, atribuindo-lhes uma idade recente (do XIV, XV ou XVI século), por diferirem dos códices considerados mais valiosos por eles, e por serem (como de fato são), no dizer de Gregory, “a comum continuação da tradição escrita”,⁴³ considerada secundária. Segundo informações fornecidas pelos editores na introdução à obra, entretanto:

Cópias ordinárias não foram os arquetipos para esta impressão, mas sim cópias muito antigas e corretas – e tal é a sua antiguidade, que não poderiam ter erros que prejudicassem a sua autoridade – as quais, o supremo pontífice Leão X, nosso mais santo pai e senhor em Cristo, desejando favorecer esta tarefa, enviou da Biblioteca Apostólica para o mais reverendíssimo senhor, o Cardeal da Espanha, sob cuja autoridade e comando nós imprimimos este trabalho.⁴⁴

Na dedicatória que Ximenes faz para o Papa Leão X, ele também declara:

Quanto às cópias, na verdade, estamos em débito com Vossa Santidade, que nos enviou, muito bondosamente, da Biblioteca Apostólica, códices muito antigos, tanto do Antigo como do Novo Testamento, que têm nos ajudado muito nesta tarefa.⁴⁵

Estando corretas essas informações, pode-se concluir o seguinte: (1) A edição não foi baseada em quaisquer manuscritos, mas, como reconhece Kenyon, em manuscritos cuidadosamente escolhidos, na medida da disponibilidade na época.⁴⁶ (2) O texto editado, como admite Gregory, representa os manuscritos em uso comum na igreja daquela época.⁴⁷ (3) Ele representa, também, manuscritos relativamente antigos, e não há razão para duvidarmos dessa informação, mesmo porque, no prefácio da obra, os

editores esclarecem que não usaram acentos e aspirações porque esses sinais não faziam parte do texto genuíno e eram omitidos nas cópias mais antigas.⁴⁸ Ora, como a ausência desses sinais nos códices mais antigos é amplamente reconhecida, isto significa que os editores estavam, provavelmente, de posse de manuscritos relativamente antigos.

O Novo Testamento de Erasmo de Rotterdam

Embora o Cardeal Ximenes tenha sido o primeiro a imprimir o texto grego do Novo Testamento (em 1514), como a publicação só foi iniciada em 1522, coube ao humanista holandês Desiderius Erasmus de Rotterdam (1469-1536) a honra de ser o primeiro a, efetivamente, publicar o texto grego do Novo Testamento,⁴⁹ em 1516.⁵⁰ Esse texto começou a ser impresso em 11 de setembro de 1515, em Basileia, na Suíça, sob a direção do impressor e publicador suíço John Frober,⁵¹ e teve sua impressão concluída no dia primeiro de março de 1516. Com duas colunas por página, a edição continha o texto grego e uma tradução latina, feita pelo próprio Erasmo.

A obra tem sido criticada pela rapidez com que foi realizada – um ano apenas, desde o primeiro contato que Frober fez com Erasmo, encomendando o trabalho, em 15 de março de 1515, até a sua publicação. O próprio Erasmo reconheceu isso, ao afirmar que o texto “tinha sido mais precipitado do que editado”.⁵² A pressa resultou em centenas de erros tipográficos (que foram sendo corrigidos nas edições subsequentes). Não obstante, a tradução latina de Erasmo, e suas notas ao texto, evidenciam que ele vinha trabalhando, há anos, na seleção de manuscritos gregos.⁵³

Uma falta real da obra de Erasmo é verificada no livro de Apocalipse: o único manuscrito grego⁵⁴ usado como base para a impressão desse livro estava um pouco mutilado, principalmente nos seis últimos versos, o que levou Erasmo a retraduzir alguns trechos desses versículos da *Vulgata* para o grego.⁵⁵

Quanto aos demais manuscritos, nos quais foi baseada a edição, embora a maioria dos críticos textuais afirme que somente manuscritos mais recentes foram usados,⁵⁶ o próprio publicador da obra afirma, no seu prefácio, ter feito uso dos mais antigos e corretos manuscritos e de citações de todos os mais importantes Pais da Igreja.⁵⁷

Uma segunda edição da obra apareceu em março de 1519.⁵⁸ Para essa edição, Erasmo gastou bastante tempo examinando outros manuscritos e revendo a sua tradução latina,⁵⁹ e a maioria dos erros de impressão,

constantes na primeira edição, foram corrigidos.⁶⁰ A terceira edição foi publicada em 1522, e segundo Mill, difere em 118 lugares com relação à edição anterior.⁶¹ A quarta edição surgiu em 1527 (diferindo da edição anterior em somente dez lugares, sem contar o livro de Apocalipse),⁶² sendo que esta continha duas traduções latinas: a de Erasmo e a *Vulgata*. A quinta e última edição, diferindo somente em 4 lugares da edição anterior, foi publicada em 1535, um ano antes da morte de Erasmo.⁶³

De modo geral, pode-se concluir que a obra de Erasmo apresenta um texto baseado em manuscritos relativamente antigos (conforme afirma o publicador), e corresponde ao texto em uso pela Igreja na Idade Média, o Texto Eclesiástico, diferindo, portanto, apenas em poucos lugares (principalmente após as correções) do texto publicado por Ximenes. São esses dois textos que formam a base para todas as edições que se seguiriam, até, inclusive, o texto publicado pelos Irmãos Elzevir, cem anos depois, conhecido como *Textus Receptus*. De modo geral, eles refletem a tradição manuscrita do texto grego do Novo Testamento anterior à sua primeira impressão.⁶⁴

Outras Edições

Edições menos importantes do texto grego do Novo Testamento, tais como as citadas a seguir, foram todas baseadas em uma ou nas duas primeiras edições mencionadas (de Erasmo e Ximenes): a *Bíblia Grega de Veneza*, publicada por Aldus Manatius, em fevereiro de 1518; as edições de Anselm, publicada em Hagenau (1521); de Cephaleus, em Strassburg (1524); de John Valder, em Basiléia (1536); de Simon de Colines (Colinaeus), sogro de Robert Stephanus (1475-1545); e de Iones Antonius de Nicolinis de Sabio, em dois volumes, publicada em Veneza, no ano de 1538.

2. EDIÇÕES DE STEPHANUS E BEZA

Edições de Stephanus

Um nome importante na história do texto do Novo Testamento neste período foi o do impressor francês Robert Estienne (1503-1559), conhecido pelo nome latino Stephanus, que entre os anos de 1546 e 1551, publicou quatro edições do Novo Testamento Grego. A primeira edição, de 1546, chamada *O mirificam*,⁶⁵ bem como a segunda, publicada em 1549, apresentam um texto baseado nas edições de Erasmo (última) e de Ximenes.⁶⁶ A terceira edição de Stephanus, conhecida pelo nome Edição Régia (*Editio Regia*),⁶⁷ publicada em 1550, é a mais importante, por ser a primeira a

apresentar um *apparatus criticus* mostrando as leituras variantes encontradas nos manuscritos consultados. O texto dessa edição é baseado no de Erasmo⁶⁸ e o *apparatus* mostra evidências da edição de Ximenes e de quinze manuscritos.⁶⁹ Contudo, o texto não é afetado por essas variantes,⁷⁰ que são apenas indicadas no *apparatus*. A quarta e última edição de Stephanus, publicada em Genebra, no ano de 1551, contém exatamente o mesmo texto da terceira,⁷¹ além da *Vulgata* e da versão de Erasmo. A peculiaridade dessa edição, é que foi a primeira a ser dividida em versículos.

O Novo Testamento grego de Stephanus, baseado principalmente no texto de Erasmo, tornou-se o texto padrão na Inglaterra, e foi a base do *Textus Receptus*.⁷²

Edições de Teodoro Beza

Outro francês importante na história textual do Novo Testamento foi o teólogo e editor Théodore de Bèze (Beza), 1519-1605, amigo e sucessor de Calvino em Genebra. Beza publicou nove edições do Novo Testamento grego nos anos de 1565 (duas), 1567, 1580, 1582, 1588, 1591, 1598 e 1604, que quase não diferem uma das outras.⁷³ Embora Beza fosse possuidor de dois manuscritos antigos,⁷⁴ ele fez pouco uso desses manuscritos, e os seus textos seguem, de perto, o de Stephanus.⁷⁵ Todas as suas edições apresentam também uma tradução latina, feita por ele mesmo. O texto de Beza foi muito usado pelos protestantes de sua época. “Eles pareciam sentir,” comenta Tregelles, “que o suficiente havia sido feito para estabelecê-lo, e confiavam nele, tendo-o como uma base firme”.⁷⁶ O uso generalizado que fizeram dele popularizou ainda mais o texto que, pouco mais tarde, viria a ser conhecido como *Textus Receptus*.⁷⁷

3. EDIÇÕES POLIGLOTAS

Algumas edições políglotas bem conhecidas do Novo Testamento foram publicadas nesse período. As principais são as seguintes:

Políglota de Antuérpia

Christopher Plantin, um impressor francês residente em Antuérpia, editou entre 1569 e 1572, a Políglota de Antuérpia (*Antwerp Polyglot*), também conhecida por *Biblia Regia*.⁷⁸ A edição, sob os cuidados do teólogo espanhol Benedict Arias Montanus, foi impressa em oito volumes, sendo que o texto grego do Novo Testamento aparece duas vezes: uma no quinto volume e outra no sexto. No quinto volume, o texto grego é acompanhado da versão siríaca (em letras siríacas e hebraicas) da *Vulgata* e de uma versão latina

literal do texto siríaco. No sexto volume, o texto grego aparece com uma versão latina interlinear, feita por Montanus. Ambos os textos gregos são baseados na edição de Stephanus de 1550.⁷⁹

Poliglota Parisiense

Outra poliglota, conhecida por Poliglota Parisiense (*Parisian Polyglot*), foi editada pelo advogado Guy Michel Le Jay, o qual gastou toda a sua fortuna nesse empreendimento. A obra foi publicada em dez grandes volumes, sendo que os dois volumes contendo o Novo Testamento surgiram nos anos de 1630 (Evangelhos) e 1633 (Atos, Epístolas e Apocalipse). Além do material apresentado pela Poliglota de Antuérpia, a Poliglota Parisiense continha “a versão siríaca das assim chamadas *Antilegomena*, isto é, daquelas partes do Novo Testamento disputadas (II Pedro, II e III João, Judas e Apocalipse) e ainda uma versão árabe, cada uma sendo acompanhada de uma tradução latina”.⁸⁰ O texto grego apresentado nessa edição era o mesmo da Poliglota de Antuérpia.⁸¹

Poliglota de Londres

Uma terceira poliglota importante foi a Poliglota de Londres (*London Polyglot*) ou Poliglota de Walton,⁸² editada por Brian Walton (1600-1660), clérigo anglicano, no ano de 1657. Além do texto grego, que aparece no quinto volume, a obra apresenta as versões siríaca, etíope, árabe (cada uma com sua tradução latina correspondente), a *Vulgata*, a versão latina de Montanus (entre as linhas do texto grego) e ainda os Evangelhos em persa (com uma tradução em árabe). Essa edição foi a primeira a fazer uso do Códice Alexandrino (A),⁸³ mas as suas variantes foram colocadas somente no rodapé do texto grego,⁸⁴ não afetando o texto, baseado na edição de 1550 de Stephanus.⁸⁵ Em um apêndice no sexto volume, foi publicado um *apparatus criticus* contendo variantes publicadas anteriormente por Stephanus, além de outras, com base em cerca de quinze manuscritos coligidos pelo Arcebispo James Ussher. Por essa razão, a obra foi incluída no *Index Librorum Prohibitorum*,⁸⁶ e é considerada como uma precursora das obras pré-críticas do período seguinte, na história do texto do NT.⁸⁷

4. EDIÇÕES DOS IRMÃOS ELZEVIR

Os irmãos Boaventura (1583-1652) e Abraão Elzevir (1592-1652) têm seus nomes registrados na história do texto impresso do Novo Testamento. Eles foram os maiores responsáveis pela padronização e propagação do texto encontrado nos manuscritos tradicionalmente aceitos pela Igreja Medieval, e

nas edições impressas até aquela data. Esses dois homens, impressores em Leiden, na Holanda, publicaram entre os anos de 1624 e 1678, sete edições cuidadosamente impressas do texto grego do Novo Testamento que, durante cerca de duzentos anos, foram multiplicadas e espalhadas por todo o mundo cristão.⁸⁸ A receptividade desse texto entre os protestantes, até pouco mais de cem anos atrás, é comentada por Metzger, como segue:

A forma do texto grego incorporado nas edições de Stephanus, Beza e Elzevirs foi publicada sucessivamente e ficou estabelecida como o “único texto verdadeiro” do Novo Testamento, e foi impressa em centenas de edições subsequentes. Este texto é a base da versão King James e de todas as principais traduções nas línguas européias anteriores a 1881.⁸⁹

Essas edições eram todas baseadas no texto de Beza de 1565 e praticamente não diferiam entre si. Da segunda edição, impressa em 1633, devidamente corrigida dos erros tipográficos da primeira, surgiu a expressão *Textus Receptus* (como ficou conhecida a obra) retirada do seu prefácio, que dizia conter o “texto agora recebido por todos: o qual nós nada alteramos ou corrompemos”.⁹⁰

Não obstante as críticas da grande maioria dos críticos textuais posteriores⁹¹ (coerentes com a teoria textual que abraçam), o termo se justifica, pois a edição, de fato, refletia os manuscritos em uso nas igrejas em geral nos fins da Idade Média.

PÓS-REFORMA:

ACÚMULO DE EVIDÊNCIAS TEXTUAIS

O segundo período da história do texto impresso do Novo Testamento, conhecido como *pré-crítico*, começa com a edição de John Fell, em 1675, e estende-se até antes de Lachmann publicar, em 1831, um texto que se afastou consideravelmente do *Textus Receptus*. Esse período caracteriza-se pelo acúmulo de evidências textuais, bem como pela elaboração de teorias que viriam a ser aceitas e desenvolvidas no período seguinte, resultando no repúdio do texto grego majoritário do Novo Testamento, de modo geral expresso nas edições do período anterior. Contudo, o texto francamente aceito pela Igreja, neste período, continuou a ser o *Textus Receptus*, pois as evidências textuais acumuladas contrárias a ele não chegaram a ser aplicadas ao texto.⁹² Nas raras ocasiões em que isso aconteceu, ainda que parcialmente, esses textos foram, em larga medida, rejeitados pela Igreja.

1. EDIÇÕES DO *TEXTUS RECEPTUS*

COM EVIDÊNCIAS TEXTUAIS NO *APPARATUS*

John Fell

Um dos primeiros a apresentar considerável número de evidências textuais em uma edição do Novo Testamento foi John Fell (1625-1686), Bispo de Oxford. A sua obra, editada em 1675, além do texto grego baseado na edição de Elzevir de 1633,⁹³ continha um *apparatus* com variantes extraídas de mais de cem manuscritos gregos e versões antigas, entre as quais a gótica e a copta boárica. Parte desses documentos já havia aparecido em obras anteriores, mas outros, como as duas versões citadas, estavam sendo publicados pela primeira vez por Fell. Parte do valor informativo do *apparatus* é perdido, entretanto, porque Fell não fornece as evidências individualmente, mas somente a quantidade de manuscritos que apoiam cada leitura.

John Mill e Ludolf Küster

Trinta anos foi o tempo gasto por John Mill (1645-1707), membro do Queen's College em Oxford, na preparação da edição do texto grego do Novo Testamento, impresso por ele em 1707, duas semanas apenas antes de sua morte. A obra é importante, tanto pela ampla *prolegomena* que aparece no seu início, como pelo *apparatus*, que mostra evidências de um grande número de manuscritos gregos,⁹⁴ bem como de versões e de citações dos Pais da Igreja gregos e latinos. Tão grande foi o trabalho de pesquisa de Mill⁹⁵ que Lake afirma que, “com a possível exceção de Tischendorf, provavelmente nenhuma pessoa acrescentou tanto material para o trabalho de criticismo”.⁹⁶ Apesar disso, o texto impresso por Mill foi praticamente o mesmo de Stephanus, de 1550,⁹⁷ dando continuidade, assim, ao tipo textual bizantino.

O trabalho de Mill foi reimpresso por Ludolf Küster (1670-1716), de Westphalia, no ano de 1710. Essa reimpressão tinha a *prolegomena* organizada de maneira diferente, e acrescentou evidências de mais doze manuscritos consultados por Küster, principalmente em Paris, dentre os quais Kenyon cita os unciais C (Códice Ephraemi Rescriptus, do século V) e G² (Códice Boernerianus, do século IX).⁹⁸ Outras reimpressões da edição de Mill apareceram em Leipzig (1723) e em Amsterdã (1746), com título diferente.

Edward Wells

Entre os anos de 1709 e 1719, Edward Wells (1667-1727), teólogo e matemático, publicou em Oxford, uma edição do texto grego neotestamentário, em dez volumes. Além do texto grego, havia uma tradução e uma paráfrase em Inglês. Esse texto é conhecido principalmente por ser o

primeiro a se distanciar do *Textus Receptus* com base em outros manuscritos.⁹⁹ Entretanto, segundo Metzger, o texto de Wells difere somente 210 vezes do texto dos irmãos Elzevir.¹⁰⁰ Como não sabemos quais são essas diferenças, não podemos dizer em que direção o seu texto se afastou do *Textus Receptus*; se em direção ao Texto Majoritário ou (o que provável) em direção oposta.

Isaiah Thomas Jr.

Ao impressor Isaiah Thomas Jr. (1749-1831) coube a honra de editar o primeiro texto grego do Novo Testamento nos Estados Unidos. A edição, impressa em abril de 1780, em Worcester, Massachusetts, foi preparada sob os cuidados do pastor Caleb Alexander (1755-1828), formado pelo Yale College e conhecedor de latim e grego. O texto impresso foi o *Textus Receptus*, proveniente da edição de John Mill, conforme indicado na página de título da obra.¹⁰¹

Franz Karl Alter

Franz Karl Alter (1749-1804), um jesuíta, professor de grego em Viena, publicou uma edição curiosa do texto grego do Novo Testamento nos anos de 1786-1787. A curiosidade reside no fato de seu texto ser baseado em apenas um manuscrito da Biblioteca Imperial de Viena.¹⁰² No apêndice da obra, Alter citou outras evidências, provenientes de vinte e um outros manuscritos gregos, de dois manuscritos latinos, da versão Boaírica e de quatro manuscritos slavônicos.¹⁰³

Andreas Birch, Jacob G. C. Adler, D. G. Moldenhauer e O. G. Tychsen

Outros nomes que se destacaram, quanto ao acúmulo de evidências textuais, foram os estudiosos dinamarqueses Birch, Adler, Moldenhauer e Tychsen, os quais pesquisaram manuscritos na Itália, Espanha, Alemanha e em outros países europeus, sob as expensas de Christian VII, Rei da Dinamarca. Os resultados dessas pesquisas foram publicados primeiro em um volume editado por Birch em 1785, em Copenhague, contendo uma descrição de todo o material textual disponível. O texto, baseado na edição de Stephanus de 1550,¹⁰⁴ e o *apparatus criticus*¹⁰⁵ foram publicados em quatro volumes, entre os anos de 1788 e 1801, também em Copenhague.

2. EDIÇÕES TENDENDO AO TEXTO MINORITÁRIO

Daniel Mace

Daniel Mace, um ministro presbiteriano de Newbury, Inglaterra, publicou em 1729, um texto grego e uma tradução inglesa do Novo Testamento.¹⁰⁶

Para a preparação do seu texto, Mace “escolheu do *apparatus* de Mill aquelas leituras variantes que lhe pareciam ser superiores ao *Textus Receptus*”.¹⁰⁷ Entretanto, no dizer de Tregelles, Mace “arbitrariamente mudou passagens, com ou sem evidências, de acordo com suas noções subjetivas”,¹⁰⁸ demonstrando ingenuidade e não erudição. Seu texto não foi aceito; foi, antes, criticado e ignorado.¹⁰⁹

Johann Albrecht Bengel

Johann Albrecht Bengel (1687-1752), muito conhecido pelo seu comentário *Gnomon*, é um nome importante na história textual do Novo Testamento. Lake chega a dizer que, de certo modo, “ele é o Pai do moderno criticismo, pois foi o primeiro a sugerir uma simplificação da massa de evidências dos manuscritos por uma classificação em famílias, que tem sido adotada de uma ou outra forma por todos os críticos modernos”.¹¹⁰ Na sua edição do Novo Testamento grego, publicada no ano de 1734, em Tubingen, Bengel apresenta um *apparatus* com cinco classes de leituras: a primeira (α) indica as leituras consideradas por ele como genuínas. A segunda (β) é tida como leituras melhores do que as do texto impresso. A terceira (γ), para ele, inclui leituras tão boas quanto às do texto. A quarta (δ) indica as leituras não tão boas quanto às do texto. A quinta (ϵ) e última classe, compreende as leituras que deveriam ser rejeitadas. Essa classificação estava baseada na divisão das testemunhas feitas por Bengel em *asiáticos*, que incluía a grande maioria dos manuscritos mais recentes, e em *africanos*, correspondendo à minoria dos manuscritos mais antigos. A este segundo grupo Bengel deu preferência, por defender a regra de que “as testemunhas não devem ser contadas, mas avaliadas, isto é, classificadas,”¹¹¹ sendo que a avaliação feita por ele dava preferência à minoria, devido a outra regra por ele seguida¹¹², e defendida pela grande maioria dos modernos críticos textuais, segundo a qual, *proclivi scriptioni proestat ardua* (a leitura mais difícil deve ser preferida à mais fácil).¹¹³

Todavia, embora Bengel deixe clara a sua preferência por leituras mais difíceis encontradas na minoria dos manuscritos, essa preferência só é mostrada no *apparatus* da sua obra, pois o texto impresso por ele tem como base o *Textus Receptus*, alterado somente quando uma leitura considerada como melhor por ele, já era encontrada em algum outro texto anteriormente impresso.¹¹⁴ Com isso, Bengel não somente deu, na prática, continuidade ao Texto Majoritário, como também demonstrou o respeito que tinha por esse texto, apesar de suas preferências pessoais.

William Bowyer Jr. e Edward Harwood

William Bowyer Jr. (1699-1777), um culto impressor de Londres, além de várias edições do *Textus Receptus* que imprimiu, nos anos de 1715, 1728, 1743 e 1760, publicou, em 1763, uma edição crítica que se afastou consideravelmente do referido texto. Enquanto as edições anteriores colocavam as variantes apoiadas pela minoria dos manuscritos mais antigos somente no *apparatus*, Bowyer foi um dos primeiros a introduzi-las no texto.¹¹⁵ Ele também fez uso de colchetes para indicar certas passagens,¹¹⁶ versículos¹¹⁷ ou palavras consideradas por ele “com falta de suporte de bons manuscritos”.¹¹⁸ A obra de Bowyer foi impressa em dois volumes: o primeiro contendo o texto grego do Novo Testamento, e o segundo mostrando uma coleção de leituras conjecturais, coisa até então inédita com relação ao texto do Novo Testamento.¹¹⁹

Outro inglês que se afastou mais ainda do *Textus Receptus* foi Edward Harwood (1729-1799), o qual publicou no ano de 1776, em Londres, uma edição do texto grego do Novo Testamento em dois volumes. O seu texto era baseado principalmente em três manuscritos: o Códice Beza para os Evangelhos e Atos, o Códice Claromontanus para as Epístolas Paulinas e o Códice Alexandrino para o restante.¹²⁰ Metzger diz que, em uma análise feita por Reuss em mil passagens selecionadas do texto de Harwood, cerca de setenta por cento dessas passagens diferiam do *Textus Receptus*.¹²¹ Isso mostra a grande liberdade com que Harwood tratou o texto do Novo Testamento, pois, baseado somente em uns poucos manuscritos, distanciou-se consideravelmente do *Textus Receptus*, apresentado na grande maioria das edições até então publicadas.

Johann Salomo Semler

Johann Salomo Semler (1725-1791), embora não tenha editado nenhum texto do Novo Testamento, é considerado um nome importante na história textual neotestamentária. Tido como o Pai do racionalismo alemão,¹²² Semler reimprimiu em Halle, no ano de 1764, a *prolegomena* de Wettstein, com seus próprios comentários,¹²³ além de outros tratados sobre o assunto.¹²⁴

Entretanto, para a maioria dos críticos textuais, a importância de Semler está no desenvolvimento que ele fez da classificação sugerida por Bengel. A princípio, ele adotou completamente a classificação de Bengel, mudando apenas os nomes (chamou de “oriental” ao que Bengel denominava “asiático” e de “ocidental” ou “egípcio-palestinense” ao que era chamado de “africano”) e atribuindo as origens: afirmou que a família oriental tinha a sua origem em

uma “recensão” feita por Luciano de Antioquia, e que a “ocidental” vinha de Orígenes. Posteriormente, Semler desenvolveu a classificação feita por Bengel para três grupos: o *grupo alexandrino*, derivado de Orígenes e preservado nas versões siríacas, Boárica e etíope; o *grupo oriental*, usado em Antioquia e Constantinopla; e, finalmente, o *grupo ocidental*, representado pelas versões latinas e pelos Pais da Igreja.¹²⁵ Essa classificação de Semler iria influenciar muito o seu aluno Griesbach, bem como a maioria dos críticos textuais posteriores, inclusive Westcott e Hort.

Johann Jakob Griesbach

Johann Jakob Griesbach (1745-1812) foi um dos críticos textuais que mais influenciou o moderno criticismo textual do Novo Testamento. Aluno de Semler em Halle, e depois professor em Jena, Alemanha, Griesbach publicou três edições do texto grego do Novo Testamento, entre os anos de 1774 e 1827, que se distanciaram consideravelmente do *Textus Receptus*.¹²⁶ Segundo Kenyon, a terceira edição (de 1805) é a que “deve ser tomada como representante do julgamento final de Griesbach, embora nunca tenha alterado o texto tão largamente quanto necessário, se ele tivesse aplicado inteiramente a sua própria teoria textual”.¹²⁷

A teoria das famílias textuais de Griesbach, observa Lake, “apesar de ser ampliada e modificada por pesquisas posteriores, tem sido sempre reconhecida por outros críticos desde o seu tempo”.¹²⁸ Na realidade, a sua teoria é apenas uma extensão da teoria de Semler (que, por sua vez, é baseada na de Bengel), trocando alguns nomes das famílias e acrescentando a elas algumas testemunhas. Griesbach classifica as testemunhas em três famílias:¹²⁹ a família “alexandrina,” representada pelos unciais C, K, L, pelos minúsculos 1, 13, 33, 69, 106, 118, pelas versões coptas (Boárica), etíope, armênia e siríaca (Harcleana) e pelos pais Orígenes, Clemente de Alexandria e Eusébio; a família “ocidental,” representada pelo códice D e pelas versões latinas e Peshita siríaca (às vezes); e, finalmente, a família “constantinopolitana”, representada pelo uncial A e pela grande massa de unciais e cursivos mais recentes.¹³⁰ Segundo Griesbach, os textos evidenciados nas duas primeiras famílias de manuscritos eram correntes já no segundo século, sendo que o mais antigo, o “ocidental,” era um texto corrompido, e o “alexandrino,” um pouco mais recente, representava revisões na tentativa de corrigir as corrupções do texto “ocidental”. O texto “constantinopolitano,” para ele, era o mais recente, proveniente dos outros dois.¹³¹

Griesbach também parece ter sido o segundo crítico textual a defender o final abrupto do Evangelho de Marcos no verso 8, e a sugerir sua exclusão (por meio de colchetes) em uma edição do Novo Testamento grego.¹³²

3. EDIÇÕES TENDENDO AO TEXTO MAJORITÁRIO

Johann Jakob Wettstein

Um dos maiores opositores dos princípios textuais defendidos por Bengel foi o suíço Johann Jakob Wettstein¹³³ (1693-1754), o qual colaborou com Bentley nas pesquisas de diversos manuscritos. Wettstein começou seus estudos textuais muito cedo, e durante cerca de quarenta anos acumulou considerável quantidade de evidências textuais, coletadas na França, Inglaterra e Suíça. Em 1730, Wettstein publicou uma *Prolegomena* sobre o texto que estava preparando, e, somente em 1751 e 1752, foi publicada em Amsterdã, em dois volumes, a sua edição crítica do texto grego do Novo Testamento.¹³⁴ Como resultado do seu diligente trabalho, o *apparatus* da sua obra foi o mais completo e detalhado publicado até então.¹³⁵

Quanto ao texto por ele impresso, seguia basicamente o dos irmãos Elzevir,¹³⁶ embora indicasse no *apparatus* as leituras que considerava verdadeiras.¹³⁷ Quanto aos princípios por ele defendidos, eram contrários aos de Bengel, pois preferia a maioria dos manuscritos mais recentes à minoria mais antiga, sustentando a tese de que a minoria de manuscritos mais antigos estava contaminada pelos textos latinos, aos quais tentava sempre harmonizar-se.¹³⁸

Johann Leonhard Hug e Johannes Martin Augustinus Scholz

O sistema de recensões classificando os manuscritos em famílias, desenvolvido por Griesbach, deu início a muita discussão. Tregelles comenta que, “enquanto alguns se opuseram a ele (ao sistema) totalmente, outros o abraçaram e defenderam, e outros o modificaram ou fizeram dele ponto de partida para as suas próprias teorias”.¹³⁹ Entre esses últimos se encontra o católico Johann Leonhard Hug (1765-1856), professor da Universidade de Friburgo. Hug não editou nenhum texto grego do Novo Testamento, mas sustentou uma teoria muito discutida. Para ele, o texto “ocidental,” encontrado, por exemplo, no códice Beza¹⁴⁰ era o texto mais antigo, e também o pior, cheio de corrupções que foram se acumulando. Foi então, por volta da metade do terceiro século, que três revisões simultâneas (segundo ele) tiveram lugar: uma feita por Orígenes na Palestina, outra por Hésquilo no Egito e outra por Luciano em Antioquia.¹⁴¹ Dessas três recensões teriam se

originado os manuscritos que chegaram até nós.

Outro estudioso católico que se destacou na história do texto grego do Novo Testamento, com o qual se encerra o segundo período da história textual que denominamos de Pré-Crítico, foi Johannes Martin Augustinus Scholz (1794-1852), aluno de Hug e professor na Universidade de Bonn. Scholz foi um estudioso do texto do Novo Testamento, e viajou muito pela Europa (França, Suíça e Itália) assim como pela Palestina, pesquisando e catalogando grande número de manuscritos, muitos deles nunca pesquisados ou publicados.¹⁴² Nos anos de 1830 e 1836 ele publicou, em Leipzig, a sua edição do texto grego do Novo Testamento em dois volumes.

Havendo pesquisado tantos manuscritos, Scholz fez algumas tentativas de classificá-los, em detalhes. Não conseguindo, adotou a classificação feita por Bengel, em somente duas famílias, chamando-as de “alexandrina”, compreendendo a minoria dos antigos manuscritos que apresentam grande discrepância entre si, e “constantinopolitana”, compreendendo a grande massa de manuscritos mais recentes.¹⁴³ Entretanto, contrariamente à Bengel, Scholz defendia que a família “constantinopolitana” era superior, pois, embora formada por manuscritos mais recentes, apresentava um texto com espantosa uniformidade, conforme ele mesmo pôde observar nas suas pesquisas em manuscritos minúsculos bizantinos.¹⁴⁴ Já os manuscritos mais antigos, da família “alexandrina”, em seu julgamento, eram os piores, os quais, justamente por serem corrompidos, foram preservados pelo desuso, enquanto que os maiúsculos antigos que deram origem à família “constantinopolitana”, por serem os melhores, foram destruídos pelo uso constante que a Igreja fizera deles.¹⁴⁵

Tregelles observa que os princípios de Scholz foram defendidos por aqueles que tinham grande respeito pela Palavra de Deus,¹⁴⁶ e o seu texto apreciado por muitos eruditos ingleses.¹⁴⁷ Os princípios de Griesbach, entretanto, adotados depois por Lachmann, iriam afastar cada vez mais as edições do texto do Novo Testamento do Texto Majoritário, em direção aos textos ecléticos baseados na minoria de manuscritos mais antigos.

MODERNA: PREDOMÍNIO DOS TEXTOS ECLÉTICOS

E REAÇÕES À ESCOLA DE WESTCOTT-HORT

O terceiro período da história do texto impresso do Novo Testamento, o Período Crítico, começa com Lachmann (1831) e se estende até os nossos

dias. Ele caracteriza-se pelo afastamento generalizado do Texto Majoritário e pelo aparecimento de textos ecléticos, baseados em um número reduzido de manuscritos do quarto e quinto séculos. A publicação desses textos, que começou com Lachmann e teve em Westcott e Hort os seus maiores defensores, atualmente encontra expressão nas edições de Nestle-Aland e da United Bible Societies (UBS), em uso pela grande maioria dos estudantes, teólogos, exegetas e tradutores, tanto protestantes como católicos, nas últimas décadas.

O período é marcado também por reações à teoria textual de Westcott-Hort, provindas de várias frentes; alguns, defendendo um eclecticismo radical, baseado praticamente apenas em evidências internas; outros, defendendo o Texto Majoritário, com base, especialmente, nas evidências externas.

1. PREDOMÍNIO DOS TEXTOS ECLÉTICOS

Do ponto de vista da teoria textual predominante, este período pode ser dividido em outros dois. O primeiro, claramente de ascensão, tem seu clímax com o lançamento do texto de Westcott-Hort, em 1881. O segundo, desde então até os textos da UBS e Nestle-Aland, tem sido considerado como um “interlúdio”, mesmo por defensores da teoria predominante. E. J. Epp, por exemplo, julga não haver substancial progresso do “criticismo textual do Novo Testamento difuso, indeterminado e eclético da nossa própria época presente e passada recente”,¹⁴⁸ no que diz respeito: (1) ao texto das edições críticas do Novo Testamento; (2) ao desenvolvimento de teorias históricas textuais convincentes; (3) a edições técnicas exaustivas, com *apparatus* substancialmente mais completos;¹⁴⁹ e (4) à avaliação das leituras.¹⁵⁰

Ascensão: De Lachmann a Westcott-Hort

A primeira pessoa a afastar-se completamente do *Textus Receptus*, construindo um texto totalmente baseado na aplicação de princípios textuais críticos, foi o estudioso clássico alemão Karl Lachmann (1793-1851).¹⁵¹ Colocando de lado toda a massa de manuscritos mais recentes, a fim de reduzir o volume do seu *apparatus*,¹⁵² Lachmann estipulou como o seu objetivo não a reprodução do texto original, “que ele acreditava ser uma tarefa impossível,”¹⁵³ mas a restauração do texto em uso comum na Igreja por volta do ano 380.¹⁵⁴ Eis como ele mesmo delimita o seu propósito:

Eu não estou ainda tentando descobrir as leituras verdadeiras – as quais, com efeito, frequentemente existem somente em uma única fonte, mas que também frequentemente se perderam completamente – mas somente as mais antigas entre aquelas que estão evidentemente amplamente divulgadas.¹⁵⁵

Lachmann publicou duas edições do Novo Testamento grego, cujos textos apresentaram poucas diferenças. A primeira, com o título *Novum Testamentum Graece. Ex recensione: Caroli Lachman*, apareceu em Berlim, em 1831. Uma peculiaridade dessa edição consiste em não apresentar um prefácio explicando as características do texto impresso, como era comum.¹⁵⁶ A segunda, já com um prefácio explicativo e também incluindo a *Vulgata* latina, foi editada entre 1842 e 1850. A base do texto de Lachmann foram os códices A, B, C, H (em parte), alguns outros unciais e Orígenes, sendo que às vezes ele baseava-se só em A, outras só em B. Quando não havia maneira de harmonizar essas testemunhas, Lachmann baseava-se em D², G², a, b, c, d, d², ff, g, Irineu, Cipriano, Hilário, Lucifer e, no caso de Apocalipse, em Primasius. Quando, mesmo usando essas testemunhas, não chegava a uma conclusão, recorria ainda a um terceiro grupo de manuscritos: os códices D e E e à *Vulgata*.¹⁵⁷

Metzger reconhece que o método usado por Lachmann não era bom. Segundo ele: “O defeito desta edição é o escasso número de manuscritos bases aos quais Lachmann se restringiu”.¹⁵⁸ Esse fato foi verificado por Scrivener, o qual, depois de estudar o texto de Lachmann, verificou que ele raramente se baseia em mais de quatro manuscritos gregos, muito frequentemente apenas em três, não raramente em dois, e, só em Apocalipse, 165 versículos dos 405 que formam o livro, são baseados somente em um manuscrito.¹⁵⁹

Não obstante, Lachmann é considerado um marco na história textual do Novo Testamento. Segundo Lake, foi ele quem “deu um novo impulso para o progresso do criticismo”.¹⁶⁰ Para Gregory, seu nome “será por muito tempo celebrado e honrado no criticismo textual”, e seu texto “era muito bom... e muito bem apropriado para ser usado não somente por estudantes, mas também por pastores”.¹⁶¹ Sem dúvida Lachmann é, de certo modo, o responsável por todo o desenvolvimento do criticismo textual do Novo Testamento a partir de então, culminando nos textos ecléticos atualmente usados e amplamente difundidos.

Outro a romper com o *Textus Receptus* foi o estudioso alemão Lobegott Friedrich Constantin von Tischendorf (1815-1874). Tido como “talvez o maior nome no criticismo textual do Novo Testamento”,¹⁶² Tischendorf trouxe à luz considerável volume de material para o estudo do texto do NT. Viajando muito pela Europa e Oriente Médio, ele publicou não menos que vinte manuscritos unciais, além de pesquisar ou copiar o texto de outros

vinte.¹⁶³ Tischendorf publicou oito edições do Novo Testamento grego, entre 1841 e 1877, cujos textos eram “formados pelo livre exercício de seus próprios julgamentos das evidências providas por várias testemunhas”.¹⁶⁴ Kenyon reconhece, entretanto, que o “julgamento crítico dele não era tão bom ou estável como se desejaria; e ele estava sujeito a ser demasiadamente influenciado pelas testemunhas que tinha estudado por último”.¹⁶⁵ Para se ter uma idéia do grau dessa influência, visto que ele havia se dedicado ao estudo de manuscritos minúsculos após a publicação de sua sexta edição, a sétima sofreu 1296 alterações, sendo que destas, 595 estavam de acordo com o *Textus Receptus*. Já a sua oitava e última edição (conhecida pelo nome de *Octava Critica Maior*), difere em 3572 lugares com relação à sétima edição, sendo que a grande maioria dessas alterações foi baseada no Códice Sinaítico (\aleph), descoberto por ele após a publicação da edição anterior.¹⁶⁶

Embora a oitava edição tenha sido a que mais influenciou os críticos modernos, como a edição anterior era a que menos discordava do *Textus Receptus*, esta foi mais apreciada pelos teólogos ingleses, mais conservadores na época. Segundo Gregory,¹⁶⁷ “muito tempo depois da publicação da oitava edição, muitos teólogos britânicos apegavam-se à sétima”. Isso demonstra que, mesmo nesse período, houve relutância por parte dos estudiosos conservadores em adotar os textos resultantes da nova metodologia crítica.

Contemporâneo de Tischendorf e Lachmann, Samuel Prideaux Tregelles (1813-1875) fez na Inglaterra o que fizeram aqueles na Alemanha: foi o primeiro, naquele país, a afastar-se completamente do *Textus Receptus*, editando um texto também inteiramente baseado em seus próprios princípios críticos, aplicados à minoria dos manuscritos mais antigos, considerados melhores por ele.¹⁶⁸

Tregelles começou cedo os seus estudos textuais, bem como de grego, aramaico e hebraico. Em 1854, publicou o livro *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, onde apresenta uma história dos textos gregos do Novo Testamento impressos até então, bem como os seus princípios textuais. Contudo, foi somente entre os anos de 1857 e 1872 que ele publicou, em Londres, a sua edição do texto grego do Novo Testamento, em seis volumes.¹⁶⁹ O texto grego aproximava-se mais do de Lachmann do que do de Tischendorf, e era baseado somente em unciais, “desprezando totalmente os cursivos, com exceção de 1, 33 e 65”.¹⁷⁰ O texto latino, que acompanhava o grego, era baseado no Códice Amiantinus. Para a maioria dos críticos textuais modernos, como é o caso de Souter,¹⁷¹ “o maior serviço de

Tregelles foi afastar os estudiosos de fala inglesa para longe do *Textus Receptus*".¹⁷²

Em 1881 e 1882 foi publicado por Brooke Foss Westcott (1825-1901) e Fenton John Anthony Hort (1828-1892), dois eruditos da Universidade de Cambridge, a obra que mais tem influenciado o moderno criticismo do texto do Novo Testamento. Souter a considera "a maior edição já publicada".¹⁷³ Metzger chama-a de "a mais notável edição crítica do Testamento grego já produzida pela erudição britânica".¹⁷⁴ Lake diz que "esse trabalho é o fundamento de quase todo o moderno criticismo".¹⁷⁵ Kenyon a avalia como uma obra "que tem feito época, no sentido literal da palavra, na história do criticismo do Novo Testamento... tem colorido tudo o que tem sido escrito sobre o assunto... e suprido a base de todo o trabalho feito hoje neste campo".¹⁷⁶ Greenlee afirma que com o trabalho desses autores nós chegamos ao "clímax deste terceiro período" da história textual do Novo Testamento, e que "a influência de Westcott-Hort sobre todo o trabalho subsequente na história do texto nunca foi igualada".¹⁷⁷

Essa tão afamada obra, editada em dois volumes com o título *The New Testament in the Original Greek*, foi preparada durante 28 anos. No primeiro volume, ela contém o texto grego do Novo Testamento (sem *apparatus*, mas indicando algumas leituras variantes). No segundo, uma introdução, explicando os princípios textuais usados pelos editores, bem como um apêndice, com notas sobre algumas leituras selecionadas.

Contrariamente aos editores anteriores, Westcott e Hort não pesquisaram manuscritos nem prepararam um *apparatus criticus*. Assim, a fama de sua obra não provém de pesquisas em testemunhas textuais, e sim, da teoria textual que desenvolveram a partir do que, nesse campo, haviam elaborado Bengel, Griesbach, Lachmann, Tischendorf, Tregelles e outros que os precederam.

A teoria desenvolvida por Westcott e Hort consolidou a tendência do criticismo moderno de afastar-se do *Textus Receptus* e do Texto Majoritário, em direção a textos ecléticos baseados em uma minoria de manuscritos, os quais passaram a ser considerados superiores, pela maioria dos críticos textuais modernos.¹⁷⁸

Interlúdio: De Weiss às Edições de Nestle²⁷/UBS⁴

Professor de Exegese do Novo Testamento em Keil e Berlim, Bernhard Weiss (1827-1918) publicou em Leipzig, entre 1894 e 1895, duas edições do

texto grego do NT. Usando o método de evidências internas, em vez de evidências externas, “Weiss selecionou entre as leituras de acordo com o que ele julgava ser o significado mais apropriado ao contexto”.¹⁷⁹ Como esse método corresponde na prática à probabilidade intrínseca de Hort, e como ambos consideravam o Códice Vaticano como o melhor manuscrito, não é de estranhar que o texto de Weiss se assemelhe até certo ponto ao de Hort.¹⁸⁰

Alexander Souter, professor de grego e exegese em Oxford, é outro nome importante na história do texto do Novo Testamento. Além de publicar um livro sobre o texto e o cânon do NT,¹⁸¹ Souter preparou, com a ajuda de W. Sanday, um *apparatus criticus* mostrando uma seleção de variantes do texto grego por detrás da *Revised Version*, reconstruído por Edwin Palmer, e publicada em 1910, em Oxford.¹⁸² Esse texto é, dentre os textos ecléticos editados no século XX, um dos que menos se distancia do *Textus Receptus*,¹⁸³ pois é baseado no texto de Stephanus de 1550, alterado apenas quando havia concordância na escolha de outra variante, por parte dos críticos mais recentes.¹⁸⁴ O *apparatus* publicado em 1910, contendo ampla evidência patrística latina, foi reeditado em 1947, tendo sido acrescido de outras testemunhas recentemente descobertas, como o papiro Chester Beatty, e foi muito utilizado na Inglaterra, por cerca de duas décadas.¹⁸⁵

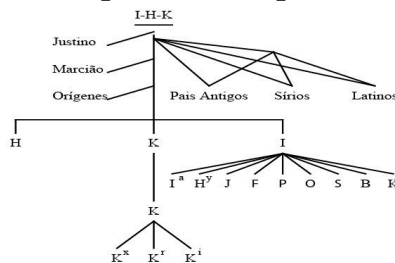
Para Kurt Aland, o crítico textual alemão Hermann Freiherr von Soden (1852-1914), sem dúvida, “realizou mais do que seus críticos geralmente reconhecem”.¹⁸⁶ Metzger vai além. Ele chama a edição publicada por von Soden em dois volumes, entre os anos de 1902 e 1913, em Berlim,¹⁸⁷ de “a mais monumental edição do Novo Testamento”.¹⁸⁸ A obra é o resultado de um longo estudo realizado na história do texto grego¹⁸⁹ e de prolongadas e dispendiosas pesquisas em grande quantidade de manuscritos (principalmente minúsculos) realizadas por vários estudiosos contratados por ele, em bibliotecas da Europa e do Oriente Próximo.

Von Soden classificou os manuscritos do NT em grupos principais, que chamou de K, H e I. O grupo K (Κοινή), dividido em dezessete famílias (K¹, K_x, K_i, K_r, etc.), inclui a maioria dos manuscritos “bizantinos” correspondentes ao Texto Majoritário. Aceitando a teoria de Hort, ele sugeriu que o grupo K provinha de uma recensão feita por Luciano no século IV. O grupo H, de Ἡσυχίος, tem em cada manuscrito uma família diferente, com características específicas. Os manuscritos que ele inclui nesse grupo são: Ν, Β, C, L, Z, Α, 33, 892 e 1241. Esse grupo corresponde à família alexandrina e neutra de Hort, entre as quais von Soden não faz diferença. Von Soden reúne

esses manuscritos em um grupo, por serem provenientes do Egito e não tanto por representarem uma família com características comuns. Segundo ele, esse grupo de documentos provém de uma recensão feita por Hesychios. O grupo (de Ἱεροσόλυμα) é composto por dezessete famílias (Ia, Hy, J, Φ, Π, O, Σ, B, Ka, etc.) incluindo os mss. D, 28, 372, 575, 200 e o recém-descoberto Θ. Segundo von Soden, esse grupo deriva-se de uma recensão ligada a Panphilus e Eusébio.

Von Soden não deu preferência a nenhum dos grupos, mas atribuiu o mesmo peso a cada um deles, escolhendo como melhor leitura aquela que fosse sustentada pelos três grupos, ou por dois deles. Com isso, o Texto Majoritário foi colocado no mesmo nível dos demais manuscritos, o que fez com que o seu texto se distanciasse menos do *Textus Receptus* do que o texto de Westcott e Hort.¹⁹⁰

A classificação de von Soden pode ser representada como segue:¹⁹¹



Pelo menos três estudiosos católico-romanos do século XX merecem menção aqui, por terem editado textos do Novo Testamento: H. J. Vogels, Augustin Merk e José Maria Bover.

Heinrich Josef Vogels publicou, entre 1922 e 1955, quatro edições do texto grego neotestamentário, com um detalhado *apparatus*, incluindo unciais, minúsculos e versões latinas e siríacas mais antigas. Dos textos editados por esses estudiosos católicos, este é o que menos se distancia do *Textus Receptus*.¹⁹²

Augustin Merk publicou, em Roma, entre 1933 e a sua morte (em 1945), cinco edições do Novo Testamento em grego e latim. O *Novum Testametnum Graece et Latine* de Merk tornou-se popular entre os teólogos católico-romanos, de modo que pelo menos outras cinco edições foram publicadas desde então. O texto de Merk parece se basear no trabalho de von Soden, especialmente na sua classificação dos manuscritos gregos. Dentre as três edições de críticos textuais católico-romanos, essa é a que mais se distancia do *Textus Receptus*.¹⁹³

Outro estudioso católico-romano a publicar um texto grego e em latim do Novo Testamento foi o espanhol José Maria Bover, em Madri, entre os anos de 1943 e 1959. As quatro edições publicadas nesse período são curiosamente ecléticas, baseando-se muitas vezes no que Hort chama de texto “ocidental” e outras no chamado texto “cesareense”.¹⁹⁴ Por rejeitar leituras distintivamente alexandrinas, o seu texto parece aproximar-se mais do de von Soden do que do de Westcott e Hort.¹⁹⁵

Um dos textos gregos do Novo Testamento mais usados atualmente é o de Eberhard (1851-1913) e Erwin Nestle (1883-1972), publicado pela primeira vez em Stuttgart, em 1898. O texto dessa edição, como o próprio Nestle reconhece, “é baseado em uma comparação de três edições: a de Tischendorf, Westcott-Hort e Weymouth”.¹⁹⁶ Nas edições seguintes, a partir de 1901, o texto de Weymouth foi substituído pelo de Weiss.¹⁹⁷ Dessas três edições, Nestle escolhia a variante sustentada por duas delas, colocando as demais leituras na margem.¹⁹⁸ Com esse método não muito científico, na avaliação de Gregory,¹⁹⁹ baseado na maioria de três edições anteriores, Nestle rejeita a grande maioria de cerca de cinco mil manuscritos do Novo Testamento, por entender que as testemunhas não devem ser contadas, mas avaliadas.²⁰⁰ O texto de Nestle-Aland permaneceu relativamente inalterado até (incluindo) a 25ª edição, publicada em 1968. A 26ª edição, publicada em 1979, passou a adotar praticamente o mesmo texto publicado pela UBS³.²⁰¹

Outra edição eclética muito utilizada atualmente é o *The Greek New Testament*, editada por um comitê internacional²⁰² e publicada pela *United Bible Societies* (Sociedades Bíblicas Unidas). A obra já alcançou a sua quarta edição²⁰³ e tem sido usada por teólogos, estudantes, pastores, exegetas e tradutores do mundo inteiro.

O texto da UBS segue a teoria de Westcott e Hort, sendo que as variantes incluídas no texto são determinadas pela maioria do comitê (que por sua vez se baseia na maioria de algumas outras edições do Novo Testamento grego).²⁰⁴ Da segunda para a terceira edição, em apenas três anos,²⁰⁵ a mesma comissão alterou o texto em mais de 500 lugares,²⁰⁶ embora não tenha sido descoberto nenhum manuscrito importante nesse período. A quarta edição, entretanto, manteve inalterado o texto da terceira edição (idêntico ao de NA²⁶), com exceção de algumas pontuações e capitalizações.²⁰⁷

O *apparatus* do texto da UBS apresenta uma coleção bem menor de variantes (1.437 na terceira edição e 1.428 na quarta)²⁰⁸ do que o *apparatus*

do texto de Nestle-Aland, mas o número de testemunhas relacionadas por variante é maior.²⁰⁹

2. EDIÇÕES MAIORES RECENTES

Três projetos com vistas à preparação de *apparatus critici* mais detalhados foram ou estão sendo desenvolvidos: um, pelo Projeto Internacional Novo Testamento Grego, envolvendo estudiosos ingleses e norte-americanos; outro, pelo Instituto para Pesquisa Textual do Novo Testamento, na Universidade de Münster; e outro, como um projeto pessoal, de Reuben J. Swanson, o único concluído.

The International Greek New Testament Project

Desde a década de 1940, um grupo internacional de críticos textuais do Novo Testamento tem trabalhado na preparação, não de um texto, mas de um *apparatus criticus* mais completo para o Evangelho de Lucas, com base no *Textus Receptus* de Oxford, de 1873. Trata-se do *International Greek New Testament Project* (IGNTP).²¹⁰

O IGNTP dispõe de uma das maiores coleções de fotografias de manuscritos do Novo Testamento existente no mundo,²¹¹ e o *apparatus* inclui citações de mais de 1.200 obras dos Pais da Igreja até (inclusive) o século V, além de outros posteriores; as versões latina, copta, siríacas, etíopes, antiga slavônica, geórgica, armênia e gótica; dez representantes de lecionários considerados tipicamente majoritários e representantes dos lecionários que apresentam texto divergente do texto dominante; além de todos os papiros, unciais e representantes de centenas de minúsculos estudados, de conformidade com um método especialmente desenvolvido para este fim.²¹²

Apesar de a obra ser criticada por utilizar como base o *Textus Receptus* ao invés de um texto eclético, trata-se da edição mais exaustiva do texto grego de um livro do Novo Testamento publicada até o presente. Avalia-se que “essa notável edição servirá bem como base para outros trabalhos”.²¹³

Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior

O Instituto para Pesquisa Textual do Novo Testamento, na Universidade de Münster (*Institut für Neutestamentliche Textforschung*), vem trabalhando desde a década de sessenta em uma edição crítica mais completa do Novo Testamento, a ser publicada em vários volumes, intitulada *Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior*. A primeira parte da obra, contendo a Epístola de Tiago, foi publicada em 1997, em dois fascículos: um com 102 páginas contendo o texto e *apparatus* de Tiago, e outro com 39

páginas, contendo informações suplementares.²¹⁴

O *apparatus* cita, de modo consistente, 182 manuscritos gregos (cerca de oito vezes mais manuscritos do que os citados em NA²⁷), indicando todas as variantes desses manuscritos; citações de todos os Pais da Igreja até João de Damasco (séculos VII/VIII) e outros posteriores, totalizando mais de cem Pais da Igreja; bem como as versões latina, copta e siríaca, integralmente.

Com relação à grande massa de manuscritos minúsculos, foram citados apenas aqueles considerados não tipicamente bizantinos (que apresentaram mais de 10% de divergências em testes realizados em passagens específicas), e apenas alguns poucos, dentre os 372 mss. considerados tipicamente ou quase tipicamente bizantinos; além de 20 lecionários, de um total de 400. Ao todo, 97 manuscritos bizantinos são representados pela abreviatura *Byz*.

O texto em si apresenta apenas duas alterações em relação à NA²⁷ e UBS⁴ (em Tg 1:22 e 2:3), ambas apenas quanto à ordem das palavras. De acordo com os editores, embora o texto tenha sido totalmente estabelecido a partir das evidências indicadas, essa modificação tão reduzida no texto, “não se deve à indisposição dos editores em fazer mudanças, mas sim à relativa integridade da tradição bem como a qualidade da erudição das edições de Neste-Aland e da UBS”.²¹⁵

Quanto ao formato, cada página contém, além do texto, uma visão geral das variantes logo abaixo das palavras correspondentes no texto para facilitar a comparação, e o *apparatus criticus* propriamente dito, com indicação das variantes e testemunhas que as suportam.²¹⁶

Reuben J. Swanson's New Testament Greek Manuscripts

Outra obra merece pelo menos breve menção aqui. Trata-se da edição de Reuben J. Swanson, comparando 61 manuscritos gregos (22 papiros, 28 unciais e 17 minúsculos), Clemente de Alexandria, o *Textus Receptus* de Oxford de 1873, o texto de Westcott-Hort, e o texto da UBS⁴; totalizando 71 testemunhas.

A obra foi publicada em quatro volumes, em 1995,²¹⁷ e apresenta as leituras de cada jogo de variantes alinhadas, com indicação das testemunhas que as suportam ao lado. Além disso, ela indica, em três seções distintas, na parte de baixo das páginas, uma relação de manuscritos com lacunas naquela página, um *apparatus* indicando problemas de ortografia, e outro com *nomina sacra* (abreviaturas) encontradas nos manuscritos.²¹⁸

3. REAÇÕES INTERNAS À TEORIA TEXTUAL DE WESTCOTT-HORT

Embora a teoria textual de Westcott-Hort tenha prevalecido, um número considerável de críticos textuais, de modo geral favoráveis a essa teoria, tem questionado, por diferentes razões e com diferentes propósitos, alguns dos seus princípios ou metodologias específicas.

Reações contra Princípios e

Métodos Específicos da Teoria de Westcott-Hort

Vários críticos textuais do Novo Testamento têm se levantado contra princípios específicos da teoria de Westcott-Hort.

O método da genealogia, por exemplo, defendido por Westcott-Hort, foi avaliado pelo crítico textual francês Léon Vaganay, como “inútil, quando aplicado ao Novo Testamento”.²¹⁹ Ernest C. Colwell, um dos mais respeitados eruditos americanos na área, considera que a sua aplicabilidade para a reconstrução do texto original do Novo Testamento nunca foi demonstrada.²²⁰ Günther Zunt, o conhecido estudioso alemão do Novo Testamento, considera o método inaplicável para o estudo do texto do Novo Testamento.²²¹

A regra básica da teoria textual de Westcott-Hort, conhecida pela expressão latina *brevio lectio potior*, segundo a qual a leitura menor deve ser preferida, também foi questionada em 1914, por Albert C. Clark. Com base nas suas pesquisas nos manuscritos latinos de Cícero, Clark concluiu que os escribas são muito mais propensos a omissões do que a acréscimos, chegando a afirmar que “um texto é como um viajante que vai de uma estalagem a outra, perdendo um artigo da bagagem a cada parada”.²²² Como resultado, Clark não via valor no texto Neutro de Westcott-Hort, que considerou como resultante de múltiplas omissões, preferindo o texto Ocidental, mais completo.²²³ Pesquisas mais recentes acerca dos hábitos dos copistas antigos do Novo Testamento têm confirmado a crítica de Clark.²²⁴

Metzger menciona outro ataque à teoria textual de Westcott-Hort, da parte de Giorgio Pasquali, um estudioso italiano clássico, que “publicou uma discussão monumental dos problemas envolvidos na edição de autores gregos e latinos antigos”.²²⁵ Desta vez, a crítica é contra a confiabilidade de documentos mais antigos. Segundo Pasquali, a autoridade de um manuscrito não depende da sua antigüidade, e manuscritos bizantinos podem ser mais confiáveis a preservar um texto do que papiros que, embora antigos, representem um texto descontrolado.²²⁶

Ecléticismo Rigoroso

Insatisfeitos com os resultados do criticismo textual clássico de Westcott-Hort, especialmente com as teorias históricas de famílias textuais, alguns dos críticos já mencionados, bem como outros, passaram a desconsiderar as evidências externas, focalizando a atenção especialmente em aspectos internos relacionados ao contexto, ao estilo do autor e às peculiaridades literárias típicas de cada época. Essa escola é conhecida como *ecleticismo rigoroso, radical* ou *consistente*, visto que procura justificar as escolhas textuais primariamente com base em evidências internas. Para esses críticos textuais, nem o número, nem a antiguidade dos documentos é importante. Entre os nomes relacionados a esse método, encontram-se F. C. Burkitt, C. H. Turner, B. H. Streeter, K. Lake, H. J. Cadbury e, especialmente, G. D. Kilpatrick.²²⁷

Entre os critérios usados pelos proponentes do ecleticismo rigoroso, Elliott menciona: “o estilo do autor, a língua do NT grego, a influência do aticismo, o papel da assimilação (especialmente entre passagens paralelas nos evangelhos sinópticos), questões relacionadas a um texto mais longo ou mais curto e considerações paleográficas”.²²⁸

Elliott critica os editores do texto eclético da UBS de contrariarem as próprias regras da probabilidade interna, quando a aplicação delas não favorece os seus manuscritos preferidos.²²⁹

Desenvolvimento de Métodos Estatísticos e Quantitativos

O método genealógico do criticismo textual clássico tem sido substituído, por outro lado, por métodos estatísticos e quantitativos matemáticos que permitam classificar a grande quantidade de manuscritos (especialmente os minúsculos) do Novo Testamento, em grupos que demonstrem semelhança textual mensurável estatisticamente. Eldon Jay Epp observa que o resultado produzido pelo método tradicional de análise da relação entre manuscritos, até muito pouco tempo baseado apenas na “comparação do número de concordância que dois ou mais manuscritos compartilhavam na variação de um padrão externo, geralmente o *Textus Receptus*... para colocar de modo suave, era inexatidão, inclusividade e má interpretação da relação entre manuscritos”.²³⁰

Thomas Geer critica o método de categorização de manuscritos de Kurt e Barbara Aland, usado na 26ª edição de Nestle-Aland, afirmando que: “o procedimento deles parece funcionar bem para eliminar os manuscritos bizantinos de consideração. Entretanto, é impossível usar o material

apresentado no livro deles para identificar a afinidade textual de um manuscrito”. O “processo inteiro”, continua Geer, “foi admitidamente conduzido com a preocupação de eliminar manuscritos da tradição bizantina de consideração...”²³¹

Um desses métodos foi desenvolvido por Dom Henri Quetin, em seus estudos da *Vulgata* latina do Antigo Testamento, o qual ele denominou de “comparação a três”. O método de Quetin consistia em comparar cada três manuscritos entre si, para ver se um deles é o mediador entre os dois, por não apresentar desvios comuns aos outros dois manuscritos. Outros métodos quantitativos para análise e classificação de manuscritos, buscando identificar grupos de manuscritos relacionados, não inquirindo com relação à originalidade das leituras, mas considerando apenas as semelhanças e diferenças estatísticas entre eles, foram propostos por: Sir Walter W. Greg, em seus estudos sobre a *Vulgata* latina do Antigo Testamento; Archibald A. Hills; e Vinton A. Dearing, editor textual na Universidade da Califórnia, em Los Angeles.²³²

Esse tipo de metodologia quantitativa foi desenvolvido por Ernest C. Colwell e Ernest W. Tune. Apresentado resumidamente em um artigo, em 1963,²³³ o método leva em consideração não apenas a concordância contra um padrão externo, mas o percentual de variação com relação a todo um conjunto de manuscritos que está sendo considerado. De acordo com Colwell, “a definição quantitativa de um grupo de tipo textual é um grupo de manuscritos que concorda mais de 70 por cento das vezes, e é separado por uma lacuna de cerca de 10 por cento de seus vizinhos”.²³⁴

Segundo Colwell e Tuner, um método apropriado para a classificação de manuscritos requer:

- (a) Que em qualquer área de texto exemplificada a quantidade total de variantes seja computada – não apenas as variantes em relação a algum texto usado como “norma”; (b) que a quantidade total de concordância e diferença nos relacionamentos entre manuscritos tenha que ser suficientemente grande para ser significativa; (c) que todas as variantes tenham que ser classificadas como geneticamente significativas ou não.²³⁵

Outro método quantitativo mais bem desenvolvido, colocado em prática no estudo dos manuscritos, foi concebido por dois estudantes graduados da Escola Graduada de Claremont, nos EUA. Com vistas à seleção dos manuscritos que deveriam ser incluídos no *apparatus* do evangelho de Lucas do *International Greek New Testament Project*, Paul McReynolds e Frederick Wisse desenvolveram um método conhecido como *The Claremont*

Profile Method (CPM), empregado na classificação de mais de 1.500 manuscritos de Lucas.²³⁶ O método tem se mostrado bem sucedido particularmente no estudo e classificação dos milhares de manuscritos bizantinos até então pouco estudados, confirmando alguns dos grupos e subgrupos identificados por von Soden, e corrigindo outros.²³⁷

O método tem sido criticado, no entanto, por partir da classificação de von Soden, por não ser capaz de determinar misturas - não incomuns entre largas seções de manuscritos - e por levar a agrupamentos equivocados de manuscritos (como, por exemplo, entre os códices Beza e Vaticano). Contudo, os seus resultados têm sido, de modo geral, bem recebidos.²³⁸

4. REAÇÕES EXTERNAS À TEORIA DE WESTCOTT-HORT

Em Defesa do Textus Receptus

Embora a teoria desenvolvida por Westcott e Hort tenha dominado o moderno criticismo textual do Novo Testamento, algumas instituições, alguns poucos eruditos da área, e um número considerável de obras de caráter mais popular continuaram a defender e a promover o *Textus Receptus* – geralmente junto com a Versão Autorizada inglesa, a *King James*.

A Sociedade Bíblica Trinitariana promove o *Textus Receptus*, texto em que se baseiam as suas traduções, desde a sua fundação, em 1831.²³⁹ O texto grego publicado pela sociedade e usado em suas traduções é o *Textus Receptus* de Scrivener, publicado em 1894. Trata-se de uma reconstrução do texto grego por detrás da Versão Autorizada, feita a partir do TR de Beza, de 1598. Informações mais detalhadas sobre a posição da sociedade com relação à crítica textual, princípio de tradução e a doutrina da preservação das Escrituras podem ser encontrados em artigos publicados na home-page e na versão *online* da revista da sociedade: *Quarterly Record*.²⁴⁰

Sociedades mais recentes, tais como a Sociedade John Burgon, fundada em 1978, presidida por Donald A. Waite,²⁴¹ também têm como propósito a defesa e a promoção do *Textus Receptus* por detrás da versão King James. Embora tenha o nome de John Burgon, e reimprima as suas obras, esta sociedade não sustenta o Texto Majoritário, defendido por Burgon, mas o *Textus Receptus*.

Um dos defensores mais competentes do *Textus Receptus* no século passado foi Edward F. Hills, “cujo *background* acadêmico está fora de questão”.²⁴² Hills, entretanto, não deve ser considerado, como sugere Letis, o pai do ressurgimento moderno do Texto Majoritário,²⁴³ pois ele defendeu, não o Texto Majoritário propriamente dito, mas o *Textus Receptus* e a *King*

James. Sua obra textual mais conhecida é uma defesa do *Textus Receptus*, intitulada *The King James Version Defended*, publicada originalmente em 1956, além de outros artigos sobre o assunto. A obra de Hills é uma das defesas mais bem elaboradas do *Textus Receptus*, escrita da perspectiva teológica da doutrina reformada da preservação das Escrituras.

Mais recentemente, várias obras sustentando o *Textus Receptus* têm sido publicadas; algumas de caráter mais popular, incluindo grande número de livros e panfletos, geralmente escritos por autores fundamentalistas extremados, defensores da KJV como a única versão inspirada das Escrituras,²⁴⁴ como, por exemplo, Jasper James Ray,²⁴⁵ Peter Ruckman,²⁴⁶ e Gail A. Riplinger,²⁴⁷ e outros mais moderados, como David W. Cloud, editor da *Timothy Magazine*, entre muitos. Trabalhos mais significativos, em defesa do *Textus Receptus*, incluem especialmente obras coletivas, como as seguintes: David Otis Fuller, ed., *Which Bible*,²⁴⁸ incluindo artigos de Terence H. Brown, Zane C. Hodges, Henry W. Corey, Robert Dick Wilson, Edward F. Hills, George Sayles Bishop, Sir Robert Anderson, Herman C. Hoskier,²⁴⁹ Alfred Martin, Benjamin C. Wilkeson e do próprio David O. Fuller; *True or False?*²⁵⁰ com contribuições de Joseph Charles Pholpot, Terence H. Brown, Louis Gaussen, Gordin P. Gardiner, Philip Mauro, John William Burgon, and Wilbur Norman Pickering; e *Conterfeit or Genuine?*²⁵¹ contendo obras de Burgon e artigos escritos por Samuel Zwemmer and Donald L. Brake; e Theodore P. Letis, ed.; *The Majority Text: Essays and Reviews in the Continuing Debate*,²⁵² contendo artigos de Wilbur N. Pickering, J. A. Borland, e do próprio Letis, entre outros.²⁵³ Embora os editores defendam o *TR*, vários artigos contidos nessas obras foram escritos por proponentes de outra corrente textual: o Texto Majoritário, como veremos a seguir.

Em Defesa do Texto Majoritário

Além de defensores do *Textus Receptus*, outro grupo de eruditos da área, no final do século XIX, entre os quais John Burgon, Edward Miller, Frederick Scrivener e George Salmon, também se opôs à teoria de Westcott-Hort, em defesa do Texto Majoritário.

O anglicano John William Burgon (1813-1888), membro do Oriel College, em Oxford, Pároco da Igreja de St. Mary (da Universidade), e depois Deão de Chichester, conhecido por sua ortodoxia e erudição, foi um dos maiores defensores do que ele chamou de Texto Tradicional, em oposição ao texto minoritário de Westcott e Hort.²⁵⁴ Dentre as contribuições de Burgon para a

crítica textual do NT podem ser mencionadas as suas pesquisas em diversos manuscritos cursivos;²⁵⁵ a preparação de uma coleção de citações patrísticas do NT, o *Index Patristicus*, com 86.489 citações, em 16 volumes manuscritos;²⁵⁶ uma defesa elaborada dos últimos doze versos do Evangelho de Marcos;²⁵⁷ e uma crítica à *Revised Version* (Versão Revisada da Bíblia inglesa),²⁵⁸ baseada no texto de Westcott e Hort.

A defesa que Burgon fez do Texto Tradicional²⁵⁹ baseia-se principalmente nos seguintes argumentos: (1) Este é o texto sustentado pela grande maioria dos manuscritos, de qualquer tipo, em qualquer época, e nas principais regiões (Ásia Menor e Grécia); (2) Este é também o texto que apresenta melhor qualidade intrínseca (harmônica, gramática, estilo, etc.); (3) Este é o texto que tem sido universalmente aceito pela Igreja.²⁶⁰

Edward Miller ficou conhecido como colaborador e editor póstumo das obras de John Burgon. Ele organizou, completou e publicou as obras de Burgon: *The Traditional Text of the Holy Gospels Vindicated and Established* e *The Causes of the Corruption of the Holy Gospels Vindicated and Established: A Guide to the Textual Criticism of the New Testament*.²⁶¹

Frederick Henry Ambrose Scrivener (1813-1891) também se opôs à teoria de Westcott e Hort. Professor em Cornwall, Scrivener é um nome importante na história do texto do Novo Testamento. Embora não tenha abraçado todas as teses de Burgon, Scrivener foi um defensor do Texto Majoritário. Ele publicou, a partir de 1859, várias edições do *Textus Receptus* de Stephanus, com leituras de Elzevir, Lachmann, Tischendorf e Tregelles. Em 1881, publicou o texto grego usado pelos revisores ingleses da Versão Autorizada, de 1611. Ele publicou também, em quatro volumes, o manual mais usado pelos críticos textuais ingleses na época, intitulado: *A Plain Introduction to the Criticism of the New Testament*. Além disso, Scrivener publicou manuscritos gregos, como o Códice Augiense (1859), o Códice Beza (1864) e o Códice Sinaítico (1864). Foi, contudo, através das pesquisas que fez em manuscritos do NT que ele deu a sua maior contribuição, pois analisou mais de setenta deles.²⁶²

George Salmon também questionou a teoria de Westcott-Hort. Autor do livro *A Historical Introduction to the Study of the Books of the New Testament*, publicado em Londres, em 1888, Salmon também publicou, um ano antes, uma obra intitulada: *Alguns Pensamentos acerca do Criticismo Textual do Novo Testamento*.²⁶³ Nesse livro, ele manifesta o seu

descontentamento com o servilismo com que a teoria de Hort foi aceita e a sua nomenclatura adotada, como se a última palavra tivesse sido dada quanto ao assunto do criticismo do Novo Testamento.²⁶⁴ Referindo-se ao texto de Westcott-Hort, Salmon escreveu que há “apenas pouco exagero de retórica na afirmativa que o cânon desses editores era que o Códice B era infalível, e que os evangelistas, não. Parece até que Hort considerava como evidência de genuinidade, se uma leitura implicasse em erro da parte do autor sagrado”.²⁶⁵

Após um hiato de mais de meio século, as últimas décadas têm evidenciado um ressurgimento do Texto Majoritário. Um número reduzido, embora crescente, de eruditos da área tem escrito artigos e livros, publicado edições do texto grego representado na maioria dos manuscritos bizantinos do NT, e fundado instituições com o propósito de promover estudos relacionados a essa corrente textual.

O estudioso do Novo Testamento que talvez mais tenha contribuído para o ressurgimento da tese de Burgon em defesa do Texto Majoritário, nas últimas décadas, chama-se Zane Hodges, professor de Novo Testamento, Literatura e Exegese no Dallas Theological Seminary. Autor de uma série de artigos defendendo esse tipo textual em revistas teológicas,²⁶⁶ ele e Arthur Farstad publicaram, em 1982, a primeira edição do Texto Majoritário.²⁶⁷ Além do texto, a obra inclui dois *apparatuses*: um resumindo as divisões internas existentes entre os manuscritos que suportam esse texto, e outro, indicando as variações entre o Texto Majoritário e os textos críticos.

Wilbur N. Pickering, mestre em exegese grega pelo Dallas Theological Seminary, e doutor em linguística pela Universidade de Toronto é outro erudito que defende o Texto Majoritário. Filho de missionário, Pickering nasceu no Brasil, onde trabalhou em linguística, associado à Wycliff Bible Translators. Sua defesa do Texto Majoritário em *The Identity of the New Testament Text*,²⁶⁸ já está na 3ª edição, e é considerada “a defesa mais sistemática do TM impressa até então” por opositores desta corrente.²⁶⁹ Na obra, Pickering faz uma avaliação das principais teses de Westcott-Hort, apresenta sua teoria com relação à história do texto manuscrito do NT, e o método que julga apropriado para o reconhecimento das leituras originais do texto do Novo Testamento, baseado nos sete testes de verdade propostos por John Burgon.²⁷⁰ Na terceira edição, Pickering advoga um refinamento da teoria de Burgon, substituindo o capítulo sete, antes baseado nas regras de Burgon, por uma defesa do grupo de manuscritos minúsculos que ele chama de f35, equivalente ao grupo K_r, de von Soden, e aos grupos M₇ e M_c, de

Hodge-farstad (na perícope da mulher adúltera e no Livro de Apocalipse, respectivamente). Para Pickering, esse grupo de manuscritos minúsculos, representado principalmente pelo minúsculo 35, é demonstravelmente muito antigo, e deve substituir a mera contagem de manuscritos.²⁷¹ Na sua homepage, Pickering disponibiliza um texto grego baseado em sua teoria, com o título: *New Majority Greek Text Based on Original Text Theory*, dos dez primeiros livros do NT.²⁷²

Outro nome associado ao ressurgimento do Texto Majoritário é o de Harry A. Sturz. Embora não possa ser considerado um defensor do Texto Majoritário, Sturz foi consultor da edição do Texto Majoritário de Hodges-Farstad, e publicou, em 1984, um livro intitulado *O Tipo Textual Bizantino e o Criticismo Textual do Novo Testamento*.²⁷³ Na obra, originalmente defendida como dissertação de doutorado,²⁷⁴ Sturz procura demonstrar a antiguidade desse tipo textual, a partir de um estudo nos papiros. Segundo ele, as evidências conferem ao texto Bizantino pelo menos o mesmo valor que outras famílias textuais. Eis a sua conclusão: “o texto Bizantino deveria ser reconhecido como importante e útil no criticismo textual porque é uma testemunha independente de uma forma antiga do texto do Novo Testamento”.²⁷⁵

Maurice A. Robinson e William G. Pierpont também contribuíram para o ressurgimento do Texto Majoritário. Eles publicaram, também nos EUA, em 1991, outra edição do Texto Majoritário: *O Novo Testamento no Grego Original de acordo com o Tipo Textual Bizantino/Majoritário*.²⁷⁶ O texto deles é muito próximo do de Hodges e Farstad, embora adote uma metodologia um pouco diferente. Enquanto Hodges-Farstad adotam os critérios genealógicos em porções onde a tradição majoritária encontra-se dividida (especialmente na perícope da mulher adúltera e no Livro de Apocalipse),²⁷⁷ Robinson e Pierpont adotam apenas os critérios sugeridos por Burgon.²⁷⁸

Dois eruditos holandeses têm seus nomes ligados ao ressurgimento moderno do Texto Majoritário: Jakob van Bruggen e Willen Franciscus Wisselink. Van Bruggen é professor de Exegese do Novo Testamento no Reformed Theological College, em Kampen. Em um pequeno livro, *The Ancient Text of the New Testament*, publicado em 1976,²⁷⁹ e em artigos escritos em revistas teológicas²⁸⁰ van Bruggen reafirma a superioridade do Texto Bizantino, não apenas quanto à quantidade de testemunhas, como também quanto à idade e à natureza do seu texto.

Willen Wisselink escreveu, sob a supervisão do Prof. van Bruggen, uma dissertação de doutorado sobre assimilação nos Evangelhos sinópticos.²⁸¹ Na obra, Wisselink procura demonstrar que ocorre tanta ou até mais (em alguns manuscritos) harmonização no texto Alexandrino do que no Bizantino. O livro de Wisselink é considerado por Wallace (um crítico do Texto Majoritário), como “provavelmente o melhor volume em defesa da posição do Texto Majoritário, até então”.²⁸²

Em 1988, foi fundada, nos EUA, uma sociedade com vistas a reunir simpatizantes do Texto Majoritário, e promover estudos relacionados a esse tipo textual: a Majority Text Society.²⁸³ Depois de pouco mais de um ano de fundação, uma circular da sociedade comunicou que já contava com cerca de 170 membros, de 15 países, e 30 estados dos EUA. A sociedade promove encontros anuais para a apresentação e discussão de trabalhos de pesquisa relacionados ao Texto Majoritário, e também distribui, entre os membros, artigos considerados relevantes, além de divulgar informações e obras relacionadas ao assunto.

HISTÓRIA DA DISCIPLINA NO BRASIL

1. EDIÇÕES DO TEXTO GREGO DO NOVO TESTAMENTO

O primeiro texto grego do Novo Testamento publicado no Brasil, do qual este autor tem notícia, é o que se encontra impresso no Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo, de Russel Norman Champlin. Publicado em seis volumes pela Sociedade Religiosa a Voz Bíblica Brasileira, a obra reproduz o texto e o *apparatus* da 3ª edição da United Bible Society, bem como o comentário textual, preparado por Metzger (*A Textual Commentary on the Greek New Testament*). No primeiro volume da obra²⁸⁴ encontram-se a tradução de um artigo do autor do comentário sobre “Manuscritos Antigos do Novo Testamento”, a tradução da “Introdução do Texto da UBS” e a tradução da “Introdução ao Comentário Textual”, de Metzger. Visto que todo o material sobre manuscritologia do comentário consiste em reprodução e tradução do trabalho da UBS, o seu valor reside, principalmente, em disponibilizar o material na língua portuguesa.

O segundo texto grego editado no Brasil, O Novo Testamento Grego Analítico de Friberg, foi publicado pela Editora Vida Nova, em 1975, e trata-se também de uma reprodução exata do texto da 3ª edição da UBS. A obra não tem *apparatus*. Seu valor consiste em ser o primeiro texto grego publicado em um só volume e nas informações morfológicas para o estudo da

língua grega.

Em 1995, este autor publicou uma edição limitada do Evangelho de Mateus, baseada no *Textus Receptus* de Scrivener de 1894, com *apparatus* indicando as variantes de duas edições do *Textus Receptus* (de Scrivener e de Stephanus de 1550), de dois Textos Majoritários (de Hodges-Farstad e Robinson-Pierpont) e de três Textos Críticos (da UBS³, de Nestle-Aland²⁶ e de Westcott-Hort).²⁸⁵

Em 1998, a Editora Vida Nova publicou uma edição trilingue do Novo Testamento: O Novo Testamento Trilingue, contendo a 27ª edição do Novo Testamento Grego de Nestle-Aland; a 2ª edição (de 1995) da versão portuguesa revista e atualizada de Almeida (ARA); e a versão inglesa *New International Version* (NIV).²⁸⁶ A obra não inclui o *apparatus* de Nestle-Aland.

Mais recentemente, algumas edições interlineares de textos gregos do Novo Testamento foram publicadas no Brasil. Em 2003, a Editora Cultura Cristã publicou uma interlinear com tradução literal, contendo a 26ª edição do texto de Nestle.²⁸⁷ Em 2004, a Sociedade Bíblica do Brasil publicou O Novo Testamento Interlinear Grego-Português. A obra reproduz a quarta edição de *The Greek New Testament*, de 1994, e contém uma tradução literal em português, além de duas outras traduções portuguesas: a Almeida Revista e Atualizada e a Nova Tradução na Linguagem de Hoje.²⁸⁸ Em 2008, a Editora Cultura Cristã lançou um Novo Testamento Interlinear, reproduzindo a 2ª edição de *The Greek New Testament according to the Majority Text*, de Zane Hodges e Arthur Farstad. Além do Texto Majoritário, da tradução interlinear e de uma tradução idiomática, a obra também contém informações morfológicas e manuscritológicas relevantes.²⁸⁹

2. COMPÊNDIOS DE MANUSCRITOLOGIA

Quanto a livros-textos sobre crítica textual, há duas obras disponíveis em língua portuguesa. O primeiro, O Novo Testamento Cânon, Língua e Texto, do ministro metodista B. P. Bittencourt, foi publicado pela ASTE – Associação de Seminários Teológicos Evangélicos, em 1965, e republicado pela JUERP, em 1993. Na sua terceira parte,²⁹⁰ o livro trata da tarefa e metodologia da crítica textual, do material, forma e tipos de alterações encontrados nos manuscritos, bem como da história da crítica textual. A obra é escrita do ponto de vista da teoria textual de Westcott e Hort.²⁹¹

O segundo livro-texto sobre o assunto, de autoria de Wilson Paroschi,

Crítica Textual do Novo Testamento, foi publicado em 1993 pela Editora Vida Nova (uma segunda edição foi publicada em 1999). Assim como o livro de Bittencourt, esta obra também é escrita do ponto de vista do texto minoritário. Os nomes de John Burgon, Frederick Scrivener, George Salmon, Edward Miller, Edward Hills, Wilbur Pickering, Arthur Farstad e Zane Hodges são apenas mencionados de passagem, como opositores da teoria de Westcott-Hort e defensores do texto recebido.²⁹² Contudo, nenhuma avaliação é feita dos argumentos desses autores em defesa do Texto Majoritário.

3. ARTIGOS EM OBRAS COLETIVAS E REVISTAS TEOLÓGICAS

Um artigo foi apresentado por Waldyr Carvalho Luz no II Congresso Nacional da Bíblia, sobre manuscritologia. As teses apresentadas no congresso foram publicadas pela Sociedade Bíblica do Brasil em 1979, e a tese mencionada, “Crítica textual do Novo Testamento”, encontra-se nas páginas 187 a 204. Nela, o autor discute, resumidamente, a natureza, a necessidade, a técnica, a história, o estado atual e o futuro da crítica textual. O ponto de vista do autor não é diferente do da maioria dos críticos textuais modernos. O penúltimo parágrafo demonstra a pouca expectativa do autor com relação aos objetivos da disciplina:

Subsistissem os autógrafos, não existiria a Crítica Textual, desnecessária e improcedente. Inexistentes, põe-se ela a campo, como cavaleiro da Távola Redonda, a buscá-los, ou, melhor, a reconstruí-los... sem jamais chegar lá. Chegasse, deixaria de operar, desapareceria. Mas, a não ser que alfin surdissem, mirabolantemente, mss. com a chancela colofônica dos autores originais, jamais poderá, com certeza absoluta, categorizar qual seja o texto primitivo, original, autêntico. Logo, persegue o que não espera alcançar, e se o alcançasse, não saberia dizer se o alcançou.²⁹³

B. P. Bittencourt e Waldyr Carvalho Luz também publicaram artigos sobre crítica textual do Novo Testamento na *Revista Teológica* do Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas, tais como: “A Contribuição da Crítica Textual aos Labores de Tradução da Bíblia” e “A Crítica Textual a Serviço da Bíblia,” de autoria de Bittencourt, e “O Famoso Papiro 75,” de Waldyr Luz.²⁹⁴

Mais recentemente, alguns artigos sobre crítica textual do Novo Testamento foram publicados em revistas teológicas brasileiras, contendo avaliações críticas sobre o texto eclético e sobre o Texto Majoritário, por este autor²⁹⁵ e por Paulo José Benício.²⁹⁶

4. O MINÚSCULO CALÓGERAS

Finalmente, cabe mencionar a existência de pelo menos um manuscrito grego no Brasil. Trata-se de um minúsculo contendo os quatro Evangelhos,

do século XI ou XII, com 234 folhas, que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Esse manuscrito foi doado à Biblioteca no dia 24 de junho de 1912, pelo Dr. João Pandiá Calógeras, e, aparentemente, nunca foi estudado ou catalogado. Mais informações sobre esse manuscrito minúsculo brasileiro (que podemos chamar de Manuscrito Calógeras) podem ser encontradas em um artigo escrito por Bruce Metzger na Revista Teológica do Seminário Presbiteriano do Sul, quando da sua passagem pelo Brasil, em 1952.^{[297](#)}

-
- ¹ Eldon Jay Epp, “The Twentieth Century Interlude in New Testament Criticism”, *Journal of Biblical Literature* 93:3 (1974): 391.
- ² Ver Maurice Robinson, “New Testament Greek Continuous-text MSS Ordered by Century”, *TC: A Journal of Biblical Textual Criticism*; <http://rosetta.reltech.org/TC/extras/Robinson-list.html> (acessado em 28/08/2013). A relação de Maurice Robinson foi compilada com base em Kurt Aland, *Kurzgefasste Liste der Griechischen Handschriften des Neuen Testaments*, 2 ed. (Berlin: Walter de Gruyter, 1994). Ela foi atualizada por Wieland Wilker, e se encontra disponível em: <http://www-user.uni-bremen.de/~wie/texte/Papyri-list.html> (acessada em 28/08/2013).
- ³ Depois desses, os manuscritos de maior conteúdo (contendo 10 e 11 folhas), são o p¹³, que contém porções de cinco capítulos de Hebreus, e o p⁴⁷ (*Chester Beatty*), que contém porções de Apocalipse 9-17.
- ⁴ Ver, por exemplo, Parvis, “New Testament Text”, 596.
- ⁵ Eldon Jay Epp, “The Papyrus Manuscripts of the New Testament”, em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*, Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), 10.
- ⁶ *Ibid.*
- ⁷ Bruce Metzger, *The Early Versions of the New Testament: Their Origin, Transmission, and Limitations* (Oxford: Clarendon Press, 1977), 101.
- ⁸ *Ibid.*, 104.
- ⁹ Parvis, “New Testament Text”, 596
- ¹⁰ Kilpatrick, “The Transmission of the New Testament and its Reliability”, 128. Uma análise de passagens peculiares do Papiro Bodman II, no Evangelho de João, pode ser encontrada em J. Ramsey Michaels, “Some Notable Readings of the Papyrus Bodmer II”, *The Bible Translator* 8:4 (1957): 150-54.
- ¹¹ Herman C. Hoskier, *Codex B and its Allies*, vol. 2 (London: Bernard Quaritch, 1914), 1.
- ¹² W. N. Pickering, *The Identity of the New Testament Text* (Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1980), 51.
- ¹³ E. C. Colwell, “Scribal Habits in Early Papyri; A Study in the Corruption of the Text”, em *The Bible in Modern Scholarship*, ed. J. P. Hyatt (Abingdon Press, 1965), 374-76.
- ¹⁴ Günther Zuntz, *The Text of the Epistles* (London: Oxford University Press, 1953), 18.
- ¹⁵ *Ibid.*, 252.
- ¹⁶ Kurt Aland, “The Significance of the Papyri for Progress in New Testament Research”, em *The Bible in Modern Scholarship*, ed. J. P. Hyatt (New York: Abingdon Press, 1965), 333.
- ¹⁷ Parvis, “New Testament Text”, 596.
- ¹⁸ Colwell, “Scribal Habits in Early Papyri”, 374-76.
- ¹⁹ *Ibid.*
- ²⁰ Epp, “The Papyrus Manuscripts of the New Testament”, 15.
- ²¹ Philip Schaff, ed., *The Nicene and Post-Nicene Fathers*, Second Series, vol. 1, *Church History*, 8:2, por Eusebius (Albany, Oregon: Ages, 1997), 418.
- ²² Epp, “The Papyrus Manuscripts of the New Testament”, 3.
- ²³ Ver J. Harold Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism* (Grand Rapids: Eerdmans, 1980), 20-21.

- ²⁴ Epp, “The Papyrus Manuscripts of the New Testament”, 6.
- ²⁵ Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism*, 22.
- ²⁶ Ibid. Ver também Wilson Paroschi, *Crítica Textual do Novo Testamento* (São Paulo: Vida Nova, 1993), 29.
- ²⁷ Cf. Herry Y. Gamble, *Books and Readers in the Early Church: A History of Early Christian Texts* (New Haven and London: Yale University Press, 1995).
- ²⁸ Paroschi, *Crítica Textual do Novo Testamento*, 32-33.
- ²⁹ Barbara Aland e Klaus Wachtel, “The Greek Minuscule Manuscripts of the New Testament”, em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*, Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), 44.
- ³⁰ Ver Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism*, 29; e Metzger, *The Text of the New Testament*, 9.
- ³¹ Antes do texto de Ximenes, somente pequenos trechos do NT haviam sido impressos. Em 1481, o monge John de Placenta, imprimiu em Milão, no apêndice de um saltério grego, os hinos de Zacarias e Isabel (Lc 1:46-55 e 68-79). Em 1495, foram impressos, em Veneza, os quatorze primeiros versículos do Evangelho de João. Em 1504, também em Veneza, imprimiu-se, no final de um volume contendo poemas de Gregory de Nazianzus, os seis primeiros capítulos de João.
- ³² O nome *Complutensian* vem de *Complutum*, nome latino de Alcalá, onde Ximenes fundou uma universidade e onde o texto foi impresso. Cf. S. P. Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament* (London: Samuel Bagster, Paternoster Row, 1854), 3.
- ³³ Ibid.
- ³⁴ Além desses volumes contendo os textos, havia outro, contendo dicionários e outras ferramentas para o estudo do Antigo e do Novo Testamento, que foi completado em 1517, juntamente com os volumes que continham o Antigo Testamento. Cf. Eberhard Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 2 ed. (London: Williams and Norgate, 1901), 1.
- ³⁵ Com o título: *Novum Testamentum Graece et Latine in Academia Complutensi Noviter Impressum*.
- ³⁶ Destas 600 cópias, 97 já foram localizadas. Uma delas encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Paroschi, *Crítica Textual do Novo Testamento*, 108).
- ³⁷ Metzger, *The Text of the New Testament*, 97.
- ³⁸ Ibid., 63.
- ³⁹ F. G. Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 2 ed. (Grand Rapids: William B. Eerdmans, 1951), 268.
- ⁴⁰ Metzger, *The Text of the New Testament*, 94-95.
- ⁴¹ G. R. Gregory, *Canon and Text of the New Testament* (Edinburgh: T & T Clark, 1907), 440.
- ⁴² Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 8.
- ⁴³ Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 440.
- ⁴⁴ Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 4.
- ⁴⁵ Metzger, *The Text of the New Testament*, 98.
- ⁴⁶ Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 268.
- ⁴⁷ Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 440.
- ⁴⁸ Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 10.
- ⁴⁹ O título do texto publicado por Erasmo foi: *Novum instrumentum omne, diligenter ab Erasmo Roterodamo recognitum et emendatum, non solum ad Gaecam veritatum verum etiam ad multorum*

utriusq; linguae codicum eorumq; ueterum simul et emendatorum fidem, postremo ad probatissimorum autorum citationem et interpretationem praecipue, Origenis, Chrysostomi, Cirilli, Vulgarij, Hieronymi, Cipriani, Ambrosij, Hilarij, Augustini, una cum annotationibus, quae lectorem doceant, quid qua ratione mutatum sit (Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 20).

⁵⁰ Segundo Paroschi (*Crítica Textual do Novo Testamento*, 111), há dois exemplares do texto de Erasmo na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (na seção de obras raras) – um da primeira edição e outro da quarta.

⁵¹ A edição foi parcialmente supervisionada por John Oecolampadius de Weinsberg, amigo de Zwinglio (Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 3).

⁵² “Praecipitatum verius quam editum” (Metzger, *The Text of the New Testament*, 98-99).

⁵³ Ibid. e Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 19.

⁵⁴ O manuscrito usado por Erasmo foi o códice 1r, do século XII, obtido por empréstimo do amigo Reuchlin (Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 269; e Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 21).

⁵⁵ Essa retradução fez com que Erasmo introduzisse algumas variantes que não são encontradas em nenhum manuscrito grego, como ἀκαθάρτητος (Ap 17:4), ὀρθρινός (Ap 22:16), ἐλθέ (2 vezes) e ἐλθέτω (Ap 22:17), συμμαρτυροῦμαι γάρ... εἰπιτιθῆναι πρὸς ταῦτα (Ap 22:18), ἀφαρῆ βιβλίου... ἀφαιρήσει... βιβλίου (Ap 22:19), ὑμῶν (Ap 22:21) (Metzger, *The Text of the New Testament*, 100).

⁵⁶ Cf. Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 269; Kirsopp Lake, *The Text of the New Testament*, 6 ed. rev. (London: Revington, 1928), 63; e Metzger, *The Text of the New Testament*, 99; e Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism*, 70.

⁵⁷ Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 3; e Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 269.

⁵⁸ Incluindo a primeira e segunda edição, foi publicado um total de três mil e trezentas cópias do texto de Erasmo (Metzger, *The Text of the New Testament*, 100; e Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 25).

⁵⁹ Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 24.

⁶⁰ Ibid., 25.

⁶¹ Ibid., 26.

⁶² Ibid., 27.

⁶³ Ibid., 28.

⁶⁴ Lake, *The Text of the New Testament*, 63.

⁶⁵ O título é proveniente das primeiras palavras do prefácio da obra (Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 7), significando *admirável, maravilhoso*, com referência à fonte utilizada.

⁶⁶ Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 441; Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*; 270 e Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 30.

⁶⁷ O nome foi tomado da página de título em honra ao Rei Henrique II (Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 7).

⁶⁸ Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 271; e Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 30.

⁶⁹ A edição de Ximenes é codificada por α e os manuscritos por β-ι, ζ; sendo que pelo menos dois deles: o códice Beza (séculos V/VI) e o códice L (século VIII) são de relativa antiguidade (Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 7,8).

- ⁷⁰ Cf. A. Souter, *The Text and Canon of the New Testament* (London: Duckworth, 1913), 96.
- ⁷¹ Ver Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 32, 33.
- ⁷² Lake, *The Text of the New Testament*, 63; Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 441; e Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 271.
- ⁷³ Lake, *The Text of the New Testament*, 63.
- ⁷⁴ O Códice Beza ou Cantabrigiense, do século V/VI, já usado por Stephanus, e o Códice Claromontanus, do século VI (Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 33).
- ⁷⁵ Cf. Lake, *The Text of the New Testament*, 63; e Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 33.
- ⁷⁶ Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 33.
- ⁷⁷ Cf. Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 271.
- ⁷⁸ Nestle afirma que “foram impressas 960 cópias comuns, 200 de melhor qualidade, 30 finas, 10 superfinas e 13 em pergaminhos” (Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 11).
- ⁷⁹ Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 442-43.
- ⁸⁰ Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 12.
- ⁸¹ Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 443.
- ⁸² Segundo Paroschi (*Crítica Textual do Novo Testamento*, 116), há uma cópia dessa edição na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- ⁸³ O qual havia sido recentemente doado ao governo britânico pelo patriarca de Constantinopla.
- ⁸⁴ Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 12-13.
- ⁸⁵ Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 443 e Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 274.
- ⁸⁶ Paroschi, *Crítica Textual do Novo Testamento*, 116.
- ⁸⁷ Essa tendência incipiente de apartar-se do *Textus Receptus* foi logo criticada por John Owen em *Considerations on the Prolegomena and Appendix to the Late Polyglotta*, em 1659. Ver F. F. Bruce, “The History of New Testament Study”, em *New Testament Interpretation*, ed. I. H. Marshall (Exeter: The Paternoster Press, 1979), 36.
- ⁸⁸ Somente a English Bible Society imprimiu mais de 350 mil cópias desse texto (cf. Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 13).
- ⁸⁹ Metzger, *The Text of the New Testament*, 106.
- ⁹⁰ No latim: *Textum ergo habes; nunc ab omnibus receptum: in quo nihil immutatum aut corruptum damus* (cf. Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 444; Lake, *The Text of the New Testament*, 93-94; e Metzger, *The Text of the New Testament*, 71).
- ⁹¹ Ver Souter, *The Text and Canon of the New Testament*, 96; Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 444; Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 272; Metzger, *The Text of the New Testament*, 106; e Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism*, 72.
- ⁹² Cf. Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 273.
- ⁹³ Cf. Metzger, *The Text of the New Testament*, 107; e Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 274.
- ⁹⁴ Dentre os manuscritos usados por Mill, Kenyon cita os unciais A, B, D, D², E, E² e K, e os minúsculos 28, 33, 59, 69 e 71 (Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*,

275).

⁹⁵ O *apparatus* do texto que publicou tinha cerca de 30 mil variantes (cf. Bruce, “*The History of New Testament Study*”, 36).

⁹⁶ Lake, *The Text of the New Testament*, 64.

⁹⁷ Ver Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 275; Souter, *The Text and Canon of the New Testament*, 98; Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 445; e Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 43.

⁹⁸ Cf. Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 275.

⁹⁹ Ver Metzger, *The Text of the New Testament*, 109; e Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 446.

¹⁰⁰ Cf. Metzger, *The Text of the New Testament*, 109.

¹⁰¹ *Ibid*, 117-18. Um sumário da contribuição norte-americana para o estudo do texto do Novo Testamento encontra-se em Eldon J. Epp, “New Testament Criticism in America; Requiem for a Discipline”, *Journal of Biblical Literature* 98:1 (1979): 94-98.

¹⁰² Segundo Scrivener, trata-se de um manuscrito “valioso, mas não muito antigo ou notável”. Ver Frederick H. A. Scrivener, *A Plain Introduction to the Criticism of the New Testament for the Use of Biblical Students*, vol. 2 (London: George Bell & Sons, 1894), 220.

¹⁰³ Cf. Metzger, *The Text of the New Testament*, 122; e Scrivener, *A Plain Introduction to the Criticism of the New Testament*, 220.

¹⁰⁴ Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 283.

¹⁰⁵ No *apparatus* são citados 172 mss. gregos, 2 versões siríacas (Filoxeniana e Palestinense), além de outros manuscritos parcialmente pesquisados, como é o caso do Códice Vaticano (B), que pela primeira vez teve suas leituras publicadas.

¹⁰⁶ O título completo da obra é *The New Testament in Greek and English. Containing the Original text Corrected from the Authority of the Most Authentic Manuscripts: and a New Version Form'd agreeably to the Illustrations of the most Learned Commentators and Critics: with Notes and Various Readings, and a Copious Alphabetical Index* (Metzger, *The Text of the New Testament*, 110)

¹⁰⁷ *Ibid*.

¹⁰⁸ Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 65-66.

¹⁰⁹ Metzger, *The Text of the New Testament*, 111.

¹¹⁰ Lake, *The Text of the New Testament*, 64-65.

¹¹¹ Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 17.

¹¹² Esta regra foi defendida por Bengel, na sua obra datada de 1725: *Prodromus Novi Testamenti graeci recte cauteque adornandi* (Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 112).

¹¹³ Metzger, *The Text of the New Testament*, 112.

¹¹⁴ Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 278; e Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 447.

¹¹⁵ Para isso, ele “seguiu os julgamentos críticos que Wettstein tinha expressado nas suas notas marginais consideradas como formas mais antigas” (Metzger, *The Text of the New Testament*, 116).

¹¹⁶ Como, por exemplo, a doxologia da oração do “Pai Nosso” (Mt 6:13); o texto sobre a mulher adúltera (Jo 7:53-8:11); e o tríplice testemunho mencionado em 1 João 5:7-8.

¹¹⁷ Exemplos: Atos 8:37 e 15:34.

- [118](#) Metzger, *The Text of the New Testament*, 116.
- [119](#) Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 449.
- [120](#) *Ibid.*, 450.
- [121](#) Metzger, *The Text of the New Testament*, 116-17.
- [122](#) Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 281.
- [123](#) Sob o título *Wetstenii libelli ad crisin atque interpretationem Novi Testamenti*.
- [124](#) Como, por exemplo, o *Apparatus ad liberalem Novi Testamenti interpretationem* (Halle, 1767).
- [125](#) Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 281.
- [126](#) A terceira edição, editada por David Schulz, em um volume, contém apenas os evangelhos.
- [127](#) Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 281.
- [128](#) Lake, *The Text of the New Testament*, 65.
- [129](#) Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism*, 74; e Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 18.
- [130](#) Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 282.
- [131](#) Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 84.
- [132](#) O primeiro parece ter sido o crítico holandês Andreas Birth, provavelmente o primeiro a ter acesso ao Códice Vaticano, desde Erasmo. Cf. James A. Kelhoffer, *Miracle and Mission: the Authentication of Missionaries and their Message in the Longer Ending of Mark* (Tübingen: Mohr Siebeck, 2000), 7-8.
- [133](#) Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 279.
- [134](#) No final do segundo volume, a obra apresenta como apêndice as cartas de Clemente de Roma e a homília de pseudo Clemente em siríaco e latim.
- [135](#) Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 448; e Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 18.
- [136](#) Ver Souter, *The Text and Canon of the New Testament*, 99.
- [137](#) A julgar pela sua preferência pelos mss. minúsculos mais recentes, essas leituras deveriam aproximar-se do Texto Majoritário.
- [138](#) Cf. Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism*, 73-74; e Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 280.
- [139](#) Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 90.
- [140](#) Chamado por ele de κοινή ἔκδοσις – “edição comum” (Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 90).
- [141](#) *Ibid.* e Metzger, *The Text of the New Testament*, 123.
- [142](#) Incluindo os unciais Α e Δ (Α a Η de Atos, Α a Ι de Paulo e Α a C de Apocalipse) e os minúsculos 1 a 469 (Evangelhos), 1 a 192 (Atos), 1 a 246 (Epístolas Paulinas), 1 a 88 (Apocalipse) e 1 a 58 (Cartas Gerais), sendo que destes, 616 eram manuscritos não pesquisados até então (cf. Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 285; e Metzger, *The Text of the New Testament*, 123).
- [143](#) Metzger, *The Text of the New Testament*, 123.
- [144](#) *Ibid.*, 123-24.
- [145](#) Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 285 e Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 93.
- [146](#) Tregelles, *An Account of the Printed Text of the Greek New Testament*, 95, 97.
- [147](#) O texto de Scholz foi reeditado muitas vezes, até 1845.

- [148](#) Ver Epp, “*The Twentieth Century Interlude in New Testament Criticism*”, 387.
- [149](#) Com relação à esta deficiência específica, ver Kurt Aland, “The Greek New Testament: Its Present and Future Editions”, *Journal of Biblical Literature* 87:2 (1968): 179-86. De acordo com Aland, a última edição crítica do Novo Testamento bem sucedida em apresentar as evidências até então conhecidas foi a de Tischendorf, há mais de um século (p. 182).
- [150](#) Ver Epp, “*The Twentieth Century Interlude in New Testament Criticism*”, 386-405.
- [151](#) Cf. Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 19; Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism*, 75; e Metzger, *The Text of the New Testament*, 124.
- [152](#) Cf. Lake, *The Text of the New Testament*, 66.
- [153](#) Metzger, *The Text of the New Testament*, 124.
- [154](#) Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 19.
- [155](#) Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 454.
- [156](#) Lachmann apenas indicou, no fim da obra, que havia exposto os detalhes sobre o seu texto em um artigo (de 28 páginas) publicado em um famoso periódico alemão no ano anterior (Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 452 e 454).
- [157](#) Souter, *The Text and Canon of the New Testament*, 101.
- [158](#) Metzger, *The Text of the New Testament*, 125.
- [159](#) Scrivener, *A Plain Introduction to the Criticism of the New Testament*, 233.
- [160](#) Lake, *The Text of the New Testament*, 66.
- [161](#) Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 455.
- [162](#) Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism*, 76.
- [163](#) Foi Tischendorf quem publicou o texto do palimpsesto C e quem descobriu e publicou o Códice Sinaítico (ℵ), encontrado no Mosteiro de Santa Catarina, no Monte Sinai.
- [164](#) Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 290.
- [165](#) Ibid.
- [166](#) Ibid. Cf. também Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 20.
- [167](#) Ver Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 458.
- [168](#) Cf. Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism*, 75.
- [169](#) O volume de *Prolegomena* publicado em 1879 por F. J. A. Hort e A.W. Streane é uma compilação de outros trabalhos de Tregelles.
- [170](#) Souter, *The Text and Canon of the New Testament*, 102.
- [171](#) Ibid.
- [172](#) Outro estudioso inglês que defendeu um texto eclético baseado na minoria dos manuscritos mais antigos, e sucedeu Tregelles na luta contra o *Textus Receptus* foi Henry Alford (1810-1871), Deão de Canterbury. Entre os anos de 1849 e 1861, Alford editou um texto grego do Novo Testamento em quatro volumes, contendo além do texto um *apparatus* e um comentário, conhecido pelo título *Alford's Greek Testament*. O título original da obra é *The Greek New Testament: With a Critically Revised Text: a Digest of Various Readings; Marginal References to Verbal and Idiomatic Usage; Prolegomena; and a Critical and Exegetical Commentary; For the Use of Theological Students and Ministers*. Segundo Gregory (*Canon and Text of the New Testament*, 461), o texto grego de Alford é mais próximo do de Tregelles do que do de Tischendorf.
- [173](#) Souter, *The Text and Canon of the New Testament*, 103.

- [174](#) Metzger, *The Text of the New Testament*, 129.
- [175](#) Lake, *The Text of the New Testament*, 61.
- [176](#) Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 294.
- [177](#) Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism*, 77.
- [178](#) A teoria textual de Westcott-Hort será considerada mais pormenorizadamente adiante.
- [179](#) Metzger, *The Text of the New Testament*, 137.
- [180](#) *Ibid.*, 138.
- [181](#) *The Text and Canon of the New Testament*, publicado em Londres, em 1913.
- [182](#) *Ibid.*, 105-06.
- [183](#) Cf. *Ibid.*, 106; e Metzger, *The Text of the New Testament*, 138-39.
- [184](#) *Ibid.*
- [185](#) Cf. Moisés Silva, “Modern Critical Editions and Apparatuses of the Greek New Testament”, em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*, Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), 283-84.
- [186](#) Aland, “The Greek New Testament: Its Present and Future Editions”, 179.
- [187](#) O título da obra é: *Die Achriften des Neuen Testaments in ihrer ältesten erreichbaren Textgestalt hergestellt auf Grund ihrer Textgeschichte* (Os Escritos do Novo Testamento em sua forma mais antiga alcançável, estabelecidos sobre a base da sua história textual).
- [188](#) Metzger, *The Text of the New Testament*, 139.
- [189](#) O volume inteiro contendo o resultado de suas pesquisas sobre a história do texto tem 2.203 páginas (*ibid.*).
- [190](#) *Ibid.*, 142.
- [191](#) Lake, *The Text of the New Testament*, 82.
- [192](#) Ver Metzger, *The Text of the New Testament*, 143; e Silva, “Modern Critical Editions and Apparatuses”, 284.
- [193](#) Cf. Silva, “Modern Critical Editions and Apparatuses”, 284.
- [194](#) Metzger, *The Text of the New Testament*, 144.
- [195](#) Ver Silva, “Modern Critical Editions and Apparatuses”, 284.
- [196](#) Nestle, *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 23.
- [197](#) Cf. Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 312; e J. van Bruggen, *The Ancient Text of the New Testament* (Winnipeg: Premier Printing, 1976), 9-10.
- [198](#) Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 313.
- [199](#) Referindo-se ao método usado por Nestle, Gregory afirma: “Eu não gosto da maneira pela qual ele toma decisões com relação ao texto” (Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 465).
- [200](#) Além desse texto, Nestle também publicou, em 1919, uma quarta impressão da edição de Scrivener do texto de Stephanus de 1550 (cf. van Bruggen, *The Ancient Text of the New Testament*, 10).
- [201](#) Ver também o capítulo 3: “Exposição e Crítica da Teoria de Westcot-Hort”, adiante.
- [202](#) Na terceira edição, composto por Kurt Aland, Matthew Black, Carlo M. Martini, Bruce M. Metzger e Allen Wikgren.
- [203](#) A primeira foi publicada em 1966, a segunda em 1968, a terceira em 1975, e quarta em 1993. A última edição tem como editores Barbara Aland, Kurt Aland, Johannes Karavidopoulos, Carlo M.

Martini, e Bruce Metzger, e foi publicada em conjunto por Deutsche Bibelgesellschaft e United Bible Society.

²⁰⁴ Como as edições de Westcott-Hort, Nestle, Bover, Merk, Vogels, Tischendorf e von Soden. Ver K. Aland, M. Black, et al., eds., *The Greek New Testament*. 3 ed. (New York: United Bible Societies, 1975), v.

²⁰⁵ Embora a terceira edição só tenha aparecido em 1975, ela já estava pronta desde 1971, como prova o *Comentário Textual* editado por Bruce M. Metzger, em 1971, baseado nessa edição. Ver B. M. Metzger, *A Textual Commentary on the Greek New Testament* (London e New York: United Bible Societies, 1975), 82.

²⁰⁶ Aland, Black et al., *The Greek New Testament*, viii.

²⁰⁷ Ver J. K. Elliott, “The Forth Edition of the United Bible Societies’ Greek New Testament” (Paper, Dallas: Majority Text Society, n.d.), 2.

²⁰⁸ A quarta edição elimina 293 coleções de variantes da terceira, e acrescenta 284 outras, tornando a quarta edição mais coerente com o critério indicado no prefácio da primeira edição, de incluir coleções de variantes relevantes para tradutores.

²⁰⁹ Ver avaliação crítica da quarta edição do texto da UBS em J. K. Elliott, “The Fourth Edition of the United Bible Societies’ Greek New Testament” (Paper, Dallas: Majority Text Society, n.d.). Ver também Aland, “The Greek New Testament: Its Present and Future Editions”. Segundo Aland, enquanto a 26ª edição de Nestle-Aland apresenta cerca de 20 variantes por página, a 3ª edição da UBS contém apenas 1,6 variantes por página (p.180).

²¹⁰ O projeto, no final da década de 60, incluía dois comitês: um britânico, composto por J. M. Plumley (presidente), G. D. Kilpatrick, H. F. D. Sparks, S. P. Brock, W. D. McHardy, I. A. Moir, T. C. Skeat e G. G. Willis; e outro americano, composto por: E. C. Colwell (presidente), Allen P. Wikgren, M. J. Suggs, Bruce M. Metzger, Kenneth W. Clark e Eldon J. Epp (consultor). Cf. Ernest Cadman Colwell, Irving Alan Sparks, Frederik Wisse, e Paul R. McReynolds, “The International Greek New Testament Project: A Status Report”, *Journal of Biblical Literature* 87:2 (1968): 187.

²¹¹ Ver *The Ancient Biblical Manuscript Center for Preservation and Research Home-page* (<http://www.abmc.org>)

²¹² Ver Colwell, “The International Greek New Testament Project: A Status Report”. Os resultados do trabalho no Evangelho de Lucas foram publicados em dois volumes na década de 80: The American and British Committees of the International Greek New Testament Project, eds. *The New Testament in Greek: The Gospel According to St. Luke, Part One, Chapters 1 - 12* (Oxford: Clarendon, 1984); e The American and British Committees of the International Greek New Testament Project, eds. *The New Testament in Greek: The Gospel According to St. Luke, Part Two, Chapters 13 - 24* (Oxford: Clarendon, 1987).

²¹³ Silva, “Modern Critical Editions and Apparatuses”, 293.

²¹⁴ Barbara Aland, Kurt Aland, Gerd Mink, and Klaus Wachtel, eds., *Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior*, vol. 4, Catholic Letters. Installment 1: James. Part 1: Text; Part 2: Supplementary Material (Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997).

²¹⁵ Ver Barbara Aland, “*Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior*; Presentation of the First Part: The Letter of James”, *TC: A Journal of Biblical Textual Criticism* 3 (1998); <http://www.reltech.org/TC/v03/Aland1998.html>; acessado em 04/09/2013.

²¹⁶ Para maiores informações sobre essa publicação, ver artigo de apresentação da obra já citado, de Barbara Aland, “*Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior*; Presentation of the First Part: The Letter of James”; e as seguintes resenhas publicadas no número 3 de *TC: A Journal of Biblical Textual Criticism*, de 1998 (<http://www.reltech.org/TC/v03/>): Barth D. Ehrman, “*Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior: An Evaluation*”; William L. Petersen, “Some Remarks on the First

Volume (The Epistle of James) of the *Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior*"; D. C. Parker, "A Critique of the *Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior*"; Peter H. Davids, "*Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior: A Non-Specialist's Perspective*"; e Klaus Wachtel, "Response to Four Reviews of the James Volume of the *Editio Critica Maior*".

²¹⁷ Reuben J. Swanson, *New Testament Greek Manuscripts: Variant Readings arranged in Horizontal Lines against Codex Vaticanus*, 4 vols., com prefácio de Bruce Metzger (Sheffield Academic Press, 1995; e Pasadena: William Carey International University Press, 1995).

²¹⁸ Para mais informações, ver Vincent Broman, resenha de *New Testament Greek Manuscripts: Variant Readings arranged in Horizontal Lines against Codex Vaticanus*, by Reuben J. Swanson, *TC: A Journal of Biblical Textual Criticism* 1 (1996), Internet: <http://www.reltech.org/TC/v01/Swanson1996rev.html>; acessado em 11/04/2014.

²¹⁹ Léon Vagnay, *Initiation à la critique textuelle néotestamentaire* (Paris, 1934), 60; tradução inglesa, *An Introduction to the Textual Criticism of the New Testament*, trad. B. V. Miller (London: Sands and Company, 1937), 71.

²²⁰ Ver E. C. Colwell, "Genealogical Method: its Achievements and its Limitations", *Journal of Biblical Literature* 66 (1947): 109-33; e "The Significance of Grouping of New Testament Manuscripts", *New Testament Studies* 4 (1958): 73-92.

²²¹ Zuntz, *The Text of the Epistles*, 155

²²² Albert C. Clark, *Recent Development in Textual Criticism*, an inaugural Lecture delivered before the University on 6 June 1914 (Oxford, 1914). Citado em Metzger, *The Text of the New Testament*, 162.

²²³ Ibid.

²²⁴ Ver Epp, "The Papyrus Manuscripts of the New Testament", 16; e James R. Royse, "Scribal Tendencies in the Transmission of the Text of the New Testament", em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*, Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), 245-47.

²²⁵ Metzger, *The Text of the New Testament*, 173.

²²⁶ Ibid., 174-75.

²²⁷ J. Keith Elliott, "Thoroughgoing Eclecticism in New Testament Textual Criticism", em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*, Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), 322-23.

²²⁸ Ibid., 324.

²²⁹ Ibid., 332.

²³⁰ Epp, "The Twentieth Century Interlude in New Testament Criticism", 407-08.

²³¹ Thomas C. Geer Jr., "Analyzing and Categorizing New Testament Greek Manuscripts: Colwell Revisited", em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*, Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), 258-59.

²³² Ver Metzger, *The Text of the New Testament*, 163-69.

²³³ Ernest C. Colwell e Ernest W. Tune, "The Quantitative Relationships between MS Text-Types", em *Biblical and Patristic Studies in Memory of Robert Pierce Casey*, eds. J. N. Birdsall and R. W. Thomson (Freiburg: Herder, 1963), 25-32.

²³⁴ Citado em Epp, "The Twentieth Century Interlude in New Testament Criticism", 408.

²³⁵ Colwell e Tune, "The Quantitative Relationships between MS Text-Types", 25 (citado em Geer Jr., "Analyzing and Categorizing New Testament Greek Manuscripts", 255).

²³⁶ Os resultados dessas pesquisas foram apresentados nas seguintes dissertações de doutorado: Paul R. McReynolds, “The Claremont Profile Method and the Grouping of Byzantine New Testament Manuscripts” (Ph.D. diss., Claremont Graduate School, 1968); e Frederick Wisse, “The Claremont Profile Method for the Classification of Byzantine New Testament Manuscripts: A Study in Method” (Ph.D. diss., Claremont Graduate School, 1968).

²³⁷ Para uma breve descrição do método, ver Robert B. Waltz, “The Claremont Profile Method”, *The Encyclopedia of New Testament Textual Criticism* home-page (<http://www.skypoint.com/~waltzmn/CPM.html>; acessado em 03/01/1999). Descrições mais elaboradas do método podem ser encontradas em Eldon Jay Epp, “The Claremont Profile Method for Grouping New Testament Minuscule Manuscripts”, em *Studies in the Theory and Method of New Testament Textual Criticism*, Studies and Documents 45, ed. Eldon Jay Epp and Gordon D. Fee (Grand Rapids: Eerdmans, 1993): 211-20; Paul R. McReynolds, “The Value and Limitations of the Claremont Profile Method”, *Society of Biblical Literature: Book of Seminar Papers* (1972), 1.1-7; e Frederick Wisse, *The Profile Method for the Classification and Evaluation of Manuscript Evidence* (Grand Rapids: Eerdmans, 1982).

²³⁸ Ver Geer Jr., “Analyzing and Categorizing New Testament Greek Manuscripts”, 257-58; W. L. Richards, “A Critique of a New Testament Text-Critical Methodology – The Claremont Profile Method”, *Journal of Biblical Literature* 96:4 (1977): 555-66; W. L. Richards, “Manuscripts Grouping in Luke 10 by Quantitative Analysis”, *Journal of Biblical Literature*, 98:3 (1979): 379-91; e Epp, “The Twentieth Century Interlude in New Testament Criticism”, 409-10.

²³⁹ Mais informações históricas sobre a sociedade em A. J. Brown, *The Word of God Among All Nations: A Brief History of the Trinitarian Bible Society 1831-1981* (London: Trinitarian Bible Society, 1981).

²⁴⁰ Endereço: www.tbsbiles.org. Entre os artigos sobre crítica textual que podem ser encontrados na home-page, estão: “What Today’s Christian Needs to Know about The Greek New Testament”; e “A Textual Key to the New Testament; A List of Omissions and Changes”, ambos de G. W. Anderson, gerente de edição da sociedade. O último, encontra-se também publicado em forma de livro: George W. Anderson and Debra E. Anderson, *A Textual Key to the New Testament: A List of Omissions and Changes* (London: Trinitarian Bible Society, 1992).

²⁴¹ Waite é autor de *Defending the King James Bible: A Four-fold Superiority*. (Collingswood, NJ: Bible for Today Press, 1992), onde ele defende a superioridade da versão King James quanto aos textos hebraico e grego, aos seus tradutores, à técnica de tradução e à teologia. Uma versão resumida do livro encontra-se disponível na Internet: <http://av1611.com/kjbp/articles/waite-fourfold1.html> (acessado em 05/09/2013).

²⁴² Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism*, 82. A formação acadêmica de Hills inclui os seguintes graus: bacharelado em artes por Yale (1934), bacharelado em teologia pelo Westminster Theological Seminary (1938), mestrado em teologia por Columbia Theological Seminary (1940); e doutorado em teologia em Harvard, com especialização em crítica textual (1946).

²⁴³ T. P. Letis, “Edward Freer Hills’s Contribution to the Revival of the Ecclesiastical Text” (Th.D. thesis; Candler School of Theology, 1987), 7.

²⁴⁴ Movimento conhecido em inglês pela abreviatura *KJVOnlyism*.

²⁴⁵ Autor de *God Wrote Only One Bible* (Junction City, Oregon: Eye Opener Pub., 1980).

²⁴⁶ Autor de *The Christian’s Handbook of Manuscript Evidence* (Pensacola: Pensacola Bible Press, 1970); *Problem Texts* (Pensacola: Pensacola Bible Press, 1980); e *The Bible Babel* (Pensacola: Bible Believers Press, 1994).

²⁴⁷ Autora de *New Age Bible Versions* (Munroe Falls, OH: A. V. Publications, 1993) e *Which Bible is God’s Word?*

- [248](#) Grand Rapids: International Publications, 1970, 1975.
- [249](#) Ver também o artigo de Hoskier em defesa da versão King James: “The Authorized Version of 1611”, *Bibliotheca Sacra* 68:272 (1911): 693-704.
- [250](#) Grand Rapids: International Publications, 1973.
- [251](#) Grand Rapids: International Publications, 1975, 1978.
- [252](#) Grand Rapids: Institute for Biblical Textual Studies, 1987.
- [253](#) Ver também Theodore P. Letis, “B. B. Warfield, Common-Sense Philosophy and Biblical Criticism”, *American Presbyterians* 69:3 (1991): 175-90.
- [254](#) Burgon chama de Texto Tradicional o que estamos chamando de Texto Majoritário: o texto evidenciado na grande maioria dos manuscritos.
- [255](#) Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 462.
- [256](#) Essa coleção encontra-se no Museu Britânico (Souter, *The Text and Canon of the New Testament*, 102).
- [257](#) *The Last Twelve Verses of the Gospel according to St. Mark: Vindicated against Recent Critical Objectors and Established* (Oxford: James Parker, 1871).
- [258](#) *The Revision Revised* (London: John Murray, 1883).
- [259](#) Burgon preparou um texto revisado, exibindo a forma quase final do Texto Tradicional, corrigindo os defeitos encontrados no *Textus Receptus* de Stephanus e dos irmãos Elzevir (Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 307).
- [260](#) Ver metodologia textual de Burgon adiante, na seção: “Os Cânones Textuais de Burgon”, no capítulo: “O Texto Majoritário”.
- [261](#) As três obras foram publicadas em 1896, em Londres, por George Bell and Sons.
- [262](#) Gregory, *Canon and Text of the New Testament*, 462.
- [263](#) George Salmon, *Some Thoughts on the Textual Criticism of the New Testament* (London: John Murray, 1897).
- [264](#) *Ibid.*, 33.
- [265](#) *Ibid.*, 26.
- [266](#) Ver, por exemplo, “The Ecclesiastical Text of Revelation – Does it Exist?” *Bibliotheca Sacra* 118:470 (1961) 113-22; “The Critical Text and the Alexandrian Family of Revelation”, *Bibliotheca Sacra* 119:479 (1962) 129-38; “The Greek Text of the King James Version”, *Bibliotheca Sacra* 125:500 (1968): 334-45 (republicado como um capítulo em *Which Bible?* [1970]); “Rationalism and Contemporary New Testament Textual Criticism”, *Bibliotheca Sacra* 128:509 (1971): 27-35; “Modern Textual Criticism and the Majority Text: A Response”, *Journal of the Evangelical Theological Society* 21 (1978): 143-55; “Modern Textual Criticism and the Majority Text: A Surrejoinder”, *Journal of the Evangelical Theological Society* 21 (1978): 161-64 (os dois últimos artigos interagem com Gorden D. Fee, “Modern Textual Criticism and the Majority Text: A Rejoinder”, *Journal of the Evangelical Theological Society* 21 [1978]: 157-60); e “The Woman Taken in Adultery (John 7:53–8:11): The Text”, *Bibliotheca Sacra* 136:544 (1980): 318-32.
- [267](#) Hodges, Z. C. e Farstad, A. L. *The Greek New Testament according to the Majority Text*. Nashville, Camden e New York: Thomas Nelson Publishers, 1982. Uma segunda edição foi publicada em 1985 (as citações são da segunda edição). Ver resenha da obra em: Daniel B. Wallace, “The Greek New Testament according to the Majority Text: A Review Article”, *Grace Theological Journal* 4:1 (1983): 119-26.
- [268](#) Parte do conteúdo do livro provém de sua tese de mestrado submetida ao *Dallas Theological*

Seminary, em 1968, no qual ele pesquisa e avalia as contribuições de John Burgon para o criticismo textual do NT. Esse trabalho foi publicado em 1972, com o título *True or False? (Grand Rapids International Publishers)*, e republicado em 1975, com o texto da tese, na íntegra (Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 15).

²⁶⁹ Ver Daniel B. Wallace, “The Majority-Text Theory: History, Methods and Critique”, *Journal of Evangelical Theological Society* 37:2 (1994): 193.

²⁷⁰ Ver Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 139. Uma resenha do livro de Pickering, réplica e tréplica são encontradas em: Richard A. Taylor, “Queen Anne Resurrected? A Review Article”, *Journal of the Evangelical Theological Society* 20:4 (1977): 377-81; Wilbur N. Pickering, “‘Queen Anne...’ and All That: A Response”, *Journal of the Evangelical Theological Society* 21:2 (1978): 165-67; Richard A. Taylor, “‘Queen Anne’ Revisited: A Rejoinder”, *Journal of the Evangelical Theological Society* 21:2 (1978): 169-71. Para uma avaliação do Texto Majoritário, conforme sustentado por Pickering, escrita da perspectiva dos textos ecléticos, ver Daniel B. Wallace, “The Majority Text and the Original Text: Are They Identical?” *Bibliotheca Sacra* 148:590 (1991): 151-59.

²⁷¹ Cf. Wilbur N. Pickering, *The Identity of the New Testament Text III* (Eugene, Oregon: Wipf & Stock, 2012), 100-101.

²⁷² Ver <http://www.walkinhiscommandments.com/pickering2.htm>.

²⁷³ Harry A. Sturz, *The Byzantine Text-Type and New Testament Textual Criticism* (Nashville: Thomas Nelson, 1984).

²⁷⁴ Apresentada, em 1967, no Grace Theological Seminary (Winona Lake, 1967).

²⁷⁵ Sturz, *The Byzantine Text-Type and New Testament Textual Criticism*, 23.

²⁷⁶ Maurice A. Robinson and William G. Pierpont, *The New Testament in the Original Greek According to the Byzantine/Majority Textform* (Atlanta: Original Word Publishers, 1991).

²⁷⁷ Hodges and Farstad, *The Greek New Testament according to the Majority Text*, xi-xii

²⁷⁸ Robinson and Pierpont, *The New Testament in the Original Greek according to the Byzantine/Majority Textform*, liii.

²⁷⁹ A edição original em holandês recebeu o título *De Tekst Van Het Nieuwe Testament*.

²⁸⁰ Ver Jacob van Bruggen, “De mondige bijbeltekt en de tekst van het Nieuwe Testament”, *Met andere Woorden* 7 (1988) 6–10; “Reactie op het artikel van prof. De Jonge”, *Met andere Woorden* 7 (1988) 12; e “De vertroosting der Schriften”, *Met andere Woorden* 8 (1989) 17–18.

²⁸¹ Publicada com o título *Assimilation as a Criterion for the Establishment of the Text: A Comparative Study on the Basis of Passages from Matthew, Mark and Luke* (Kampen: J. H. Kok, 1989).

²⁸² Wallace, “The Majority-Text Theory; History, Methods and Critique”, 196.

²⁸³ A primeira diretoria da sociedade foi assim composta: Wilbur Pickering (presidente), Arthur Farstad (vice-presidente), Frank D. Carmical, e Zane C. Hodges (tesoureiro).

²⁸⁴ Nas páginas 86 a 130.

²⁸⁵ Paulo R. B. Anglada, ed., *O Novo Testamento Grego: Textus Receptus de Scrivener: Com Apparatus Indicando as Variantes Majoritárias e Ecléticas* (Belém: Editora Clássicos Evangélicos, 1995).

²⁸⁶ Luiz Sayão, ed., *Novo Testamento Trilíngue* (São Paulo: Vida Nova, 1998).

²⁸⁷ Waldyr Carvalho Luz, ed., *Novo Testamento Interlinear* (São Paulo: Cultura Cristã, 2003).

²⁸⁸ V. Scholz e R. G. Bratscher, *Novo Testamento Interlinear Grego-Português* (Barueri, SP: SBB, 2004).

- [289](#) Paulo Sérgio Gomes e Odayr Olivetti, *Novo Testamento Interlinear Analítico: Texto Majoritário com Aparato Crítico* (S. Paulo: Editora Cultura Cristã, 2008).
- [290](#) Páginas 71-204, na edição da ASTE; e 59-156, na edição da JUERP.
- [291](#) Bittencourt, P. B. *O Novo Testamento Cânon, Língua e Texto* (São Paulo: ASTE, 1965).
- [292](#) Paroschi, *Crítica Textual do Novo Testamento*, 128.
- [293](#) W. C. Luz, “Crítica Textual do Novo Testamento”, em *Teses do II Congresso Nacional da Bíblia* (Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1979), 204.
- [294](#) Ver B. P. Bittencourt, “A Contribuição da Crítica Textual aos Labores de Tradução da Bíblia”, *Revista Teológica* 24:32 (1963): 49-54; B. P. Bittencourt, “A Crítica Textual a Serviço da Bíblia”, *Revista Teológica* 25:33-34 (1964): 48-55; e Waldyr C. Luz, “O Famoso Papiro 75”, *Revista Teológica* 24:32 (1963): 41-48.
- [295](#) Ver Paulo R. B. Anglada, “A Teoria de Westcott e Hort e o Texto Grego do Novo Testamento: Um Ensaio em Manuscritologia Bíblica”, *Fides Reformata* 1:2 (1996): 15-30; idem, “Introdução ao Texto Majoritário: Pressuposições Teológicas, Teorias Históricas e Metodologias”, *Revista Sistemática Equatorial* 1:1 (2009): 51-72. Ver também, Paulo Anglada, *Introdução à Hermenêutica Reformada: Correntes Históricas, Pressuposições, Princípios e Métodos Linguísticos* (Ananindeua, PA: Knox Publicações, 2006), 154-65; idem, *Sola Scriptura: A Doutrina Reformada das Escrituras*, 3 ed. (Ananindeua, PA: Knox Publicações, 2013), 113-26.
- [296](#) Ver Paulo José Benício, “Manuscritos Gregos na Tradição Textual do Novo Testamento”, *Revista Ciência da Religião – História e Sociedade* 3:1 (2005): 180-90; idem, “O Texto Bizantino na Tradição Manuscrita do Novo Testamento” *Fides Reformata*, 8:2 (2003): 39-54.
- [297](#) Metzger, B. M. “Um Manuscrito Grego dos Quatro Evangelhos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”, *Revista Teológica do Seminário Presbiteriano do Sul* 2 (1952): 5-9.

Capítulo 2

O *TEXTUS RECEPTUS*

A primeira corrente manuscritológica significativa (do ponto de vista cronológico) é aquela que sustenta o *Textus Receptus* como expressão praticamente perfeita do texto original do Novo Testamento. É importante, entretanto, observar algumas distinções internas.

As primeiras impressões do texto grego do Novo Testamento, conhecidas pela expressão *Textus Receptus*, embora praticamente empíricas em relação ao volume de manuscritos hoje conhecidos, representava, pelo menos em termos gerais, o texto bizantino, tradicional ou eclesiástico, isto é, o texto geralmente em uso na época. Erasmo, Ximenes, Beza, Stephanus e demais editores do *TR* lançaram mão dos manuscritos a que tinham acesso e consideravam mais representativos do texto em uso pela Igreja na época. Não conhecendo os milhares de manuscritos hoje disponíveis, eles não tinham como posicionar-se, nem a favor do texto hoje conhecido como *Textus Receptus*, nem a favor do texto realmente majoritário.

Atualmente, contudo, é possível distinguir pelo menos dois grupos de defensores do *Textus Receptus*. Uns poucos, como Hills, apresentam defesas mais eruditas da posição que sustentam, e não parecem fazer distinção rígida entre o *Textus Receptus* e o Texto Majoritário. A maioria, entretanto, geralmente associada ao fundamentalismo, de modo geral apresenta defesas mais populares do *TR*, relacionadas com a versão *King James*, chegando a defender o que chamam de dupla inspiração: dos autógrafos e da Versão Autorizada, como é o caso de Peter Ruckman. Estes fazem questão de não ser confundidos com os defensores do Texto Majoritário.

A breve apresentação e avaliação crítica a seguir é baseada especialmente na posição mais bem elaborada de Hills¹ e de outros representantes menos extremados.

PRESSUPOSIÇÕES TEOLÓGICAS

De modo geral (mas apenas de modo geral), os defensores do *Textus Receptus* partem das mesmas pressuposições teológicas que os defensores do Texto Majoritário: as doutrinas da inspiração e preservação das Escrituras. Contrariamente a estes, entretanto, para os proponentes do *TR*, essas

doutrinas, especialmente a doutrina da preservação, não são tidas apenas como pressuposições, mas fazem parte fundamental das teorias históricas que apresentam com vistas à determinação do texto do Novo Testamento.

1. A DOUTRINA DA INSPIRAÇÃO

Com relação à doutrina da inspiração, proponentes mais competentes e moderados dessa corrente, como Hills, sustentam a doutrina reformada tradicional, segundo a qual a inspiração (verbal) se aplica apenas aos autógrafos. Outros, contudo, como já foi mencionado, sustentam que a inspiração se aplica não apenas aos autógrafos, mas às próprias versões, particularmente à Versão Autorizada. A defesa que esses últimos fazem do *Textus Receptus* tem o propósito explícito ou implícito de defender essa versão específica das Escrituras. Outras versões são, muitas vezes, consideradas não meramente inferiores ou deficientes, com relação ao texto grego usado ou ao método de tradução empregado, mas tidas como teologicamente heréticas, malignas ou mesmo diabólicas.

2. A DOUTRINA DA PRESERVAÇÃO

Com relação à doutrina da preservação, os defensores do *Textus Receptus* geralmente sustentam a posição também mantida pelos proponentes do Texto Majoritário de que a doutrina da inspiração implica necessariamente na doutrina da preservação. Na concepção de ambos, não tem sentido afirmar que Deus inspirou os autógrafos, se eles não foram preservados puros e, conseqüentemente, autoritativos, para o uso da Igreja no decurso dos séculos. Tanto uns quanto outros professam o ensino reformado expresso na Confissão de Fé de Westminster:

O Velho Testamento em Hebraico (língua nativa do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em Grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus, e *pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos*, são por isso, autênticos, e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal.²

Na realidade, defensores conservadores de textos ecléticos também professam, de um modo ou de outro, a doutrina da preservação e inspiração das Escrituras, como veremos adiante.

A diferença fundamental, portanto, está: (1) no lugar que cada grupo atribui a essa doutrina no estudo do texto do Novo Testamento; e (2) na resposta que cada grupo oferece sobre como essa preservação ocorre e qual o texto que representa os autógrafos – afinal, nem a Bíblia nem a Confissão de Fé de Westminster determinam exatamente como isso ocorreria

historicamente.

O Lugar da Doutrina da Preservação

na Manuscritologia do Novo Testamento

Com relação ao lugar da doutrina da preservação no estudo dos manuscritos do Novo Testamento, a posição predominante entre os defensores dos textos ecléticos é negativa. Para eles, investigações históricas dessa natureza, relacionadas ao texto do Novo Testamento, devem ser realizadas de modo estritamente objetivo, com base exclusivamente nos fatos históricos, à parte de qualquer pressuposição teológica.³ Os proponentes do Texto Majoritário, por sua vez, admitem a legitimidade das pressuposições teológicas em pesquisas de natureza histórica, mas procuram realizar suas investigações de modo honesto, avaliando os fatos, e procurando oferecer teorias históricas que expliquem satisfatoriamente as evidências, do ponto de vista, é claro, das suas pressuposições.⁴

Os defensores do *Textus Receptus*, por outro lado, não apenas admitem a validade da doutrina da preservação como pressuposição teológica, mas constroem suas teorias históricas com base na concepção que sustentam da doutrina, sem dar a devida consideração às evidências históricas disponíveis.

Interpretação da Doutrina

A interpretação que defensores conservadores dos textos ecléticos dão à doutrina da preservação pode ser ilustrada com as posições de J. H. Skilton e B. B. Warfield. Skilton, por exemplo, considera que “o Criticismo Textual, na providência de Deus, é o meio provido para a determinação do verdadeiro texto da Bíblia”⁵ - por “Criticismo Textual”, Skilton se refere à teoria de Westcott-Hort e seus seguidores. Warfield, semelhantemente, interpreta a doutrina professada no parágrafo citado da *Confissão de Westminster*, afirmando que:

A multiplicação de cópias das Escrituras, os diversos esforços inicialmente feitos com vistas à revisão do texto, o surgimento de especialistas, em nossos próprios dias, para coletar e comparar manuscritos e para reformá-los com base em princípios científicos – de Tischendorf e Tregelles, e Westcott e Hort – é tudo parte do cuidado e providência singulares de Deus em preservar pura a sua Palavra inspirada.⁶

Os proponentes do Texto Majoritário reconhecem que a providência de Deus, com relação ao texto do Novo Testamento, inclui a coleta e comparação de manuscritos, a elaboração de teorias textuais, e o emprego de metodologias que permitam uma avaliação apropriada das evidências

históricas. Contudo, discordando das teorias históricas e metodologias propostas por aqueles que consideram o assim chamado texto Neutro ou o Alexandrino - encontrado nos manuscritos egípcios - como o texto preservado, os defensores do Texto Majoritário concluem que o texto representado na vasta maioria de manuscritos é aquele que representa o texto original.

Os defensores do *Textus Receptus*, por outro lado, atribuem pouco valor à investigação e às evidências históricas. Com base apenas na concepção da doutrina da preservação que sustentam, eles acreditam que essa forma impressa do texto, usada como base da Versão Autorizada, é a única que pode reivindicar haver sido preservada no decorrer da história.

TEORIAS HISTÓRICAS

No quarto capítulo da sua obra, Hills apresenta as suas teorias históricas, em defesa do *Textus Receptus*, resumidas a seguir.

1. BASE DOUTRINÁRIA DA TEORIA HISTÓRICA

A teoria de Hills, em defesa do *Textus Receptus*, se baseia fundamentalmente na doutrina da preservação das Escrituras. Para ele, a preservação do texto do Novo Testamento é similar à preservação do texto do Antigo Testamento, sendo que, enquanto o Antigo Testamento foi preservado pela instrumentalidade institucional da Igreja, o Novo foi preservado pela instrumentalidade espiritual da Igreja. Para ele:

Deus preservou o Antigo Testamento por meio de alguma coisa física e externa, isto é, o sacerdócio Aarônico. Deus preservou o Novo Testamento por meio de alguma coisa interna e espiritual, isto é, o sacerdócio universal dos crentes, por meio da direção... do Espírito Santo no coração dos crentes individuais...⁷

Há, também, para Hills, uma correspondência entre o modo de preservação do texto do NT e a formação do cânon do NT. Ambos formados, positivamente, pela seleção das leituras originais e livros canônicos; e, negativamente, pela rejeição das leituras corrompidas e livros não canônicos, por meio da direção do Espírito Santo.⁸

2. PRESERVAÇÃO DO TEXTO MANUSCRITO

Em virtude dessa direção do Espírito Santo, muitas cópias fidedignas dos autógrafos do Novo Testamento foram feitas por escribas fiéis. Essas cópias foram reproduzidas por crentes verdadeiros no decurso dos séculos, e as cópias erráticas foram deixando de ser lidas e copiadas, embora alcançassem

alguma popularidade temporária. Essa direção do Espírito Santo resultou no progressivo desaparecimento dessas cópias erráticas, e no predomínio das cópias fielmente realizadas pelos crentes, garantindo a preservação manuscrita dos documentos originais, expressos no texto conhecido como bizantino, tradicional ou majoritário.⁹

3. PRESERVAÇÃO DO TEXTO IMPRESSO

As diversas edições impressas de Erasmo, Stephanus, Beza e dos irmãos Elzevir, na época da Reforma, contendo um texto bastante homogêneo, e “em completa concordância com o Texto Tradicional providencialmente preservado na vasta maioria dos manuscritos gregos do Novo Testamento,” também são explicadas em termos da providência oculta de Deus.¹⁰

4. PRESERVAÇÃO DE LEITURAS DA VULGATA

Para Hills, a preservação providencial esclarece inclusive o uso que Erasmo fez da Vulgata para a edição do seu Novo Testamento. Eis a sua própria explicação:

A providência especial de Deus é particularmente evidente no fato do texto do Novo Testamento Grego haver sido primeiramente impresso e publicado não no Oriente, mas na Europa ocidental, onde a influência do latim e da Vulgata Latina era muito forte. Devido à influência da Igreja de fala latina, Erasmo e seus sucessores foram providencialmente guiados a seguir a Vulgata Latina aqui e ali, naqueles poucos lugares em que o uso da Igreja Latina, ao invés do uso da Igreja Grega, havia preservado a leitura genuína. Assim, o *Textus Receptus* significou um passo adicional na preservação providencial do Novo Testamento. Nele, os poucos erros de alguma importância introduzidos no Texto Grego Tradicional foram corrigidos pela providência de Deus operando através do uso da Igreja Européia ocidental de fala latina.¹¹

METODOLOGIAS

É difícil falar de metodologias com relação à corrente defensora do *Textus Receptus*, porque elas, de fato, não existem. Ao defenderem um texto impresso (ou um conjunto de edições) do século XVI, com base exclusivamente na providência divina, independentemente das evidências históricas, os proponentes do *TR* dispensam o uso de qualquer metodologia.

A teoria dispensa a avaliação dos milhares de fontes textuais (papiros, unciais, minúsculos, lecionários, versões, citações), e o uso de qualquer critério de identificação de leituras originais, visto que para eles a obra está acabada e ela é o seu próprio critério: se qualquer leitura se encontra no *Textus Receptus*, é porque ela foi preservada (ainda que seja por meio de retradução da Vulgata) e, portanto, corresponde à leitura original.

A dificuldade evidente é que, embora muito parecidas, as diversas edições

do *Textus Receptus* não são idênticas. A edição de Scrivener de 1894, impressa pela *Sociedade Bíblica Trinitariana*, é, na verdade, uma reconstrução do texto por detrás da Versão Autorizada, que não parece ter sido feita exclusivamente a partir de nenhuma das edições conhecidas do *TR*. Há, por exemplo, mais de 250 diferenças entre essa edição e a edição do *TR* de Stephanus de 1550.¹² Nem mesmo a reconstrução de Scrivener concorda completamente com o texto usado pela Versão Autorizada.¹³

CONCLUSÕES

A intenção dos proponentes do *Textus Receptus* é louvável. Eles sustentam a doutrina da preservação das Escrituras e crêem nas doutrinas da inspiração, da autoridade e da infalibilidade da Palavra de Deus – enquanto muitos defensores dos textos ecléticos não demonstram qualquer apreço por essas doutrinas bibliológicas fundamentais. Apesar disso, a sustentação do *Textus Receptus* apresenta várias dificuldades, entre as quais, podemos destacar as seguintes:

1. A defesa do *Textus Receptus* fundamenta-se e é inteiramente explicada pela doutrina da preservação providencial. Entretanto, visto que as Escrituras não declaram explicitamente a preservação de um determinado tipo de texto (no caso o *Textus Receptus*), o uso da doutrina é muitas vezes abusivo e injustificado. A aceitação das explicações de Hills e de outros proponentes do *TR* é matéria de pura fé na interpretação que eles oferecem.

2. As evidências não são realmente esclarecidas com nenhuma teoria que reconstrua a história do texto e explique os fatos históricos relacionados com argumentos convincentes.

3. O modo como Hills explica o uso da Vulgata latina, em termos da providência divina, para corrigir erros no texto grego, demonstra aquilo que parece evidente na maioria dos defensores do *Textus Receptus*: a intenção de defender o texto por detrás da Versão Autorizada.

4. A teoria de Hills pressupõe que o *Textus Receptus* representa perfeitamente o texto evidenciado na maioria dos manuscritos preservados; o que não é o caso. Segundo Wallace, há cerca de 1.838 diferenças entre o Texto Majoritário de Hodges-Farstad e o *Textus Receptus* usado por eles (a edição de Oxford, de 1825).¹⁴

¹ Em Edward F. Hills, *The King James Version Defended* (Des Moines, IO: Christian Research Press, 1956).

² Capítulo I, parágrafo VIII (itálico meu).

³ O assunto será considerado mais pormenorizadamente adiante, no capítulo 3, “Os Textos Ecléticos”.

⁴ Ver o tratamento do assunto adiante, nos capítulos 3 e 4, “Os Textos Ecléticos” e “O Texto Majoritário”.

⁵ John H. Skilton, *The Infallible Word* (Philadelphia: Presbyterian Guardian, 1946), 162.

⁶ Benjamin Breckenridge Warfield, *The Westminster Assembly and Its Work* (New York: Oxford University Press, 1931), 239. Ver também Ladd, *The New Testament and Criticism*, 78-80. Com relação à crítica textual de Warfield, sustentando a metodologia de Westcott-Hort, predominante na sua época, ver: Benjamin Breckenridge Warfield, *An Introduction to the Textual Criticism of the New Testament*, 5 ed. (London: Hodder and Stoughton, 1896). Quanto à influência da crítica textual alemã sobre Warfield e sobre o Seminário de Princeton, por meio dele, ver Letis, “B. B. Warfield, Common-Sense Philosophy and Biblical Criticism”.

⁷ Hills, *The King James Version Defended*, 86.

⁸ *Ibid.*, 87.

⁹ *Ibid.*, 88.

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ *Ibid.*, 88-89.

¹² Ver Jay P. Green, ed., *Pocket Interlinear New Testament* (Lafayette, Indiana: Associated Publishers & Authors, 1981), vi.

¹³ Ver exemplos em: *Ibid.*, vi-vii.

¹⁴ Ver Daniel B. Wallace, “Some Second Thoughts on the Majority Text”, *Bibliotheca Sacra* 146:583 (1989): 276.

Capítulo 3

OS TEXTOS ECLÉTICOS

A principal corrente manuscritológica do Novo Testamento é aquela conhecida como eclética ou crítica, a qual tem prevalecido desde o final do século XIX, e tem em Westcott-Hort os seus principais representantes. A corrente crítica propõe que o *Textus Receptus* e o tipo textual bizantino (majoritário) que ele, empírica e parcialmente, representa, é uma tradição textual inferior. Por outro lado, esta corrente defende que o texto original do Novo Testamento, ou o arquétipo mais antigo a que se pode chegar, deve ser reconstruído ecleticamente, a partir, especialmente, dos manuscritos da família Alexandrina, por meio da metodologia crítica fundamentada na obra daqueles críticos textuais ingleses.

PRESSUPOSIÇÕES TEOLÓGICAS E FILOSÓFICAS

A escola textual defensora dos textos ecléticos sustenta, entre outras, as seguintes posições com relação ao lugar das pressuposições teológicas e de princípios linguísticos clássicos no estudo do texto do Novo Testamento:

1. REIVINDICAÇÃO DE ABORDAGEM NEUTRA ESTRITAMENTE HISTÓRICA

A escola crítica, de Westcott-Hort, professa a objetividade da pesquisa histórica. De modo geral, os membros dessa escola sustentam que a crítica textual do Novo Testamento, assim como a do Antigo, bem como as demais metodologias empregadas pelo método histórico-crítico de interpretação das Escrituras, são disciplinas que devem ser estudadas de modo neutro, isento de pressuposições teológicas apriorísticas. Criticando as pressuposições teológicas dos proponentes do Texto Majoritário com relação às doutrinas da inspiração e da preservação, Daniel B. Wallace, um dos principais críticos da teoria majoritária, afirma:

Em suma, um *a priori* teológico não tem lugar em criticismo textual. Por causa disso, é necessário colocar de lado o fideísmo ao lidar com evidências. A questão, visto que estamos lidando fundamentalmente com investigação histórica, não é o que é possível, mas o que é provável. Com a substituição disso pela postura de fé dos tradicionalistas, o criticismo textual se torna tão entrelaçado com ortodoxia que as evidências não podem ser objetivamente interpretadas.¹

A questão, entretanto, é a seguinte: “É possível alguém colocar de lado completamente as próprias pressuposições, e aproximar-se do texto [ou de

questões textuais] de um ponto de vista neutro e imparcial, com um método histórico crítico definido e com isso alcançar resultados científicos objetivos incontaminados por dogmas?”² Entendemos que não. A neutralidade reivindicada pela escola crítica na investigação do texto do Novo Testamento é simplesmente impossível. Nenhuma disciplina ou investigação está imune à influência da personalidade, contextos culturais e pontos de vistas filosóficos e teológicos do investigador – nem essas influências devem ser consideradas necessariamente indesejáveis.

O próprio Wallace, mais recentemente, reconhece que as pressuposições bibliológicas do crítico textual podem interferir decisivamente nas suas decisões.³ Ele mesmo declara que as suas pressuposições bibliológicas o deixam “mais aberto para todas as opções textuais”, inclusive para a possibilidade, por exemplo, de que o final genuíno do Evangelho de Marcos tivesse se perdido, uma vez que, conforme admite, não sustenta a doutrina da preservação das Escrituras.⁴

Representantes das mais variadas correntes de pensamento reconhecem a impossibilidade de total objetividade na pesquisa histórica, de modo geral, e na exegese, em particular. Ninguém precisa compartilhar da sua concepção metafísica subjetivista para concordar com Gadamer, por exemplo, quando ele afirma que “nem mesmo um mestre do método histórico é capaz de permanecer completamente livre dos preconceitos do seu tempo, do seu ambiente social, da sua posição nacional, etc.”⁵ Nem é preciso subscrever a nova hermenêutica existencialista para admitir que Bultmann está certo ao enfatizar que a exegese sem pressuposição é impossível, visto que o entendimento inclui sempre uma pré-compreensão do assunto.⁶

Autores conservadores reconhecem esse fato. Dwing Poggemiller considera que “a objetividade geralmente enfatizada como o alvo final do estudo, se realmente conseguida, em última instância nos alienaria do mundo, nos deixando sem possibilidade de nos relacionarmos com os dados que estivéssemos investigando,” e que “na realidade, portanto, pressuposições não deveriam ser vistas como um impedimento para a interpretação, e sim como um auxílio para um melhor entendimento...”⁷ Graham Stanton observa que “a tentativa de interpretar o Novo Testamento de um ponto de vista neutro e isento, e com métodos considerados estritamente científicos, tem sido amplamente abandonada. No auge da sua popularidade, esse enfoque tinha suas próprias pressuposições compartilhadas por muitos: aquelas do liberalismo clássico”.⁸ Stanton acrescenta que “uma postura completamente

isenta não é possível nem mesmo na crítica textual; sempre que as evidências textuais são ambíguas, a decisão do erudito será influenciada, mesmo que indiretamente, pelas suas próprias pressuposições”.⁹ Exegese isenta de pressuposição já foi chamada de “o Princípio da Cabeça Vazia, visto que quanto menos alguém souber, melhor exegeta será”.¹⁰

John H. Skilton não é um proponente da teoria majoritária. Em um artigo sobre a situação atual do texto do Novo Testamento, ele conclui que a teoria de Westcott-Hort precisa apenas de reparos e melhoramentos e não deve ser abandonada. Ele reconhece, contudo, a ilegitimidade e impossibilidade de uma abordagem neutra da crítica textual. Segundo ele:

Devemos abordar o assunto da crítica textual como devemos fazer com relação a qualquer assunto, de uma perspectiva totalmente cristã. Cristãos consistentes têm uma perspectiva distinta e abrangente que os distingue daqueles cujas filosofias naturalistas controlam seus propósitos, métodos, observações e conclusões. Para homens que aceitam a Bíblia como Palavra de Deus, inerrante nos manuscritos originais, deveria ser inadmissível tratar do criticismo textual das Escrituras de modo “neutro” — como se a Bíblia não fosse o que reivindica ser. Certamente, críticos naturalistas não abordam estudos bíblicos ou qualquer outro tipo de estudo de uma perspectiva neutra. Quer uma pessoa tenha consciência, quer não, ela toma uma decisão a favor ou contra Deus no começo, durante, e no final das suas investigações e pensamentos. Este é um ponto que Cornelius Van Til enfatiza nas suas apologéticas e que Edward F. Hills insiste em seus escritos sobre crítica textual... Ele está perfeitamente correto quando nos lembra que “ignorar... a inspiração e preservação providencial do Novo Testamento e tratar o seu texto como o texto de qualquer outro livro é ser culpado de um erro fundamental que fatalmente conduzirá a conclusões errôneas”.¹¹

Difícil é compreender como Skilton e outros proponentes conservadores dos textos ecléticos conciliam esse reconhecimento com a metodologia crítica da escola textual defensora dos textos ecléticos, altamente influenciada pelos pressupostos do liberalismo clássico.

2. EMPREGO DOS MESMOS PRINCÍPIOS TEXTUAIS CLÁSSICOS

Outra pressuposição fundamental da teoria de Westcott-Hort, decorrente da que acaba de ser mencionada, diz respeito a como o texto do Novo Testamento deve ser considerado e ao tipo de metodologia a ser empregada. Eles pressupõem que o texto do Novo Testamento deve ser tratado como um texto ordinário, fazendo-se uso dos mesmos princípios e metodologias empregados na crítica textual clássica. Nas palavras deles: “Os princípios de criticismo explicados nas seções seguintes são bons para todos os textos antigos preservados em uma pluralidade de documentos. No tratamento do Novo Testamento, nenhum novo princípio é necessário ou legítimo”.¹²

A justificativa dessa pressuposição é que, segundo eles, não há evidências de alteração com motivações dogmáticas no texto do Novo Testamento.

Quando declaram que o texto do NT é ordinário, querem dizer, com isso, que não há evidências históricas de interpolações ou omissões deliberadas nos seus manuscritos – o que validaria o emprego dos métodos críticos ordinários aplicados aos textos clássicos antigos. Segundo eles:

Mesmo entre as inquestionavelmente numerosas leituras espúrias do NT não há sinal de falsificação deliberada do texto com propósitos dogmáticos.¹³

A ausência de fraudes perceptíveis dando origem a qualquer das várias leituras agora existentes, nós cremos ser mantida com igual confiança para o texto antecedente às variações mais antigas existentes...¹⁴

A pressuposição básica da teoria de Westcott-Hort de que o texto do Novo Testamento deve ser tratado como um texto ordinário, por não haver falsificação deliberada com propósitos dogmáticos, não corresponde às evidências bíblicas e históricas. Bíblicas, porque as Escrituras revelam que o texto bíblico é especial, no sentido em que tanto Deus como Satanás têm especial interesse por ele – Deus, em preservá-lo, e Satanás, em destruí-lo. Daí os imperativos bíblicos no sentido de que fosse fielmente preservado,¹⁵ bem como a declaração explícita sobre o cuidado de Deus para com a sua Palavra¹⁶ e as diversas afirmativas bíblicas acerca da imutabilidade e eternidade da Palavra de Deus.¹⁷ Históricas, porque a história do cânon e do texto do Novo Testamento parece opor-se a essa pressuposição de Westcott-Hort. Não são poucos os críticos textuais modernos que reconhecem a improcedência dessa pressuposição fundamental da teoria de Westcott-Hort, e a inconveniência disso para as teorias históricas que propõem. H. H. Oliver, por exemplo, escreve:

O fato de [terem havido] deliberadas e aparentemente numerosas alterações nos anos antigos da história textual é uma considerável inconveniência para a teoria de Hort por duas razões: isto introduz uma variável imprevisível que os cânones de evidência interna não podem manusear, e coloca o restabelecimento do original além da capacidade do método genealógico.¹⁸

As evidências históricas contrariam essa pressuposição de Westcott-Hort. Os Pais da Igreja revelam em seus escritos a tendência, por parte dos hereges (e não somente deles), de falsificação doutrinária maliciosa do texto do Novo Testamento. Metzger,¹⁹ reconhece que:

Irineu, Clemente de Alexandria, Tertuliano, Eusébio e muitos outros pais da Igreja acusaram os heréticos de corromperem as Escrituras a fim de ter suporte para seus pontos de vista especiais. Na metade do segundo século, Marcião expurgou suas cópias dos Evangelhos de Lucas de todas as referências ao *background* judeu de Jesus. A Harmonia, de Taciano, dos Evangelhos contém várias alterações que forneceram suporte a pontos de vista ascéticos.

J. W. Burgon menciona que “Gaio, um Pai ortodoxo que escreveu entre

175 e 200 AD, cita Asclepiades, Theodotus, Hermophilus e Apolinides como heréticos que prepararam cópias corrompidas das Escrituras e que tinham discípulos que multiplicaram cópias de fabricação deles”.²⁰

Uma das evidências históricas mais contundentes quanto à questão é a seguinte citação de Orígenes:²¹

Nos dias de hoje, como é evidente, há uma grande diversidade entre os vários manuscritos, tanto devido à negligência de certos copistas, como devido à perversa audácia mostrada por alguns que corrigem o texto, como ainda devido à falta daqueles que, dizendo-se corretores, o alongaram ou diminuíram conforme lhes agradava.²²

TEORIAS HISTÓRICAS

A teoria de Westcott-Hort está construída sobre as seguintes teorias históricas:

1. ARGUMENTO DA CONFLAÇÃO

Um argumento considerado importante na teoria de Westcott-Hort é a teoria de que confluência²³ é característica de mistura, e que somente o texto “sírio” as apresenta, sendo, portanto, um texto secundário.²⁴ Oito exemplos de confluência do texto “sírio” (δ), a partir dos textos “ocidental” (β) e “neutro” (α) são mencionados por eles.²⁵ Segundo Westcott-Hort:

As relações traçadas nunca são invertidas. Nós não conhecemos nenhum lugar onde o grupo α de documentos (neutro) suporte leituras aparentemente conflacionadas de leituras dos grupos β (ocidental) e δ (sírio), respectivamente, ou onde o grupo β (ocidental) de documentos suporte leituras aparentemente conflacionadas de leituras dos grupos α e δ , respectivamente.²⁶

O argumento de que o texto “sírio” é um texto conflacionado e, portanto, secundário, foi contestado, na época, por Burgon,²⁷ e reconhecido por Colwell²⁸ como “o calcanhar de Aquiles de Hort”, pelas seguintes razões: Primeiro, porque se trata de uma generalização indevida, visto que fundamentada em apenas oito exemplos. Segundo, estudos posteriores têm demonstrado que essa generalização não tem fundamento. E. A. Hutton,²⁹ após verificar as 821 variantes onde as assim chamadas famílias “alexandrinas,” “ocidentais” e “bizantinas,” divergem umas das outras no Novo Testamento, identifica apenas umas poucas passagens onde o texto “sírio” poderia ter sido conflacionado,³⁰ fora os oito exemplos citados por Hort. Ora, mesmo admitindo que todos os exemplos mencionados sejam de fato confluências (o que é discutível), ainda assim, a proporção seria de aproximadamente 100 para 1. Pouquíssimo para permitir generalização. Terceiro, e mais sério, embora a teoria afirme não ocorrer o inverso, ou seja,

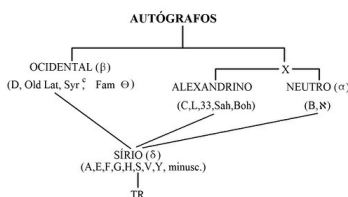
não haver exemplos de conflação no texto “alexandrino” a partir do texto “sírio” com o “ocidental”, ou no texto “ocidental” a partir do texto “sírio” com o “alexandrino,” na realidade, existem vários exemplos desse tipo de conflação no NT. Pickering menciona cinco exemplos na página 60 do seu livro e apresenta uma lista com cerca de 100 outras no apêndice.³¹

Esses exemplos parecem refutar completamente a teoria da conflação como evidência de texto secundário. Se possíveis exemplos de conflação indicam “família textual” secundária, quais seriam as famílias textuais primárias?

2. ARGUMENTO DA GENEALOGIA

Outro argumento considerado chave da teoria de Westcott-Hort para demolir a superioridade numérica do Texto Majoritário é baseado no conceito de genealogia dos documentos. Com esse argumento, eles reduziram a grande massa de manuscritos “bizantinos” a uma família derivada de outros manuscritos, enfraquecendo, assim, o peso do seu testemunho.

Os tipos ou famílias textuais, concebidos por eles, podem ser ilustrados pelo seguinte diagrama:



Não há nada de errado com o argumento da genealogia, desde que ele seja, de fato, aplicado. Ou seja, se, de fato, fosse possível descobrir a árvore genealógica dos manuscritos do Novo Testamento, o propósito da manuscritologia estaria próximo do fim. Se realmente fosse possível determinar com precisão o parentesco entre os mais de 5.000 manuscritos do NT, não seria difícil determinar o texto original. Contudo, nem Westcott-Hort, nem ninguém mais, até o momento, realizou essa tarefa.³² Parvis, por exemplo, admite que “Westcott e Hort nunca aplicaram o método genealógico aos manuscritos do NT. Eles usaram apenas a idéia”.³³ Sempre que o assunto é tratado, manuscritos imaginários (x, y, z, por exemplo) são empregados para ilustrar o argumento, pois ninguém realmente conhece o parentesco que os manuscritos apresentam entre si. Com exceção de uns poucos casos menos relevantes (praticamente nada, diante do volume de manuscritos existentes),³⁴ não tem sentido falar-se de genealogia enquanto ela não for, de fato, identificada. Além disso, a mistura das árvores genealógicas

constitui-se numa barreira quase que intransponível para o argumento. Como determinar o parentesco entre mais de 5,000 manuscritos que misturam as suas genealogias? Warfield, apesar de sustentar a metodologia crítica de Westcott-Hort, reconhece que:

A aplicação da evidência genealógica ao Novo Testamento tem-se comprovado ser excepcionalmente difícil. Não apenas o crítico tem que se defrontar com uma abundância sem precedentes de manuscritos, a serem todos selecionados e classificados; mas o problema é complicado por uma quantidade sem paralelo de mistura, que reinou tão universalmente que dificilmente deixou meia dúzia de testemunhas inteiramente não afetadas por ela.³⁵

Ora, visto que Westcott-Hort jamais aplicaram a genealogia, e que a determinação das assim chamadas famílias ou tipos textuais depende desse trabalho não realizado até o momento, como é que se pode falar em famílias “alexandrina,” “ocidental,” “neutra” e “síria”? Na avaliação de Colwell, nenhuma dessas famílias textuais pode ser mantida. Segundo ele, a “solidez” do texto Neutro “é agora considerada como devido mais à eficiência dos seus restauradores do que à preservação miraculosa do texto original. O texto Ocidental se desintegrou”,³⁶ e o texto Sírio ou Bizantino, especialmente nos últimos séculos da Idade Média, longe de ser uma simples recensão, é muito mais complexo do que Westcott e Hort imaginaram.³⁷

A advertência de Parvis denuncia a atitude da crítica textual do Novo Testamento com relação ao assunto:

Nós temos reconstruído tipos textuais e famílias e subfamílias, e assim fazendo, temos criado coisas que nunca antes existiram na terra ou no céu. Temos assumido que manuscritos reproduzem-se de acordo com a lei de Mendel. Mas quando descobrimos que um manuscrito em particular não se encaixa em nenhum dos nossos esquemas habilmente construídos, levantamos nossas mãos e dizemos que contém um texto misto.³⁸

Klijn também alerta quanto à impossibilidade de se sustentar as famílias textuais dos defensores dos textos ecléticos, como segue:

Ainda se costuma dividir manuscritos em quatro bem conhecidas famílias: a alexandrina, a cesareense, a ocidental e a bizantina.

Esta clássica divisão não pode mais ser mantida...

Se, se quer esperar qualquer progresso no criticismo textual, temos que nos desvencilhar da divisão em textos locais. Novos manuscritos não devem ser atribuídos a uma área geográfica limitada, mas ao seu lugar na história do texto.³⁹

Não seria difícil multiplicar citações de estudiosos demonstrando que as assim chamadas famílias ou tipos textuais são arranjos artificiais que não parecem expressar a realidade dos fatos. Kenyon, Zuntz, Colwell, von Soden, Lake, Nestle, Metzger, Clark e outros questionam ou negam a validade de

algumas famílias específicas, ou mesmo da classificação geral de Westcott-Hort.⁴⁰

Apenas um exemplo específico para ilustrar a dificuldade: os códices \aleph e B, considerados como os principais representantes do texto “alexandrino” (“neutro” de Westcott-Hort), diferem mais de 3.000 vezes entre si, somente nos Evangelhos, sem contar erros menores de ortografia.⁴¹

3. INEXISTÊNCIA DE VARIANTES SÍRIAS ANTERIORES A CRISÓSTOMO

Outra teoria de Westcott-Hort, geralmente aceita, é a suposta inexistência de variantes Sírias anteriores a Crisóstomo (que morreu em 407).⁴² A importância atribuída a essa tese fica evidente nas seguintes palavras de Kenyon:

A proposição de Hort, que foi a pedra fundamental da sua teoria, foi que leituras características do texto recebido nunca são encontradas em citações de escritores cristãos anteriores a cerca de 350. Antes dessa data, nós achamos leituras caracteristicamente neutras ou ocidentais, mas nunca sírias. Este argumento é, de fato, decisivo.⁴³

A tese da inexistência de variantes “sírias” anteriores a Crisóstomo, mantida por Westcott-Hort e por muitos proponentes dos textos ecléticos, depara-se com sérias dificuldades. A primeira delas foi “descartada” da seguinte maneira: a versão siríaca Peshita, até então tida como a mais antiga das versões siríacas, anterior a essa data, e que se constitui inegável testemunha do Texto Majoritário, passou a ser considerada, conforme tese de Burkitt, uma revisão da Velha siríaca, feita por Rábula, Bispo de Edessa, por volta do ano 425.⁴⁴ Essa tese, muito conveniente para a teoria de Westcott-Hort, foi imediatamente aceita e amplamente propagada. Contudo, como Burgon observa, a tese não passa de “uma série de suposições gratuitas”, visto que não se sustenta em qualquer evidência histórica.⁴⁵

É interessante observar que o próprio Westcott, em seu livro *On the Canon of the New Testament*, publicado cerca de vinte e cinco anos antes (em 1855), afirma que não via:

Razão para abandonar a opinião que tem obtido sanção dos mais competentes eruditos, de que a formação da Peshita siríaca deveria ser fixada dentro da primeira metade do segundo século. A própria obscuridade que paira sobre sua origem é prova da sua venerável idade, porque mostra que cresceu espontaneamente entre as congregações cristãs... Fosse ela uma obra de data posterior, do terceiro ou quarto século, dificilmente seria possível que sua história fosse tão incerta quanto é.⁴⁶

Baseado em um estudo sobre o desenvolvimento de várias versões siríacas de 1 Coríntios 1:27 e Hebreus 5:7, Baarda conclui que a versão Peshita “foi apenas uma forma levemente revisada de algum manuscrito siríaco antigo”.⁴⁷

Brock, embora assumindo que a Peshita é produto de uma revisão ocorrida no século V, reconhece que “exatamente quando, como e por quem a revisão Peshita foi primeiramente promulgada é desconhecido”.⁴⁸

O que dizer dos Pais da Igreja anteriores a Crisóstomo? Estudos posteriores têm comprovado que a proposição de Westcott-Hort é insustentável. As pesquisas publicadas por Edward Miller, editor póstumo de John Burgon, demonstram que o assim chamado texto “sírio” é tão ou até mesmo mais atestado pelos Pais da Igreja desse período do que os assim chamados textos “ocidental” e “neutro”. Segundo esses estudos, Orígenes sustenta o texto “sírio” 460 vezes, e o texto “ocidental” ou “neutro”, 491 vezes. Irineu sustenta o texto “sírio” 41 vezes, e o texto “ocidental” ou “neutro” 63. Já Justino, sustenta os dois textos praticamente o mesmo número de vezes; enquanto Hipólito e Metódio sustentam mais o texto “sírio” do que os textos “ocidental” e “neutro”.⁴⁹ Em resumo, após consultar todos os Pais da Igreja, mortos até o ano 400, Miller verificou que o Texto Tradicional é sustentado em uma proporção de 3 para 2 em relação aos textos “ocidental” ou “neutro”.⁵⁰ Ou seja, 2.630 a favor de variantes do Texto Tradicional contra 1.753 a favor de outras variantes. Considerando apenas os Pais da Igreja mais antigos (de Clemente de Roma a Irineu e Hipólito), a proporção favorável ao Texto Tradicional é ainda maior: 151 contra 84 (isto é, 1,8 para 1).⁵¹

Outra pesquisa mais recente também contraria a teoria de Westcott-Hort. Em uma tese de doutorado sobre o Texto Bizantino, Harry Sturz conclui que há mais de 150 leituras distintivamente bizantinas, nos papiros escritos antes de 350, não atestadas por nenhum Pai da Igreja ou versão.⁵²

Ainda que os números de Miller não sejam precisos ou que algumas ou até muitas das variantes consideradas por ele como tradicionais não sejam leituras “sírias” puras,⁵³ como Kenyon alega,⁵⁴ ainda assim, o que sobrar, bem como os resultados da pesquisa de Sturz, parece ser suficiente para invalidar a proposição de Westcott-Hort de que *não existem* variantes “sírias” anteriores a Crisóstomo.

4. A RECENSÃO DE LUCIANO

A vasta superioridade numérica e a surpreendente harmonia dos manuscritos bizantinos foi outra dificuldade encontrada por Westcott-Hort. Como explicar o fato? Segundo eles, através de uma recensão, que teria sido levada a efeito por Luciano, presbítero de Antioquia (morto em 311),⁵⁵ mais conhecido como autor de uma suposta recensão da Septuaginta.⁵⁶ Dessa

maneira, a ampla maioria de documentos bizantinos pôde ser transformada em uma única testemunha secundária. Conforme eles sugeriram:

O texto sírio deve ser, de fato, o resultado de uma recensão no sentido próprio da palavra, um trabalho esforçado de criticismo, executado deliberadamente por editores e não meramente por escribas.⁵⁷

A história, contudo, não fornece evidências que consubstanciem essa teoria. As referências contraditórias de Jerônimo não são conclusivas. Elas parecem aludir principalmente à Septuaginta, como quando, por exemplo, menciona que “certas cópias das Escrituras contêm o seu nome”.⁵⁸ É inconcebível, entretanto, que um acontecimento histórico desse porte não deixasse registro histórico mais sólido.⁵⁹

Por essa razão, vários estudiosos – mesmo entre os que defendem o texto eclético, tais como Colwell, F. C. Grant e Jacob Geerlings – já não sustentam essa teoria. Eles consideram que a história do texto “sírio”, assim como a das demais famílias textuais, remonta ao segundo século ou mesmo aos autógrafos.⁶⁰ Van Bruggen chama atenção para o fato de que mesmo Metzger, o qual, anteriormente, atribuía a homogeneidade do texto bizantino ao “trabalho decisivo de Luciano”,⁶¹ deixa de mencionar o seu nome no seu Comentário Textual.⁶²

Van Bruggen, fazendo referência às pesquisas de von Soden, Lake e Colwell, também ressalta que a tradição textual Bizantina é mais propriamente descrita como “uma coleção convergente de tradições do que a reprodução variada de um arquétipo”. Colwell reconhece que, ao invés da suposta homogeneidade de um texto recensionado, o texto “sírio” apresenta enorme complexidade, especialmente nos últimos séculos da Idade Média.⁶³

METODOLOGIAS

1. MÉTODO DAS EVIDÊNCIAS INTERNAS

Uma das principais metodologias de Westcott-Hort diz respeito às evidências internas: a probabilidade intrínseca e a probabilidade de transcrição. Por *probabilidade intrínseca*, eles procuraram descobrir “o que um autor parece ter escrito”.⁶⁴ O método para se descobrir qual a variante correta (ou provável), segundo esse princípio, é resumido por eles como segue:

O primeiro impulso ao tratar com uma variante é usualmente seguir a probabilidade intrínseca, isto é, considerar qual das duas leituras faz o melhor sentido e, de acordo com isso, decidir entre elas. A decisão pode ser feita tanto por um julgamento imediato, e, portanto, intuitivo, ou pesando

cautelosamente vários elementos que irão definir o que é chamado de sentido, de conformidade com a gramática e congruência com o estilo usual do autor e com o assunto em outras passagens.⁶⁵

Por *probabilidade de transcrição*, eles procuram descobrir “o que os copistas parecem ter feito o autor parecer escrever”.⁶⁶ Em que consiste tal probabilidade? Eles explicam:

Se uma leitura variante aparenta, a nós, dar um sentido muito melhor ou sobrepujar outra, a mesma aparente superioridade deve ter levado à introdução da leitura em primeira instância. Disparates à parte, nenhum motivo pode ser pensado que viesse a levar um escriba a introduzir conscientemente uma leitura pior no lugar de uma leitura melhor.⁶⁷

O método das evidências internas empregado por Hort tende a ser altamente subjetivo, visto que as duas hipóteses de probabilidade (intrínseca e de transcrição) são conflitantes. Seguindo a probabilidade intrínseca, deve-se escolher a leitura que *mais* se adapte às características do autor. Observando a probabilidade de transcrição, deve ser escolhida a leitura que *menos* se adapte ao autor, pois a leitura que mais se adapta deve ter sido a leitura secundária (introduzida pelo copista). O próprio Westcott-Hort admite a contradição:

Onde uma leitura (a) parece intrinsecamente preferível, e sua excelência é de uma qualidade que nós podemos esperar ser reconhecida pelos escribas, enquanto que sua rival (b) não mostra característica provável para ser atrativa para eles, as probabilidades intrínseca e de transcrição estão praticamente em conflito.⁶⁸

Autores posteriores a Westcott-Hort também reconhecem a natureza conflitante desse método. Colwell, por exemplo, conclui:

Infelizmente, esses dois critérios frequentemente entram em colisão frontal, porque escribas antigos assim como editores modernos frequentemente preferem a leitura que melhor cabe no contexto.⁶⁹

Se nós escolhermos a leitura que melhor explica a origem de uma outra leitura, nós estamos usualmente escolhendo a leitura que não cabe no contexto. Os dois critérios cancelam-se mutuamente.⁷⁰

Mesmo aqueles que favorecem os textos ecléticos baseados em evidências internas, como Grant, reconhecem que se trata de “um processo muito sutil, envolvendo elementos intangíveis, e sujeito a julgamentos subjetivos”.⁷¹

A natureza conflitante e subjetiva dessa metodologia se revela na diversidade de avaliação dos críticos textuais da mesma escola.

2. REGRAS BÁSICAS

Com base nesses métodos, duas regras básicas foram usadas por Westcott-Hort para o estabelecimento do texto que produziram. Primeira: *brevior lectio potior* (a menor leitura deve ser preferida), assumindo que os escribas tinham mais tendência para incluir do que omitir. Segunda: *proclivi lectioni praestat*

ardua (a leitura mais difícil deve ser preferida), assumindo que os escribas eram propensos a simplificar o texto quando confrontados com algum disparate.

É amplamente aceita a regra, segundo a qual, a menor variante é a melhor (*brevior lectio potior*), devido à suposta maior tendência dos escribas à inclusão do que à exclusão. Essa, contudo, é uma suposição *à priori*, não extraída dos fatos. Onde estão as evidências que comprovam a tese? Estudos recentes dos escritos clássicos greco-latinos parecem indicar exatamente o contrário: que os escribas eram mais tendentes a omissões acidentais do que a interpolações intencionais.⁷² O mesmo ocorre com relação aos manuscritos do Novo Testamento. Colwell⁷³, ao estudar os hábitos dos escribas dos papiros p⁴⁵, p⁶⁶ e p⁷⁵, afirma que cada um deles apresenta características próprias de erros: letras (p⁷⁵), sílabas (p⁶⁶) ou palavras e frases (p⁷⁵). Mas todos são mais inclinados a omitir (três vezes mais, em geral) do que a incluir.⁷⁴ Esses estudos, se não conclusivos, questionam seriamente a regra da *brevior lectio potior*.

Além disso, a própria pressuposição de que o texto Bizantino é sempre um texto mais longo não parece corresponder à realidade. Segundo Wallace, apenas em 1.589 vezes, dentre as 6.577 diferenças entre o Texto Majoritário e os textos críticos, o Texto Majoritário é mais longo que os críticos.⁷⁵

De acordo com a segunda regra básica de Westcott-Hort para o estabelecimento do texto do Novo Testamento, a leitura mais difícil deve ser preferida (*proclivi lectioni praestat ardua*), visto que, segundo eles, os escribas eram propensos a simplificar o texto quando confrontados com algum disparate (texto difícil). A regra, entretanto, é reconhecidamente questionável.⁷⁶ Não seria mais lógico inferir o oposto, ou seja: que os erros dos escribas, na maioria das vezes, é que acabavam produzindo disparates ou variantes mais difíceis?

Já vimos que existem alterações intencionais em manuscritos do Novo Testamento. Contudo, é difícil negar que as modificações introduzidas no texto provenham mais de lapsos não intencionais. Ora, é natural esperar que lapsos não intencionais produzam leituras difíceis, e não fáceis.

Além disso, para aqueles que crêem na inspiração das Escrituras, também é natural esperar-se que o texto original (o melhor texto) apresente menos textos difíceis; e que leituras disparatadas (mais difíceis) sejam indicação de texto corrompido, e não o contrário. Ou será que devemos partir da

pressuposição de que o texto original do NT é um texto mais disparatado do que suas cópias erradas?

Na realidade, há evidências históricas indicando que variantes mais difíceis foram produzidas até mesmo como resultado de alterações intencionais. Jerônimo, por exemplo, denuncia essa prática dizendo que copistas “escrevem não o que encontram, mas o que pensam ser o significado. E, ao tentar retificar o erro de outros, eles meramente expõem os seus próprios”.⁷⁷

3. EMENDAS CONJETURAS

Emenda conjectural consiste na correção do texto com base na conjectura do crítico textual, quando nenhum manuscrito sustenta a leitura imaginada, e as leituras variantes são consideradas impossíveis ou incompreensíveis. O método pressupõe que leituras originais teriam se perdido, e que por meio das metodologias já consideradas, é possível imaginar o que o texto original conteria. A metodologia, considerada essencial para a restauração da literatura clássica, é, por esta razão, admitida como, no mínimo, teoricamente legítima pelos seguidores de Westcott-Hort, com vistas à restauração do texto original do Novo Testamento;⁷⁸ ainda que com reservas, e reconhecendo abusos históricos na sua prática, como é o caso de Richard Bentley.⁷⁹

Não obstante, Metzger observa que o texto de Westcott-Hort contém cerca de 60 passagens consideradas erros primitivos, necessitando de emendas conjecturais, visto que as leituras originais não teriam sido preservadas em nenhum documento. O mesmo autor menciona que o *apparatus* da 24ª edição de Nestle inclui cerca de 200 emendas conjecturais, 90 delas identificadas pelo nome dos críticos que as sugeriram.⁸⁰ Cabe observar, entretanto, o seguinte:

1. O método revela influência indevida do criticismo textual clássico sobre o Novo Testamento. O que pode ser justificável na reconstrução de obras clássicas, em virtude da escassez de manuscritos e do longo período entre os autógrafos e suas cópias mais antigas, não se justifica no caso do NT, onde há abundância de manuscritos e as suas primeiras cópias são muito mais próximas dos originais.⁸¹

2. A admissão (ainda que teórica) da adoção de emendas conjecturais na identificação do texto original do Novo Testamento parece inconsistente com qualquer concepção protestante razoável da doutrina da preservação. A metodologia pressupõe a possibilidade de que porções do texto originalmente inspirado tenham se perdido completamente logo no início da história do texto. Isso não significa um problema para os críticos textuais liberais, os

quais não professam a doutrina da preservação das Escrituras. Entretanto, deve representar uma dificuldade séria para os estudiosos conservadores do texto do Novo Testamento.

3. Além disso, o método é demasiadamente subjetivo, e as metodologias em que se baseia são demasiadamente contraditórias e incertas para justificar sua aplicação, quando existem evidências externas tão abundantes como no caso do Novo Testamento.

CONCLUSÃO

As pesquisas posteriores parecem demonstrar que a teoria textual de Westcott-Hort é bastante vulnerável. As pressuposições, teorias históricas e metodologias de Westcott-Hort podem ser, e têm sido questionadas com argumentos e evidências plausíveis, por eruditos de renome na área. Evidentemente, existem também eruditos de renome que defendem os textos ecléticos. Muitos deles, entretanto, apesar de continuarem a sustentar a metodologia crítica fundamentada em Westcott-Hort, reconhecem, entre outras coisas, que:

Várias das suas teses e máximas foram descartadas, desde então. A reivindicação deles de que o texto Neutro é 'neutro', agora, é geralmente repudiada. O método genealógico deles, apesar de capaz de postular leituras que remontam aos autógrafos, tem tido que escolher suas leituras dos manuscritos disponíveis. Além disso, mistura (um fato da vida em todos os manuscritos) limita a utilidade e efetividade do método genealógico.⁸²

Na avaliação deste autor, portanto, as evidências contrárias à teoria textual amplamente aceita, parecem suficientemente fortes para justificar que se reconsiderem outros caminhos para a manuscritologia do Novo Testamento.

¹ Daniel B. Wallace, "The Majority Text Theory: History, Methods and Critique", *Journal of Evangelical Theological Society* 37:2 (1994): 204.

² Graham N. Stanton, "Presuppositions in New Testament Criticism", em *New Testament Interpretation: Essays on Principles and Method*, ed. I. H. Marshall (Exeter: The Paternoster Press, 1979), 66.

³ Daniel B. Wallace, "Mark 16:8 as the Conclusion to the Second Gospel", em *Perspectives on the Ending of Mark: Four Views*, ed. Daniel Alan Black (Nashville: Broadman & Holman, 2008), 5-7

⁴ Wallace, "Mark 16:8 as the Conclusion to the Second Gospel", 7.

⁵ Em *Verdade e Mito* (citado em Stanton, "Presuppositions in New Testament Criticism", 62). Para uma crítica do pensamento de Gadamer, ver Douglas Jones, "Defusing Gadamer's Horizons", *Premise* 2:8 (1995): 4.

⁶ Citado em Stanton, "Presuppositions in New Testament Criticism", 62.

⁷ Dwing Poggemiller, "Hermeneutics and Epistemology: Hirsch's Author Centered Meaning, Radical Historicism and Gadamer's *Truth and method*", *Premise* 2:8 (1995): 10.

⁸ Stanton, “Presuppositions in New Testament Criticism”, 66.

⁹ Ibid., 65.

¹⁰ Bernard J. F. Lonergan, *Method in Theology* (London: Darton, Longman & Todd, 1972), 157.

¹¹ John H. Skilton, “The New Testament Text Today”, em *The New Testament Student and his Field*, vol. 5, ed. J. H. Skilton e Curtis A. Ladley (Phillipsburg, New Jersey: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1982), 5-6.

¹² B. F. Westcott e F. J. A. Hort, *The New Testament in the Original Greek*; Introduction and Appendix (New York: Harper & Brothers, 1882), 73.

¹³ Ibid., 282.

¹⁴ Ibid., 283.

¹⁵ “Nada acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela, para que guardéis os mandamentos do Senhor vosso Deus, que eu vos mando” (Dt 4:2; cf. Dt 12:32); “Toda palavra de Deus é pura;... nada acrescentes às suas palavras, para que não te repreenda e sejas achado mentiroso” (Pr 30:5,6); “Eu, a todo aquele que ouve as palavras da profecia deste livro, testifico: Se alguém lhe fizer qualquer acréscimo (ἐπιθή), Deus lhe acrescentará os flagelos escritos neste livro; e se alguém tirar (ἀφέλη) qualquer cousa das palavras do livro desta profecia, Deus tirará a sua parte da árvore da vida, da cidade santa, e das cousas que se acham escritas neste livro” (Ap 22:18-19).

¹⁶ Em Jeremias 1:12: “Disse-me o Senhor:... eu velo (cuido) sobre a minha palavra para a cumprir”.

¹⁷ Como, por exemplo, as seguintes: “As obras de suas mãos são verdade e justiça; fiéis todos os seus preceitos. Estáveis são eles para todo o sempre” (Sl 111:7,8); “Para sempre, ó Senhor, está firmada a tua palavra no céu” (Sl 119:89); “As tuas palavras são em tudo verdade desde o princípio, e cada um dos teus juízos dura para sempre” (Sl 119:160; cf. Sl 119:152); “Seca-se a erva, e cai a sua flor, mas a palavra de nosso Deus permanece eternamente” (Is 40:8); “Passará o céu e a terra, porém as minhas palavras não passarão” (Mt 24:35); “É mais fácil passar o céu e a terra do que cair um til sequer da lei” (Lc 16:17); “Fostes regenerados, não de semente corruptível, mas de incorruptível, mediante a palavra de Deus, a qual vive e é permanente. Pois toda a carne é como a erva; e toda a sua glória como a flor da erva; seca-se a erva e cai a sua flor; a palavra do Senhor, porém, permanece eternamente” (1 Pe 1:23-25).

Ainda que nem todas essas passagens se refiram à palavra escrita; e que outras possam se referir mais especificamente ao cuidado divino com relação ao cumprimento das suas palavras, deve-se admitir que o que é válido para a palavra falada de Deus é de se esperar que seja também válido para a sua palavra escrita. Além disso, se Deus manifesta tanto cuidado com o cumprimento da sua palavra (escrita ou oral), não manifestaria cuidado semelhante no sentido de preservar fisicamente o registro escrito inspirado da sua promessa?

¹⁸ H. H. Oliver, “Present Trends in the Textual Criticism of the New Testament”, *Journal of Bible and Religion* 30 (1962): 311-12.

¹⁹ Metzger, *The Text of the New Testament*, 201.

²⁰ Em *The Revision Revised* (citado em Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 42).

²¹ Em *Matth. tom. XV*, 14; P. G. XIII, 1293 (citado em Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 42).

²² Kenneth W. Clark, “The Theological Relevance of Textual Variation in Current Criticism of the Greek New Testament”, *Journal of Biblical Literature* 85:1 (1966): 6-7, cita exemplos específicos de alterações deliberadas no texto com propósitos doutrinários por parte de Marcião (em Lc 10:21; 18:19; Gl 1:1 Rm 1:16), Orígenes (Jo 2:15), Taciano (em Mc 1:41; Mt 17:26) e pelo autor do Evangelho de Tomás (em Lc 14:26; Mt 13:44).

- ²³ Conflação é a combinação de leituras de dois ou mais manuscritos.
- ²⁴ Westcott-Hort, *The New Testament in the Original Greek*, 49, 106.
- ²⁵ Marcos 6:33; 8:26; 9:38; 9:49; Lucas 9:10; 11:54; 12:18 e 24:53 (Westcott-Hort, *The New Testament in the Original Greek*, 95-104).
- ²⁶ *Ibid.*, 106
- ²⁷ Burgon, *The Revision Revised*, 258-66.
- ²⁸ Em *Genealogical Method* (citado em Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 58)
- ²⁹ Em *An Atlas of Textual Criticism* (citado em Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 59)
- ³⁰ Tais como Mateus 27:41, João 18:40, Atos 20:28 e Romanos 6:12.
- ³¹ *Ibid.*, 171-200.
- ³² Entre os eruditos da área, vários reconhecem que Hort nunca aplicou a genealogia, ou que o método é impossível de ser aplicado diante das dificuldades existentes, entre os quais: Parvis, Colwell, Zuntz, Vaganay, Aland (*ibid.*, 44,46).
- ³³ Parvis, “New Testament Text”, 611.
- ³⁴ O “Códice Claromontanus aparentemente tem um ‘filho’ três séculos mais jovem do que ele (também o minúsculo 205 pode ter sido copiado do 208). Os códices F e G contendo as Epístolas de Paulo parecem ser quase irmãos gêmeos, e grupos como a família 1 e família 13 estão claramente relacionados bem de perto. Também em Apocalipse, Hoskier identificou um número de grupos relacionados” (Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 216, nota 12).
- ³⁵ Warfield, *An Introduction to the Textual Criticism of the New Testament*, 156.
- ³⁶ Ernest Cadman Colwell, “The Complex Character of the Late Byzantine Text of the Gospels”, *Journal of Biblical Literature* 54:4 (1935): 211-12.
- ³⁷ Colwell, “The Complex Character of the Late Byzantine Text of the Gospels”, 212-13, 221.
- ³⁸ M. M. Parvis, “The Nature and Task of New Testament Textual Criticism”, *The Journal of Religion* 32 (1952): 173. Quanto ao texto Cesareense, Epp chama atenção para o fato de que Metzger, já em 1945, com base em estudos como os de Larry W. Hurtado e C. S. C. Williams, escreveu que “deve ser reconhecido que, no presente, o texto cesareense está se desintegrando” (Epp, “The Twentieth Century Interlude in New Testament Criticism”, 393-94).
- ³⁹ Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 49.
- ⁴⁰ *Ibid.*, 44-54.
- ⁴¹ Hoskier (citado em Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 51).
- ⁴² Cf. Westcott-Hort, *The New Testament in the Original Greek*, 91.
- ⁴³ Em *Recent Developments in the Textual Criticism of the Greek Bible* (citado em Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 36).
- ⁴⁴ H. C. Thiessen, *Introduction to the New Testament* (Grand Rapids: Eerdmans, 1955), 54-55.
- ⁴⁵ Burgon, *The Revision Revised*, 276-77.
- ⁴⁶ Citado em W. MacLean, *The Providential Preservation of the Greek of the New Testament* (Gisborne, NZ: Westminster Standard, 1977), 20, e na “Introdução” de Hills à obra de Burgon, *The Last Twelve Verses of the Gospel According to S. Mark*, 55-57. Embora, como observa D. A. Carson (*The King James Version Debate: A Plea For Realism*, 3 ed. [Grand Rapids: Baker Book House, 1979], 45), trinta anos é tempo suficiente para que uma pessoa muda de opinião, há de se convir que a mudança não deixa de ser bastante conveniente para a teoria textual por ele proposta.
- ⁴⁷ Tjitze Baarda, “The Syriac Versions of the New Testament”, em *The Text of the New Testament in*

Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis, Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), 109. Estudos mais elaborados sobre as versões siríacas são encontrados em Metzger, *The Early Versions of the New Testament*, 3-98; B. M. Metzger, “Ancient Version Text”, em *The Interpreter’s Dictionary of the Bible*, vol. 4, (Nashville: Abington Press, 1962), 749-60; J. N. Birdsall, “The Recent History of New Testament Textual Criticism (from Westcott and Hort, 1881, to the present)”, ANRW 2:26:1, ed. H Temporini e W. Haase (Berlin e New York: de Gruyter, 1992), 123-32; A. Vööbus, “Siriatic Versions”, em *The Interpreter’s Dictionary of the Bible*, vol. supl. (Nashville: Abington Press, 1962), 848-54; e A. Vööbus, *Studies in the History of the Gospel Text in Syriac II: New Contributions to the Sources Elucidating the History of the Traditions, with an Appendix: The Discovery of New Sources for the Archaic Text of the Book of Acts* (CSCO 496, Subsidia 79; Louvain: Peters, 1987), 1-34.

⁴⁸ Brock, “The Use of the Syriac Fathers for New Testament Textual Criticism”, 224.

⁴⁹ Burgon, *The Traditional Text* (citado em Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 64-65).

⁵⁰ Cf. Burgon, *The Traditional Text*, ix, x.

⁵¹ Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 322-23; e Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 67.

⁵² Sturz, *The Byzantine Text-Type and New Testament Textual Criticism*, 137-230.

⁵³ O conceito de leitura “síria” pura de Hort e seus seguidores é seguramente tendencioso, pois para eles, qualquer leitura sustentada por algum outro manuscrito antigo deixa de ser leitura puramente “síria”. Desse modo, a rigor, seria impossível existir qualquer leitura “síria” pura comprovada anterior à Crisóstomo; pois sempre que surgir a comprovação, para Hort e seguidores, a leitura “síria” deixa de ser pura! Esse raciocínio é obviamente vicioso.

⁵⁴ Kenyon, *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 323.

⁵⁵ Conforme sugerido por Semler e Hug (ver “Capítulo 1: História do Texto”).

⁵⁶ Com relação à vida e obra de Luciano, ver Gustave Bardy. *Recherches sur Lucien d’Antioche et son École*, Études de Théologie Historique (Paris: G. Beauchesne, 1936).

⁵⁷ Westcott-Hort, *The New Testament in the Original Greek*, 133. Para George Ladd, “a pedra angular de todo o moderno criticismo textual” foi estabelecida por Westcott-Hort no século dezenove, isto é: “que toda a vasta massa dos nossos manuscritos contém um tipo de texto que veio à existência no século quarto AD, o qual combina as leituras de textos mais antigos” (Ladd, *The New Testament and Criticism*, 75-76).

⁵⁸ Jerome, *Lives of Illustrious Men* (CCEL: <http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnf203.v.iii.lxxix.html>, acessado em 20/02/2014).

⁵⁹ Uma breve investigação das supostas evidências históricas da recensão de Luciano é encontrada em van Bruggen, *The Ancient Text of the New Testament*, 17-21.

⁶⁰ Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 94.

⁶¹ Bruce M. Metzger, “The Lucianic Recension of the Greek Bible”, em *Chapters in the History of New Testament Textual Criticism*, NTTS 4 (Leiden: Brill e Grand Rapids: Eerdmans, 1963), 1-41.

⁶² Ver Metzger, *A Textual Commentary on the Greek New Testament*, xx (citado em van Bruggen, *The Ancient Text of the New Testament*, 17).

⁶³ Cf. Colwell, “The Complex Character of the Late Byzantine Text of the Gospels”.

⁶⁴ Westcott-Hort, *The New Testament in the Original Greek*, 20.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Ibid., 20.

⁶⁷ Ibid., 22.

⁶⁸ Ibid., 29.

⁶⁹ Em *The Greek New Testament*, 37 (citado em Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 78).

⁷⁰ Ernest Cadman Colwell, “External Evidence and New Testament Criticism”, em *Studies in the History and Text of the New Testament*, eds. B. L. Daniels e M. J. Suggs (Salt Lake City, UT: University of Utah Press. 1967), 4.

⁷¹ Frederick C. Grant, “The Greek Text of the New Testament”, *The Bible Translator* 2:3 (1951): 120.

⁷² Essa é a conclusão de C. Clark, professor de latim na Universidade de Oxford, em *The Descent of Manuscripts* (Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 80).

⁷³ Em “Scribal Habits in Early Papyri”, 376-87.

⁷⁴ É interessante observar que há uma reconhecida tendência, com relação à crítica das fontes (source criticism), de desacreditar o testemunho unânime dos Pais da Igreja contra a teoria de que o Evangelho de Mateus foi o primeiro a ser escrito. Aqui, também, as evidências internas preferidas pelos críticos apontam Marcos (o menor Evangelho) como o mais antigo (e fonte de Mateus e Lucas), contra o testemunho externo unânime dos Pais da Igreja, que indica o oposto (ver David Wenham, “Source Criticism”, em *New Testament Interpretation*, ed. I. H. Marshall (Exeter: The Paternoster Press, 1979), 144.

⁷⁵ Ver Wallace, “Some Second Thoughts on the Majority Text”, 277.

⁷⁶ Cf. Grant, “The Greek Text of the New Testament”, 120.

⁷⁷ Metzger, *The Text of the New Testament*, 195.

⁷⁸ Ibid., 185.

⁷⁹ Ibid., 182.

⁸⁰ Ibid., 184-85. Metzger inclui, em uma nota de rodapé, uma relação de todas as referências em que o texto de Westcott-Hort suspeita de erros primitivos necessitando de emendas conjecturais (ibid., 184).

⁸¹ Ver Greenlee, *Introduction to New Testament Textual Criticism*, 15-16.

⁸² David L. Moore, “The Chalange of the Majority Text: Should We Reevaluate Our Critical Methods?” (Internet: <http://members.aol.com/dvdmoores/html/majtext/txcrmthd.htm>; acessado em 25/03/2014).

Capítulo 4

O TEXTO MAJORITÁRIO

A terceira corrente manuscritológica do Novo Testamento pode ser considerada um desenvolvimento contemporâneo da primeira. Ela sustenta o texto representado na maioria dos manuscritos, conhecido como Texto Majoritário, Bizantino, Sírio, Tradicional ou Eclesiástico. Essa corrente defende que o texto original do Novo Testamento deve ser buscado, não em alguma edição mais ou menos empírica do *Textus Receptus*, nem exclusivamente em uns poucos manuscritos egípcios antigos preservados aleatoriamente, mas na grande massa de manuscritos existentes, incluindo papiros, unciais, minúsculos, lecionários, versões e citações. Sendo abundante a quantidade, variedade e procedência de fontes textuais disponíveis, os proponentes do Texto Majoritário enfatizam as evidências externas (mais objetivas) ao invés das evidências internas (mais necessárias aos defensores dos textos egípcios, em virtude do reduzido número e discrepância desses documentos). J. W. Burgon, F. H. A. Scrivener, T. R. Birks e E. Miller, os quais se opuseram à teoria de Westcott e Hort, na ocasião em que ela foi proposta, e Edward Hills, Jacob Van Bruggen, Zane Hodges e Wilbur Pickering, opositores contemporâneos dessa teoria, são alguns dos advogados mais conhecidos do Texto Majoritário.

O propósito deste capítulo consiste em introduzir os leitores brasileiros ao Texto Majoritário, discutindo resumidamente as suas principais pressuposições teológicas e filosóficas, teorias históricas e metodologias.

PRESSUPOSIÇÕES TEOLÓGICAS E FILOSÓFICAS

A escola textual majoritária sustenta, entre outras, as seguintes posições com relação ao lugar das pressuposições teológicas e das doutrinas bíblicas da inspiração e preservação no estudo do texto do Novo Testamento:

1. LEGITIMIDADE DAS PRESSUPOSIÇÕES

NA MANUSCRITOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO

Os proponentes do Texto Majoritário, de modo geral, não compartilham do pensamento de Westcott-Hort e dos críticos textuais que defendem uma abordagem neutra, estritamente histórica da manuscritologia, imune a

pressuposições teológicas. Hodges, por exemplo, considera a pretensão de neutralidade na pesquisa histórica uma falácia racionalista. “Seria o extremo da ingenuidade supor”, diz ele, “que o racionalismo daqueles que exercem esse julgamento em nada afeta o resultado final” das suas investigações.¹ Sendo, de modo geral, teologicamente conservadores, os defensores do Texto Majoritário professam a inevitabilidade e legitimidade das pressuposições teológicas e filosóficas em estudos históricos, e que isso inevitavelmente ocorre no que diz respeito à manuscritologia do Novo Testamento.

Isto não implica, entretanto, necessariamente, em uma “agenda oculta”, que resulte em uma teoria controlada por resultados e não por métodos, como denuncia Wallace.² Tampouco implica que os proponentes do Texto Majoritário condenem o texto de Westcott-Hort meramente porque suspeitam da ortodoxia deles, como sugere Fee.³ Em resposta à acusação de Fee, Hodge esclarece:

Eu, pelo menos, ficaria muito feliz em aceitar o texto de Westcott-Hort como está, se achasse que as razões em que ele se sustenta fossem adequadas. Mas a qualidade do texto deles tem sido questionada por muitos especialistas há muitos anos, e não somente por aqueles que preferem um texto semelhante àquele encontrado no *TR*. Minha agenda, pelo menos – e eu falo aqui somente por mim mesmo – é precisamente a que declarei ser – qual seja, um apelo a que se reexaminem os argumentos a favor do Texto Majoritário, à luz da crescente percepção das deficiências da teoria por trás das edições hoje publicadas. Eu creio, de fato, que a teologia de um homem pode afetar suas teorias textuais, mas estou plenamente disposto a considerar argumentos razoáveis de quaisquer pessoas, independentemente da teologia com a qual possam estar associadas.⁴

Diferentemente do que parece ocorrer entre os defensores do *Textus Receptus*, os defensores do Texto Majoritário reivindicam conduzir suas pesquisas históricas com o máximo de objetividade possível, de modo que suas convicções teológicas não assumam senão um “papel secundário” em suas investigações.⁵ Enquanto a doutrina da preservação é parte integrante da teoria histórica dos proponentes do *Textus Receptus*, e necessária para explicar a tese da inspiração de uma determinada edição do texto grego e uma versão específica do Novo Testamento, o mesmo não ocorre entre os proponentes do Texto Majoritário. Nesse caso, as doutrinas protestantes da inspiração e preservação são pressuposições teológicas reconhecidas, mas não representam parte integrante e necessária da sua teoria histórica, como veremos.

2. DOCTRINA DA INSPIRAÇÃO DOS AUTÓGRAFOS

Os proponentes do Texto Majoritário geralmente professam a inspiração verbal dos autógrafos do Novo Testamento. Isso não significa que eles

acreditem que as Escrituras tenham sido ditadas, pelo Espírito Santo, de modo a anular a mente e a personalidade dos autores; nem que creiam em um tipo de inspiração mecânica, como se as Escrituras fossem psicografadas, ou melhor, “pneumagrafadas”. Por outro lado, não acreditam também em uma inspiração dinâmica, que conceba a inspiração em termos de mera iluminação espiritual dos seus autores. Eles tampouco aceitam um conceito de inspiração apenas mental, segundo a qual, somente os pensamentos dos autores foram inspirados, mas não o seu registro verbal. Os proponentes do Texto Majoritário, de modo geral, professam que o Espírito Santo, o autor primário das Escrituras, dirigiu, guiou e supervisionou de tal maneira os autores bíblicos que, sem violar as suas personalidades, garantiu o registro fiel e perfeito de tudo o que Deus julgou necessário incluir no cânon bíblico.

Hipóteses, portanto, que contrariem essa pressuposição teológica, não são concebidas aprioristicamente pelos proponentes do Texto Majoritário, como acontece com Westcott-Hort, por exemplo, quando afirmam que “corrupções primitivas” do texto do Novo Testamento “podem ter sido causadas *pelo escritor original, ou por seus amanuenses*, se ele escreveu o que lhe foi ditado, ou podem ser devidas a algum dos primeiros copistas”.⁶

3. DOUTRINA DA PRESERVAÇÃO DO TEXTO INSPIRADO

Os proponentes do Texto Majoritário, de modo geral, também professam a doutrina bíblico-reformada da preservação das Escrituras, conforme expressa na *Confissão de Fé de Westminster*:

O Velho Testamento em hebraico (língua vulgar do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus e, *pelo seu singular cuidado e providência, conservados puros em todos os séculos*; são por isso autênticos.⁷

As pesquisas textuais daqueles que partem dessa pressuposição não podem abstrair-se dessas convicções, e pressupor aprioristicamente, por exemplo, que a transmissão do texto do Novo Testamento esteja sujeita às mesmas condições que qualquer outro livro, legitimando o uso dos mesmos princípios textuais aplicáveis a outros documentos antigos. A abordagem daqueles que professam a doutrina da preservação parte necessariamente da convicção de que, de uma maneira ou de outra, Deus vela de modo todo especial pela sua Palavra escrita, preservando-a e mantendo pura a revelação registrada, para a conversão dos perdidos e para a edificação do seu povo. Essa “lógica da fé”, na concepção dos proponentes do Texto Majoritário, não pode ser extirpada da investigação histórica.

Fé na doutrina da preservação das Escrituras não determina, necessariamente, as posições textuais de uma pessoa. Skilton, por exemplo, como já mencionado, apesar de ser um proponente dos textos ecléticos, reconhece a providência de Deus na preservação das Escrituras, como segue:

É inconcebível que o Deus soberano da Bíblia, o qual opera todas as coisas de conformidade com o conselho da sua vontade, permita que sua Palavra, a qual Ele deu como um instrumento essencial na salvação do seu povo até a consumação, se torne tão desfigurada na sua transmissão que não possa realizar o propósito para o qual ele determinou para ela e permita que a sua igreja seja completa e eternamente privada das suas palavras inspiradas.

Que o cuidado especial e a providência de Deus têm estado em operação na preservação da sua Palavra é manifestamente o caso.⁸

Ele adverte, ainda, que “criticismo, baixo ou alto, que não leve em devida consideração a Deus, a sua Palavra e a sua providência está a caminho de uma confrontação consciente com a realidade”.⁹

A maneira, entretanto, pela qual Deus preserva a Palavra inspirada, não é explicitada na Bíblia, devendo ser concluída por investigação adequada das evidências históricas. Na concepção dos defensores do Texto Majoritário, as evidências históricas indicam que a preservação do texto do Novo Testamento não ocorreu através da preservação sobrenatural dos autógrafos, nem pela inspiração dos copistas, guardando todos eles do erro, nem em uma determinada edição do *Textus Receptus*, nem em um número não representativo de manuscritos contraditórios provindos de uma única região. Para eles, o texto original foi preservado na grande massa de manuscritos de todos os tipos, procedentes de lugares variados, ao longo dos séculos.

As pressuposições teológicas e filosóficas subjacentes em qualquer corrente manuscritológica podem afetar, em maior ou menor grau, as hipóteses, teorias históricas, interpretação dos dados, e até mesmo as metodologias dos seus proponentes. Contudo, disso ninguém está isento. Também não será fácil para nenhuma dessas correntes submeter suas pressuposições às evidências históricas – a interpretação dos fatos dificilmente deixará de ser influenciada pelas pressuposições de cada investigador. Parece evidente que o resultado dessa equação, que inclui as pressuposições teológicas e filosóficas de cada um, e as evidências históricas disponíveis, dependerá bastante do peso que se confira à autoridade da revelação, a axiomas filosóficos, às evidências históricas disponíveis e à capacidade da razão.

Pode-se até questionar as pressuposições teológicas conservadoras, a

interpretação de textos que parecem ensinar a doutrina da preservação das Escrituras e o ensino reformado quanto ao assunto, como sugere Wallace. Contudo, nesse caso, teremos que transferir a discussão para outros departamentos do currículo teológico.

TEORIAS HISTÓRICAS

Os proponentes do Texto Majoritário reconhecem que a crítica textual exige uma teoria histórica que justifique as metodologias empregadas na identificação do texto original. Praticamente todos eles (Burgon, Hodges-Farstad, Pickering, Robinson-Pierpont e van Bruggen) propõem teorias procurando interpretar os principais fatos históricos relacionados à disciplina.

Os seguintes elementos históricos são considerados relevantes nessas teorias: (1) a origem judaica do Cristianismo primitivo; (2) a intensa perseguição que a Igreja sofreu nos primeiros séculos; (3) a oficialização da religião cristã por Constantino; (4) as regiões geográficas em que o Cristianismo primitivo se originou e desenvolveu, e em que foram escritos ou para onde foram enviados os autógrafos do Novo Testamento; (5) as circunstâncias climáticas, religiosas e linguísticas características dessas regiões, especialmente as condições que prevaleciam no Egito; (6) a perecibilidade do material empregado; (7) os hábitos dos copistas; e (8) o surgimento e predominância da escrita cursiva, no século IX.

As teorias históricas apresentadas procuram explicar, a partir desses dados históricos, especialmente três fenômenos: (1) as evidências textuais provenientes do segundo ao quarto século, incluindo os papiros e os unciais desse período; (2) a inexistência de manuscritos tipicamente majoritários nesse período; e (3) o crescente predomínio do Texto Majoritário, a partir do século V.

1. INTERPRETAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS TEXTUAIS DOS SÉCULOS II-IV

Segundo os proponentes do Texto Majoritário, os manuscritos provenientes desses primeiros séculos representam uma forma de texto local inferior, em virtude da dificuldade de controle ou verificação por causa da distância do centro geográfico em que se encontravam os autógrafos, das circunstâncias religiosas e linguísticas características da região, e da perseguição a que estava sujeita a Igreja nos primeiros séculos.

Um Texto Local

Praticamente todos os papiros e unciais dos quatro primeiros séculos

procedem de uma mesma região: o Egito. Esses documentos não podem ser considerados, portanto, representativos do texto geralmente em uso, pela Igreja, na época. No máximo, eles representam o tipo de texto empregado no Egito. Entretanto, visto que o número desses documentos contendo porções substanciais do Novo Testamento é muito pequeno, e que foram preservados sem qualquer critério, eles podem não representar sequer o texto geralmente em uso nessa região.

Como observei anteriormente, apenas sete manuscritos contendo porções substanciais do Novo Testamento, provenientes dos séculos II a IV, foram preservados. Cinco deles são papiros: p45 (*Chester Beatty*), contendo os Evangelhos e Atos; p46 (*Chester Beatty*), contendo as Epístolas de Paulo; p66 (*Bodmer II*), contendo os Evangelhos; p72 (*Bodmer VII/VIII*), contendo as Epístolas Gerais; p75 (*Bodmer XIV/XV*), contendo os Evangelhos. Os outros dois são unciais: 01 ou \aleph (*Códice Sináítico*), contendo todo o NT; e 03 ou B (*Códice Vaticano*), contendo todo o NT, exceto Hebreus, as Epístolas Pastorais, Filemom e Apocalipse. Em adição a esses manuscritos, os de maior conteúdo (com 10 e 11 folhas), são os papiros p¹³, que contém porções de cinco capítulos de Hebreus, e o p⁴⁷ (*Chester Beatty*), que contém porções de Apocalipse 9-17.

Parece evidente que esse número reduzido de manuscritos, preservados aleatoriamente, é insuficiente para que seja considerado representativo do texto grego em uso nas igrejas cristãs da época, espalhadas pelo Oriente Médio, Europa e Norte da África.

Manuscritos de Qualidade Inferior

As excessivas diferenças que esses manuscritos apresentam entre si, o número muito grande de variantes que deixam o texto sem sentido, e as centenas de leituras singulares que apresentam demonstram a qualidade inferior desses manuscritos.

Os únicos unciais desse período (\aleph e B), como já mencionado, segundo Hoskier, apresentam mais de 3.000 diferenças somente nos Evangelhos:

Hoskier, depois de preencher 450 páginas com uma discussão detalhada e cuidadosa sobre os erros do códice B e outras 400 sobre as idiossincrasias do códice \aleph , afirma que somente nos Evangelhos, estes dois mss. diferem bem mais de 3.000 vezes, e que este número não inclui erros menores tais como ortografia, nem variantes entre certos sinônimos.¹⁰

Lembro aos leitores, que o papiro p⁴⁵, segundo Colwell, apresenta 275 leituras singulares, sendo dez por cento delas sem sentido, e numerosas alterações deliberadas.¹¹ O p⁴⁶, na avaliação daqueles que o estudaram mais

pormenorizadamente, também está cheio de erros e faltas. Zuntz chega a afirmar que o escriba que o produziu “estava à beira da exaustão”.¹² Ele conclui que “o escriba que escreveu o papiro fez seu trabalho muito mal. Das suas inúmeras faltas, somente uma fração (menos de uma em dez) foram corrigidas e mesmo essa fração – como frequentemente ocorre em manuscritos – fica cada vez menor à medida que o fim do livro se aproxima. Páginas inteiras foram deixadas sem nenhuma correção, não obstante necessitassem muito disso”.¹³ O papiro p⁴⁷ também não é considerado um bom manuscrito. Aland reconhece isso, ao escrever: “Não precisamos mencionar o fato de que o manuscrito mais antigo não apresenta necessariamente o melhor texto. P⁴⁷, por exemplo, de longe o mais antigo dos manuscritos contendo o texto completo ou quase completo de Apocalipse, certamente não é o melhor”.¹⁴ Com relação ao p⁶⁶, Colwell afirma que há nele 482 leituras singulares, sendo que quase 200 (cerca de 40 por cento) delas não têm sentido.¹⁵ Quanto ao p⁷⁵, o mesmo autor conclui, entre outras coisas, que há nele 257 leituras singulares, vinte e cinco por cento delas deixando o texto sem sentido.¹⁶ Tantos erros podem indicar falta de fluência desses escribas na língua grega, especialmente porque erram constantemente letras ou sílabas, como quem está soletrando o texto.¹⁷

Distância dos Autógrafos

A qualidade inferior desses manuscritos é explicada, em parte, por causa da distância dos autógrafos. O Egito não estava entre as regiões onde o Cristianismo floresceu no primeiro século, e onde se encontravam os autógrafos: Palestina, Ásia Menor, Grécia e Roma. Nessas regiões, seria mais fácil a preservação do texto original, através da comparação das cópias com os autógrafos. O mesmo não ocorria no Egito, por causa da distância.

Além disso, a intensa perseguição que se abateu sobre a Igreja, clandestina na época, também dificultava a comunicação, o que pode ter prejudicado a possibilidade de comparação com as cópias mais próximas dos autógrafos.

Circunstâncias Religiosas e Linguísticas

As circunstâncias religiosas e linguísticas características do Egito também propiciavam a corrupção do texto. Inúmeras seitas e heresias proliferavam, na época, naquela região, bem como a produção de escritos *pseudepígrafes*, o que favorecia o surgimento de erros intencionais. Comentando a situação da Igreja primitiva no Egito, Metzger observa que, “entre os documentos cristãos que se originaram ou circularam no Egito, durante o século segundo,

tanto entre ortodoxos como entre gnósticos, estão inúmeros evangelhos apócrifos, atos, epístolas e apocalipse”. Ele conclui, como já mencionado, dizendo que:

De fato, a julgar pelos comentários feitos por Clemente de Alexandria, quase toda seita desviada estava representada no Egito durante o segundo século; Clemente menciona os valentinianos, os basilidianos, os marcionitas, os peratitas, encratitas, docetistas, haimetitas, cainitas, ofitas, simonianos e eutiquitas. Que proporção de cristãos no Egito durante o segundo século era ortodoxa, não se sabe.¹⁸

Além dessas circunstâncias religiosas confusas, o uso da língua grega já estava em acentuado declínio na região, o que favorecia o aparecimento de muitos erros não intencionais. Metzger reconhece que, no Egito, “os primeiros cristãos usavam o grego, mas logo a nova fé encontrou adeptos fora da seção helenizada da população – a qual, deve-se ter em mente, era apenas uma fração em comparação com o número de nativos habitantes que usava unicamente a língua egípcia”.¹⁹

Ressalto, finalmente, que alguns dos fatores mencionados acima sequer precisariam ser levados em consideração se considerarmos a probabilidade de o reduzido número de manuscritos, aleatoriamente preservados, não ser representativo do texto predominante em uso na região.

2. EXPLICAÇÃO PARA A INEXISTÊNCIA DE

MANUSCRITOS TIPICAMENTE MAJORITÁRIOS DESSE PERÍODO

Para os proponentes do Texto Majoritário, a inexistência de manuscritos característicos dessa corrente textual provenientes desse período deve-se principalmente à perecibilidade do material empregado (o papiro) nas condições climáticas dos principais centros em que o Cristianismo floresceu nos primeiros séculos, e à intensa perseguição religiosa na época. Apesar disso, deve-se notar que os poucos manuscritos encontrados preservam muitas leituras bizantinas.

Perecibilidade do Material nas

Condições Climáticas na Maioria das Regiões

É impossível conceber que não existissem muito mais cópias dos autógrafos do Novo Testamento nas regiões onde o Cristianismo floresceu nos primeiros séculos, tais como a Palestina, a Ásia Menor e Roma, do que no Egito. Além disso, foi nessas regiões que os autógrafos foram escritos e para as quais foram enviados – o que tornaria muito mais fácil o controle das cópias e a preservação do texto original substancialmente íntegro, como

ocorreria com o Texto Bizantino.

A inexistência de manuscritos provenientes dessas regiões, datados dos primeiros séculos, deve-se, portanto, à perecibilidade do material empregado e às características climáticas dessas regiões, que não permitiram a preservação desses documentos (especialmente quando utilizados com frequência), diferentemente do que ocorreu no clima propício das regiões desérticas e extremamente secas onde foram encontrados os manuscritos egípcios. Até exatamente o século IV, o papiro, um material bastante perecível, em comparação com o pergaminho, foi o material predominantemente usado nas cópias do Novo Testamento. Foi somente a partir desse século que o pergaminho começou a substituí-lo.

O Efeito das Perseguições

Ademais, é inegável que a intensa perseguição à que a Igreja esteve submetida nessas regiões resultou na destruição de muitos manuscritos do Novo Testamento. A queima de manuscritos das Escrituras em praças públicas pode explicar o desaparecimento de centenas ou milhares deles, reduzindo ainda mais a possibilidade de serem preservados.

Até a promulgação do Edito de Milão, por Constantino, em 313, o Cristianismo era uma religião considerada ilegal pelo Império Romano. Essa situação não apenas dificultava a multiplicação e divulgação de cópias do Novo Testamento, como também resultou na destruição frequente dessas cópias, como consequência da perseguição. Como já foi mencionado, Eusébio registra que era comum a queima de manuscritos cristãos na época: “Todas essas coisas se cumpriram entre nós, quando vimos com nossos próprios olhos as casas de oração destruídas até os fundamentos, e as Divinas Escrituras Sagradas lançadas às chamas no meio das praças”.²⁰

Diante de todas essas dificuldades, a inexistência de manuscritos tipicamente majoritários provenientes dessas regiões, nesse período, é certamente compreensível.

Leituras Tipicamente Bizantinas Anteriores a Crisóstomo

Apesar de não serem encontrados manuscritos tipicamente majoritários entre os poucos que foram preservados desse período, como seria de esperar, os papiros egípcios preservam várias leituras tipicamente bizantinas, conforme demonstra o estudo de Sturz, já mencionado, confirmando a antiguidade desse tipo textual.²¹

Com relação às versões, o texto bizantino é atestado na siríaca Peshita,

considerada a mais antiga das versões siríacas, até ser descartada, sem qualquer prova convincente, como uma revisão posterior, realizada por Rábula, no século V.²² Verificando as variantes relevantes no Evangelho de João, no texto da UBS₃, Pickering conclui que as versões latinas e siríacas apóiam o texto Majoritário cerca de o dobro das vezes que o contradizem (versões latinas: 60 contra 32; versões siríacas: 63 contra 23).²³

Quanto aos Pais da Igreja, embora Westcott-Hort afirmem que não existem variantes sírias anteriores a *Crisóstomo* (falecido em 407),²⁴ estudos posteriores têm contrariado essa declaração.²⁵ Mesmo Wallace, apesar de negar que haja Pais da Igreja anteriores a essa data que cite consistentemente o texto bizantino, reconhece, pelo menos, que leituras bizantinas são encontradas em alguns Pais da Igreja dos três primeiros séculos.²⁶

3. EXPLICAÇÃO PARA O PREDOMÍNIO

DO TEXTO MAJORITÁRIO, A PARTIR DO SÉCULO V

A explicação para a padronização do Texto Majoritário e o seu predomínio crescente, a partir do século V, segundo os proponentes do Texto Majoritário, encontra-se: na oficialização da religião cristã por Constantino, na primeira metade do quarto século; na tendência natural do texto original dominar a transmissão do texto ao longo dos anos; no emprego de material mais durável a partir do quarto século; e na substituição dos manuscritos unciais pelos minúsculos, a partir do nono século.

Oficialização da Igreja por Constantino

A oficialização da Igreja por Constantino, retirando-a da clandestinidade, reverteria a tendência de deterioração da transmissão do texto em lugares remotos, como o Egito, pela progressiva comparação desses manuscritos locais com as cópias mais acuradas existentes, que predominavam nos centros em que o Cristianismo floresceu, e também por ser interrompido o processo de destruição de manuscritos. À medida que o Texto Majoritário se multiplicava, tornava-se cada vez mais difícil a sustentação de cópias conflitantes.

Tendência Natural de o Texto Original Tornar-se Majoritário

A explicação mais natural para o predomínio do Texto Majoritário, a partir do quinto século, encontra-se na sua origem. Seria de se esperar que o texto original (o mais antigo) se multiplicasse mais do que cópias erradas posteriores. A teoria de Westcott-Hort de uma recensão para explicar a

existência do Texto Majoritário, tem como objetivo, exatamente, eliminar essa dificuldade evidente.

Emprego de Material mais Durável

A substituição progressiva do papiro pelo pergaminho como material de escrita, a partir do quarto século, favoreceu a preservação de um número cada vez mais representativo de manuscritos. Esse fato pode explicar também o desaparecimento de muitos papiros, os quais, após copiados em pergaminho, seriam provavelmente descartados.²⁷

Substituição dos Unciais por Minúsculos no Século IX

A grande maioria de manuscritos tipicamente bizantinos consiste em minúsculos do século IX em diante. Visto que foi a partir desse século que esse tipo de escrita passou a substituir a escrita uncial em larga escala, com a cópia dos unciais em minúsculos, e que não se têm identificado os unciais que teriam sido copiados, é provável que aqueles tivessem passado por novo processo de destruição. Isso ajudaria a explicar o número relativamente pequeno de unciais e o predomínio absoluto do Texto Bizantino nos manuscritos minúsculos.

METODOLOGIAS

Três princípios metodológicos têm sido aplicados pelos proponentes da corrente textual majoritária: as “notas de verdade” de Burgon, a metodologia de Hodges-Farstad, e os métodos quantitativos de Colwell/Claremont Profile.

1. OS CÂNONES TEXTUAIS DE BURGON

A formulação mais sistemática e antiga dos princípios metodológicos da escola majoritária foi proposta por Burgon,²⁸ no final do século XIX, e desenvolvida por Pickering, no capítulo sete do seu livro, *A Identidade do Texto do Novo Testamento*.²⁹ Essa também é a metodologia empregada por Robinson e Pierpont na preparação do texto grego que publicaram em 1991: *O Novo Testamento no Grego Original*.³⁰ Segundo essa metodologia, as leituras variantes devem ser avaliadas de conformidade com as seguintes regras:

Antiguidade ou Primitividade

A primeira regra de Burgon diz respeito à antiguidade. Para que uma leitura seja considerada original, deve haver evidências da sua antiguidade, até o ponto, é claro, em que existam testemunhas minimamente representativas.

Antes do ano 400, por exemplo, há cerca de 70 Pais da Igreja, \aleph , B, outros unciais fragmentários, papiros e versões mais antigas. É improvável que uma leitura original não mostre nenhuma evidência de sua existência em algumas dessas testemunhas.

A variante *vinagre*, por exemplo, em Mateus 27:34, desde 1881 tem sido considerada como secundária. No entanto, considerando somente as testemunhas até o ano 400, contra ela existem sete testemunhas: \aleph , B, versões latinas, versões coptas e 3 Pais da Igreja. Em seu favor, existem 18 testemunhas: versões siríacas e 17 Pais. A doxologia no final da oração do “Pai Nosso”, em Mateus 6:13, embora considerada espúria pelos editores dos textos ecléticos, além de ser encontrada na grande maioria dos manuscritos, é testemunhada por versões antigas e documentos do quarto e mesmo do segundo século, como é o caso do Diatessarão de Taciano.

Consenso de Testemunhas ou Número

Parece evidente que, se não for provada a dependência das testemunhas, quanto maior for o número de testemunhas a favor de uma leitura, maior é a probabilidade de essa ser a leitura original. Que tribunal condenaria um réu que tivesse maciço número de testemunhas independentes a seu favor?

Variabilidade de Evidência ou Catolicidade

Essa variedade diz respeito a áreas geográficas, tais como Ásia Menor, Grécia, Constantinopla, Palestina, Síria e Norte da África. Diz respeito também a tipos diferentes de testemunhas: manuscritos gregos (papiros, unciais e minúsculos), lecionários, pais (sírios e latinos) e versões (siríacas, latinas, coptas, armênias, etíopes, góticas, etc.).

Continuidade ou Tradição não Interrompida

Difícilmente, uma leitura atestada apenas em um determinado período da história do texto representa a leitura original. Por outro lado, uma leitura que apresenta testemunho ininterrupto na história do texto, a partir do momento em que há evidências textuais, até a impressão do texto, tem grande probabilidade de representar a leitura verdadeira.

Isso não significa, entretanto, que para ser verdadeira, uma leitura tenha que dominar cada momento da história em cada região ou localidade.

Respeitabilidade das Testemunhas ou Qualidade

Esse critério diz respeito à credibilidade das testemunhas. Quando uma determinada testemunha demonstra ser errática ou negligente, seu testemunho fica naturalmente comprometido. Isso ocorre em qualquer tribunal.

De conformidade com essa regra, a credibilidade de \aleph e B estaria gravemente comprometida, em virtude dos cerca de três mil testemunhos conflitantes que esses manuscritos apresentam somente nos evangelhos. Ficam comprometidos também o testemunho do códice Beza (D), o qual tem um texto tão peculiar que já se levantou a tese de se tratar de uma retradução do latim, enquanto outros dizem que parece mais um *targum* (um comentário) do que uma transcrição. Só em Atos, segundo Scrivener, há cerca de 600 interpolações no códice Beza. Quanto aos papiros, tanto o *Chester Beatty* (p⁴⁵, p⁴⁶ e p⁴⁷), como o *Bodmer* (p⁶⁶ e p⁷⁵), apesar da antiguidade, como já indiquei, apresentam centenas de alterações deliberadas e leituras singulares, muitas delas deixando o texto sem sentido, comprometendo consideravelmente a sua confiabilidade.³¹

Evidência da Passagem Inteira ou Contexto

Esse critério diz respeito a como determinada testemunha se comporta em um determinado trecho. É evidente que a qualidade de um manuscrito não é necessariamente homogênea. Diferentes manuscritos podem ter sido empregados pelos copistas para determinados livros. O próprio cuidado do copista pode variar.

Um bom exemplo é o códice D, nos três últimos capítulos de Lucas. A julgar pelas escolhas de Westcott-Hort, D omite 329 palavras do texto genuíno nesses capítulos, acrescenta 173, e substitui 146. No entanto, em oito lugares, Westcott e Hort omitem palavras do texto baseados exclusivamente nesse manuscrito!

Considerações Internas ou Razoabilidade

Essa regra não tem nada a ver com as evidências internas de Hort. Ela deve ser aplicada apenas raramente, se, após a aplicação dos demais princípios, ainda houver dúvida com relação à leitura correta. Essas considerações internas dizem respeito a leituras que são gramática, lógica, geográfica ou cientificamente impossíveis. Exemplos da aplicação legítima dessa regra são encontrados em Lucas 19:37; 23:45; 24:13; Marcos 6:22 e 2 Coríntios 3:3.

2. A METODOLOGIA DE HODGES-FARSTAD

A edição do Texto Majoritário de Hodges-Farstad foi desenvolvida com base em uma metodologia mista: numérica e genealógica.

Princípio Numérico

Havendo testemunho expressivo de manuscritos em favor de uma leitura (85% ou mais), esta deve ser escolhida, visto que, “quando não há distúrbios

consideráveis na história da transmissão, a leitura individual mais antiga é a que mais provavelmente sobreviverá numa maioria de documentos”.³² Visto que há consenso de testemunhas com relação à grande maioria das variantes, essa acaba sendo, na prática, a metodologia mais importante, e o texto resultante representa, de modo geral, o Texto Majoritário.

Reconstrução Genealógica

Visto, entretanto, que Hodges e Farstad admitem a legitimidade do método genealógico, desde que realmente praticado, nas variantes em que não existe testemunho majoritário expressivo a favor de uma leitura, o critério de avaliação deles é a reconstrução genealógica da história do texto. Não sendo possível essa reconstrução, a leitura majoritária (embora não expressiva) é colocada no texto e a divisão indicada no *apparatus*.³³ Sendo possível reconstruir a história do texto – o que eles julgaram acontecer, com base nas pesquisas de von Soden na perícopes da mulher adúltera (Jo 7:53-8:11), e de Hoskier³⁴ em Apocalipse – a decisão é tomada com base na reconstrução genealógica.³⁵

3. OS MÉTODOS QUANTITATIVOS COLWELL/CLAREMONT PROFILE

Os métodos quantitativos Colwell/CPM têm demonstrado sua utilidade para a classificação de manuscritos em grupos textuais. Algumas conclusões dessas pesquisas já foram usadas por Robinson e Pierpont.³⁶ Os estudos mais representativos dos manuscritos unciais, minúsculos, lecionários, versões e Pais da Igreja, que estão sendo realizados pelo Projeto Internacional Novo Testamento Grego e pelo Instituto para Pesquisa Textual do Novo Testamento, começam a produzir resultados concretos, com a publicação dos *apparatuses* de Lucas e Tiago. Esses resultados podem ser empregados para avaliar a confiabilidade do *apparatus* de von Soden nesses livros, e, como amostragem, dos demais livros. Os métodos quantitativos, aperfeiçoados e aplicados em escala maior aos manuscritos bizantinos, estão surgindo como métodos apropriados para o desenvolvimento de edições mais precisas do Texto Majoritário.³⁷

CONCLUSÃO

A tese da superioridade do Texto Majoritário parece preferível a este autor, pelas seguintes razões:

1. Mostra-se mais coerente com as pressuposições teológicas bíblicas da inspiração e preservação. Embora alguns dos textos apresentados a favor da

doutrina da preservação possam estar sujeitos à interpretação diferente (não se referindo à palavra escrita, mas a princípios éticos ou ao cumprimento de profecias), o ensino bíblico de modo geral e a própria doutrina da inspiração parecem justificar a pressuposição de que Deus preserva pura, ao longo dos séculos, a sua Palavra.

2. Visto que nenhuma explicação histórica razoável é oferecida para o aparecimento e crescente predomínio de um tipo textual amplamente majoritário, surpreendentemente uniforme, e ao mesmo tempo internamente variado, até que se prove o contrário, permanece válida a tese de que esse tipo textual representa o tronco principal que retrocede até os autógrafos.

3. O número de documentos mais antigos (até o ano 400), que apresentam conteúdo razoável, é extremamente pequeno e localizado para ser considerado representativo e permitir qualquer conclusão. Embora nenhum desses manuscritos apresente *texto* tipicamente bizantino, já foi demonstrado que eles apresentam *leituras* tipicamente bizantinas – o que indica a antiguidade do Texto Majoritário.

4. Além do número reduzido de documentos mais antigos, a própria qualidade do texto desses manuscritos é inferior, e eles são bastante contraditórios entre si. Tão peculiares são esses manuscritos que a própria classificação deles em família parece arbitrária, e desafia qualquer critério científico de agrupamento. O Método Claremont, embora tenha se mostrado bastante eficaz para classificar os manuscritos majoritários, mostrou-se incapaz, pelos mesmos critérios, de reconhecer as famílias textuais geralmente aceitas.

5. As pressuposições, teorias e metodologias propostas por Westcott-Hort apresentam sérias e reconhecidas dificuldades para continuarem a ser sustentadas.

6. A metodologia de Burgon parece fazer justiça às evidências textuais, por considerar tanto a antiguidade, como a variedade, a quantidade, a qualidade, a continuidade e a razoabilidade dos manuscritos.

A tese majoritária também apresenta algumas dificuldades que devem ser admitidas, entre as quais, destaco as seguintes:

1. A obscuridade de informações e evidências textuais com relação aos três primeiros séculos faz com que qualquer teoria histórica apresentada não passe de teoria, inclusive as teorias propostas pelos defensores do Texto Majoritário. O fato é que, até o momento, ninguém conseguiu comprovar o

que realmente ocorreu nesse período.³⁸ Não se sabe exatamente como explicar a discrepância entre os manuscritos que sobreviveram. Não é possível comprovar porque não foram preservados manuscritos antigos de outras regiões que não o Egito, nem o que exatamente foi feito com os manuscritos antigos depois de copiados para pergaminho e, posteriormente, em letras minúsculas. Os hábitos dos copistas também ainda são, em grande parte, desconhecidos.

2. Parte considerável das fontes documentais ainda está por ser devidamente estudada. Apenas um número pequeno de manuscritos minúsculos e lecionários foi adequadamente pesquisado até hoje. É reconhecido, entretanto, que os lecionários apresentam texto bem mais antigo do que a idade dos manuscritos. Há muitas questões a serem resolvidas, como, por exemplo, os tipos textuais das citações patrísticas e a data da versão siríaca Peshita.

3. Existem passagens, como a perícopé da mulher adúltera (João 7:53-8:11) e um livro inteiro, Apocalipse, onde não parecem haver sido preservadas leituras abundantemente majoritárias. Como proceder nesses casos? Há evidências documentais suficientes para justificar o uso do método genealógico?

4. É preciso reconhecer que a escola defensora do Texto Majoritário ressurgiu apenas recentemente: o número de eruditos é pequeno, o acesso às fontes documentais é limitado, as instituições que patrocinam pesquisas nessa direção são praticamente inexistentes, e as próprias teorias, teses e metodologias propostas são recentes (ou ainda que antigas, como as de Burgon, foram negligenciadas durante muitos anos), precisando ainda ser mais bem avaliadas e desenvolvidas. A própria produção acadêmica da escola ainda é reduzida.

Essas considerações devem, por um lado, encorajar os proponentes do Texto Majoritário a levarem avante as suas pesquisas com a determinação, dedicação e confiança de quem parece estar trabalhando em um ramo de pesquisa promissor. Por outro, essas considerações também indicam a necessidade de atitude humilde com relação às teorias, métodos e resultados até aqui propostos ou alcançados.

¹ Hodges, “Rationalism and Contemporary New Testament Textual Criticism”, 31.

² Wallace, “The Majority-Text Theory: History, Methods and Critique”, 215.

³ Gordon D. Fee, “Modern Textual Criticism and the Revival of the Textus Receptus”, *Journal of*

Evangelical Theological Society 21:1 (1978): 21.

⁴ Hodges, “Modern Textual Criticism and the Majority Text: A Response”, 145-46.

⁵ Robinson-Pierpont, *The New Testament in the Original Greek according to the Byzantine/Majority Textform*, xlii.

⁶ Westcott-Hort, *The New Testament in the Original Greek*, 280-81 (itálico meu).

⁷ Capítulo I, parágrafo VIII (itálico meu).

⁸ Skilton, “The New Testament Text Today”, 9.

⁹ *Ibid.*, 12.

¹⁰ Hoskier, *Codex B and its Allies*, vol. 2, p. 1 (citado em Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 51).

¹¹ Colwell, “Scribal Habits in Early Papyri: A Study in the Corruption of the Text”, 374-76.

¹² Zuntz, *The Text of the Epistles*, 18.

¹³ *Ibid.*, 252.

¹⁴ Aland, “The Significance of the Papyri for Progress in New Testament Research”, 333.

¹⁵ Colwell, *Scribal Habits in Early Papyri*, 374-76.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ Conforme sugerido por Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 135.

¹⁸ Metzger, *The Early Versions of the New Testament: Their Origin, Transmission, and Limitations*, 101.

¹⁹ Metzger, *The Early Versions of the New Testament*, 104.

²⁰ Schaff, ed., *The Nicene and Post-Nicene Fathers*, 418.

²¹ Sturz, *The Byzantine Text-Type and New Testament Textual Criticism*, 137-230. Ver também referências aos estudos de Zuntz e Cowell, em Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 76-77.

²² Ver discussão da questão na seção: “Inexistência de Variantes Sírias Anteriores a Crisóstomo”, no capítulo 3 desta obra: “Os Textos Ecléticos”.

²³ Pickering, *The Identity of the New Testament Text III*, 96.

²⁴ Westcott e Hort, *The New Testament in the Original Greek*, 91.

²⁵ Ver referências às pesquisas de Edward Miller e Harry Sturz, mencionadas no capítulo 3 deste livro.

²⁶ Wallace, “The Majority-Text Theory: History, Methods and Critique”, 313.

²⁷ Cf. Alphonse Dain, *Les Manuscrits* (Paris, 1949), 111-15 (citado em van Bruggen, *The Ancient Text of the New Testament*, 26).

²⁸ *Ibid.*, 40-67.

²⁹ Pickering, *The Identity of the New Testament Text*, 139-148.

³⁰ Ver Robinson-Pierpont, *The New Testament in the Original Greek*, xiv.

³¹ Ver seção 4. “Evidências Documentais Qualitativamente Problemáticas”, no capítulo sobre a “História da Disciplina”, seção: “Igreja Antiga (Séculos I-IV)”.

³² Hodges-Farstad, *The Greek New Testament according to the Majority Text*, vi, xi-xii.

³³ O símbolo **M** denota entre 70 e 85% dos manuscritos; e o símbolo M^{Pt} denota menos de 70%. Ver Wilbur N. Pickering, “The Reliability of von Soden and the H-F Majority Text”, ensaio divulgado por *Majority Text Society* (1968): 1.

- ³⁴ Herman Charles Hoskier, *Concerning the Text of the Apocalypse* (London: Bernard Quaritch), 1929.
- ³⁵ Ver Hodges-Farstad, *The Greek New Testament according to the Majority Text*, vi-vii e xii.
- ³⁶ Robinson-Pierpont, *The New Testament in the Original Greek*, xv-xvi.
- ³⁷ Robinson-Pierpont declaram ter feito uso do *apparatus* de Lucas do International Greek New Testament Project (Robinson-Pierpont, *The New Testament in the Original Greek*, liii).
- ³⁸ Como admite Martini, “deveria ser óbvio que o criticismo textual do NT ainda não pode reivindicar ter alcançado uma história clara e detalhada do texto”. C. M. Martini, “New Testament Text”, em *The Interpreter’s Dictionary of the Bible*, vol. supl. (Nashville: Abington Press, 1962), 885.

Capítulo 5

EXEMPLO PRÁTICO:

O FINAL DO EVANGELHO DE MARCOS

O final do Evangelho de Marcos é um caso de estudo adequado para ilustrar as questões textuais enfrentadas pelos estudantes do Novo Testamento.

Cinco possibilidades principais para o final do Evangelho de Marcos encontram algum suporte textual: (1) O final longo, tradicionalmente presente nas traduções do Novo Testamento, incluindo os versos 9-20, encontrado na grande maioria dos manuscritos. (2) O final longo, contendo uma interpolação entre os versos 14 e 15, conhecida como Freer-Logion (presente apenas no uncial W).¹ (3) O final curto, presente no Códice Bobbiensis (itk): “Contudo, eles relataram brevemente a Pedro e aos que estavam com ele tudo o que lhes fora dito. E, depois disso, o próprio Jesus enviou por meio deles, do oriente até o ocidente, a sagrada e imperecível proclamação da salvação eterna”. (4) Os dois finais, longo e curto, presentes em quatro unciais, dois minúsculos, um lecionário e quatro versões. E (5) O final abrupto, no verso 8: ἐφοβοῦντο γάρ (principalmente nos unciais \aleph e B), defendido atualmente pela maioria dos críticos textuais.²

A genuinidade dos versículos 9-20 do último capítulo do Evangelho de Marcos permaneceu incontestada até o final do século XVIII e início do século XIX, com o acesso de Andreas Birch ao Códice Vaticano e o surgimento da segunda edição do texto grego de Griesbach (entre 1796 e 1806). Baseados principalmente no recém “redescoberto” Códice Vaticano, Birch questionou a autenticidade do final longo de Marcos, e Griesbach defendeu o final abrupto desse Evangelho no verso 8. A exemplo de edições modernas, ele indicou a exclusão dos versos 9-20, colocando-os entre colchetes, na segunda edição do seu Novo Testamento grego.³

O questionamento da autenticidade dos versos 9-20 do Evangelho de Marcos foi seguido por Lachmann (1793-185), Tregelles (1813-1875), Tischendorf (1815-1874), Alford (1810-1871) e Westcott-Hort, entre outros, no século XIX. Entretanto, a maioria dos críticos textuais anteriores a Westcott-Hort não foi persuadida da inautenticidade do final longo de Marcos.⁴ Bloomfield, por exemplo, um dos que rejeitou essa teoria,

escrevendo em 1841, observa que “Scholz, depois de todas as suas extensivas pesquisas, nunca foi capaz de descobrir essa porção [Marcos 16:9-20] omitida em mais de um manuscrito... e uma única versão”.⁵

Robinson observa que, a partir do início do século XIX, a opinião dos críticos textuais tendeu a ser favorável à hipótese do “final perdido” do Evangelho de Marcos, até mais ou menos a década de trinta do século vinte, quando a opinião prevalecente passou a sustentar o término deliberado em 16:8.⁶ Contudo, Robinson ressalta que: “ainda assim, conforme notado por Cox (*History and Critique*, 210), permaneceu alguma ‘relutância por parte da Igreja e da erudição crítica em aceitar Marcos 16:8 como o final tencionado do Segundo Evangelho’”.⁷

Modernamente, o Comentário Textual de Metzger sobre a passagem é representativo da posição da maioria dos críticos textuais do Novo Testamento. Segundo ele: “o final mais longo, apesar de presente em uma variedade de testemunhas, algumas delas antigas, também deve ser considerado, com base nas evidências internas, como secundário”, por duas razões: “(a) o vocabulário e o estilo dos versos 9-20 são não marcanos... (b) a conexão entre os versos 8 e os versos 9-20 é difícil”.⁸ “Assim”, conclui Metzger, “com base em boa evidência externa e fortes considerações internas, parece que a forma averiguável mais antiga do Evangelho de Marcos terminava em 16:8”.⁹

EVIDÊNCIAS EXTERNAS

De acordo com o *apparatus* textual da terceira edição de *The Greek New Testament*, da UBS, são as seguintes as variantes do final do Evangelho de Marcos e as testemunhas que as apóiam:

1. OMITEM OS VERSOS 9-20

Ⲭ: Códice Sinaítico (século IV). Proveniente do Egito (ver a seção: “O Testemunho de Ⲭ e B contra o Final de Marcos”, adiante).

B: Códice Vaticano (século IV). Proveniente do Egito (idem). Os dois códices (Sinaítico e Vaticano) parem ter sido escrito no mesmo *scriptorium*, uma vez que um dos escribas dos dois códices parece o mesmo. Por essa e outras razões, apesar das muitas evidentes discrepâncias, os dois documentos podem não representar testemunhas independentes.¹⁰

304: Minúsculo do século XII. De acordo com Snapp, o minúsculo 304 “é um manuscrito não usual, que intercala o texto com comentário, sendo difícil

dizer se 304 é uma testemunha válida ou não contra a inclusão do final mais longo”.¹¹

Lect?: Maioria dos lecionários. Não é verdade. A 4ª edição de *The Greek New Testament* exclui esse testemunho.¹²

Syr^s: Siríaca Sinaítica. Um só manuscrito palimpsesto do século IV/V.

Cops^{ams}: Um só manuscrito da copta Saídica – provavelmente indicando a leitura original nessa versão (data da versão: III).¹³ Versão egípcia.

Arm^{mss}: Segundo Metzger, cerca de cem manuscritos mais antigos da versão armênia (data da versão: V).¹⁴ De acordo com Metzger, existem cerca de 1250 manuscritos catalogados dessa versão.¹⁵ O manuscrito mais antigo é de 887. Os tradutores da versão armênia estudaram em Alexandria no Egito.

Geo^{1,A}: Em dois dos três manuscritos da versão geórgica (do Século IX e X). Essa versão baseia-se na versão armênia.¹⁶

Clemente de Alexandria: Do Egito (215). Argumento do silêncio. O fato de não nos ter chegado citação de Clemente desse trecho não significa que ele não conhecia ou usou o texto. Clemente faz referência a apenas uns poucos versos de Marcos. A 4ª edição da UBS acertadamente exclui esse testemunho do seu *apparatus*.

Orígenes: De Alexandria no Egito (254). Também deixa de fazer referência a várias seções do Evangelho de Marcos em suas obras. A 4ª edição da UBS também exclui o testemunho de Orígenes do seu *apparatus*.

Eusébio de Cesaréia (339) e mss^{acc. to Eusebius} (em alguns manuscritos segundo Eusébio): De acordo com uma fonte (proveniente do século X) Eusébio teria escrito uma defesa de quatro alegadas discrepâncias entre os relatos dos Evangelhos sobre a ressurreição, levantadas sobre um certo “Marinus”. Uma dessas contradições seria entre Mateus 28:1 e Marcos 16:9. Respondendo a essa alegação, Eusébio teria considerado duas possibilidades: “Alguém *poderia dizer* que a passagem não está contida em todas as cópias do Evangelho de Marcos...; outro *diz* que ambos os relatos [Mateus e Marcos] são genuínos e devem ser entendidos de modo apropriado”. Deve-se observar o seguinte: (1) O próprio fato de Eusébio se dar ao trabalho de responder a essas alegações já indica que, para ele, o final de Marcos era legítimo. (2) A primeira alegação usa o modo optativo (sugerindo mera possibilidade); a segunda o indicativo (sugerindo fato).

Jerônimo (420) e mss^{acc. to Jerome} (alguns mss. segundo Jerônimo): Jerônimo usa uma abreviação da réplica de Eusébio contra a mesma alegação (agora de

um tal de “Hebídia”). Contudo a avaliação pessoal de Jerônimo é clara, visto que ele mesmo incluiu os versos na Vulgata latina.

Ammonius de Alexandria (V): As seções de Eusébio, esboçadas por Amônio, segundo Metzger, não fazem provisão para numeração de seções de texto após 16:8. Entretanto, visto que a harmonia dos evangelhos de Amônio não é atestada em nenhuma forma anterior à adaptação de Eusébio, e que a harmonia de Amônio, baseada no Evangelho de Mateus, não deveria incluir passagens de outros evangelhos não paralelas a Mateus, o seu testemunho favorável ao final abrupto deveria ser excluído – o que de fato aconteceu na 4ª edição do texto da UBS.¹⁷

Victor-Antioch (V): Repete o argumento de Eusébio e reconhece que havia muitas cópias de Marcos sem o final (não é claro se ele mesmo verificou isso ou se apenas concluiu a partir das palavras de Eusébio). Ele próprio, contudo, afirma ter verificado muitas cópias acuradas que continham estes versos, e defende a genuinidade deles.

Euthymius (XII): Observa que alguns comentaristas afirmam que o Evangelho de Marcos termina em 16:8 (uma provável referência aos Pais da Igreja mencionados acima). Contudo, ele mesmo considera os versos seguintes como genuínos, visto que defende a interpretação deles.

Resumo: dois unciais (do século IV), um minúsculo (do século XII), um manuscrito siríaco, um manuscrito cóptico, e cem manuscritos da versão armênia (dentre 1.250 manuscritos, do século IX em diante); quatro Pais ligados a Eusébio (dos séculos IV, V, XII). Total de testemunhas: dez. O leitor deve observar, contudo, a dependência entre os unciais \aleph e B, as versões copta, armênia e geórgica, e os pais Clemente de Alexandria e Orígenes. Todos são do Egito ou têm relação com essa região. Os testemunhos de Jerônimo e de Victor de Antioquia também devem derivar-se do de Eusébio, visto que eles certamente estão citando o mesmo episódio.¹⁸

Robinson ressalta, com relação à discussão acerca do testemunho patrístico favorável ao final abrupto de Marcos em 16:8, que “as opiniões de escritores patrísticos posteriores não devem negar o testemunho patrístico mais antigo que dá suporte a inclusão do final longo”, como os de Justino Mártir e Ireneu.¹⁹

2. FINAL CURTO

O final curto de Marcos encontra-se presente em apenas um manuscrito latino, conhecido como Códice Bobiensis (it^k), do século IV ou V). Existem

cerca de 9.000 manuscritos latinos (1.000 da versão Ítala e 8.000 da versão Vulgata).

O testemunho em favor do final curto de Marcos é tão insignificante que ninguém sustenta a sua originalidade. Entretanto, defensores do final abrupto em 16:8 geralmente argumentam que o final curto representa uma evidência adicional em favor do final abrupto, visto que ele deve ter sido criado para prover uma conclusão satisfatória para esse Evangelho. Isso, entretanto, não é necessário. Robinson sugere, à luz do uso conjunto dos dois finais em alguns manuscritos, que o final breve pode ter sido criado como uma conclusão alternativa ao final longo, apropriada para leituras litúrgicas, anteriormente ao surgimento dos lecionários.²⁰

3. CONTÉM OS VERSOS 9-20 COM ALGUMAS MARCAS

Os seguintes manuscritos minúsculos contêm algumas marcas nas margens, ao lado desses versos: família 1 (f¹): minúsculos 1, 118, 131, 209 (dos séculos XII/XIV); 22 (século XII), 138 (século XII), 205 (século XV), 1110 (século XI), 1210 (século XI), 1221 (século XI), 1582 (século X), e outros (não especificados).

Os defensores do final abrupto de Marcos em 16:8 interpretam esses sinais como evidência de que os versos 9-20 são adições. Provavelmente, contudo, os sinais indicavam que ali começava outra lição do lecionário, e não representam dúvida quanto à genuinidade dessa seção final de Marcos. Antes da prática de copiar trechos do Novo Testamento em lições separadas, era usual marcar os manuscritos, para indicar o início e término das lições;²¹ e esses sinais podem muito bem ter sido preservados em cópias mais recentes desses manuscritos.

Resumo: 8 minúsculos dos séculos X-XV.

4. CONTÉM AMBOS OS FINAIS

Os seguintes manuscritos contêm tanto o final longo como o final curto de Marcos:

L: Uncial do século VIII.

Y: Uncial do século VIII/IX.

099: Uncial do século VII.

0112: Uncial do século VI/VII.

274^{mg}: Margem do min. do século X.

579: Minúsculo do século XIII.

*l*¹⁶⁰²: Lecionário do século VIII.

sy^{rhmg}: Margem da versão siríaca Harcleana (século VII).

cop^{samss}: Alguns manuscritos da versão copta Saídica (século III). Egípcia.

cop^{bomss}: Alguns manuscritos da versão copta Boaírica (século IV). Egípcia.

eth^{mss}: Alguns manuscritos da versão etíope (data da versão: século VI).

Resumo: quatro unciais (dos séculos VI-IX), dois minúsculos (dos séculos X e XIII), um lecionário (século VIII), quatro versões (apenas alguns manuscritos). Total: 7+4 (dos séculos VI-X). Na realidade, trata-se de outra variante, aqui claramente uma adição. Entretanto, todos esses manuscritos também sustentam os versos 9-20.

5. CONTÊM OS VERSOS 9-20 NORMALMENTE

Papiros: Nenhum papiro contém o capítulo 16 de Marcos. Só dois contém Marcos: p⁴⁵ (parte dos capítulos 1-13) e p⁸⁸ (apenas 2:1-26). Logo, os papiros não servem como testemunha para nenhuma variante do final de Marcos.

Unciais: A (do século V), C (século V), D (século V/VI), K (século IX), W (século V),²² X (século V), Δ (século IX), Θ (século IX), Π (século IX).

Minúsculos: f13 (12 manuscritos), 20 minúsculos “especiais”, Byz (quase 3.000 ao todo; dos séculos IX-XIV).

Lecionários: 6 (dos séculos X-XV). Os 6 lecionários citados pertencem ao grupo de apenas 52 sistematicamente citados na terceira edição de *The Greek New Testament*, da UBS (dos cerca de 2.300 lecionários catalogados), não sendo possível saber quantos contêm os últimos capítulos de Marcos.²³ Segundo Farmer, entretanto:

Parece claro que os últimos versos de Marcos ocuparam um importante lugar nos lecionários da Igreja Antiga. Eles eram lidos nas igrejas gregas e sírias ao menos uma vez a cada onze semanas durante o ano todo, e estavam em evidência durante duas grandes festividades eclesíásticas – a Páscoa e o Dia da Ascensão. De acordo com Baumstark's Law [Anton Baumstark, *Comparative Liturgy* (London, 1958), 27ss], as leituras associadas às grandes festividades parecem ter sido as mais antigas a serem adotadas.²⁴

Farmer chama a atenção para a importância dos lecionários como testemunhas do final mais longo de Marcos, pela seguinte razão:

O presente sistema de lecionário parece ter-se originado e desenvolvido no século quarto. Visto que Marcos 16:9-20 estava bem estabelecido na liturgia, presumivelmente teria se tornado progressivamente mais difícil para os copistas omitir esses versos das suas cópias de Marcos.²⁵

Versões:

Ítala: Oito versões (c. de 200) dos séculos V-VII.

Vulgata: Todos os manuscritos que contêm Marcos (c. 8.000 manuscritos ao todo, dos séculos IV-V).

Siriacas: Curetoniana (século IV), Peshita (século V ou, mais provavelmente III), Harcleana (século VII) e Palestinense (século V). Cerca de 400 manuscritos ao todo.

Coptas, góticas, armênias (maioria), etíopes (parte) e geórgica.

Pais da Igreja:

Diatessarão: uma harmonia dos Evangelhos feita por Taciano, no século II (c. 170).

Justino Martyr: Morto em 165 (II), parece fazer referência clara a Marcos 16:20 (ἐξελθόντες πανταχοῦ ἐκήρυξαν), na sua *Apol* 1.45 (ἐξελθόντες ἐκήρυξαν πανταχοῦ), conforme Wallace e Kelhoffer admitem.²⁶

Irineu: 202 (século II). Escrevendo por volta do ano 180 (muito antes, portanto, dos códices Vaticano e Sinaítico e de Eusébio), Irineu cita Marcos 16:19, no livro 3, 10:5-6, da sua obra *Adversus Haeresies* (Contra Heresias), como segue: “ao aproximar-se o final do seu Evangelho, Marcos diz: ‘De fato, depois de o Senhor Jesus lhes ter falado, foi recebido nos céus, e assentou-se à direita de Deus’ ”.²⁷

Tertuliano: escrevendo entre os anos 195-212 (século II/III).²⁸

Afarates: 367 (século IV), o mais antigo Pai da Igreja Síria conhecido, cita Marcos 16:16-18 em uma homília datada do ano 337.

Constituições apostólicas: coleção de oito tratados de autoria desconhecida, de 375-380 (século IV).

Dídimo de Alexandria: gramático grego e teólogo, também conhecido como Dídimo, o Cego, em um escrito de 398 (século IV).

Os Pais da Igreja, a seguir, não citados no *apparatus* da terceira edição da UBS, parecem apoiar ou apóiam claramente o final longo: Celsus (c. 177-80); Hipólito (III), Vicêncio (III), Porfírio (c. 270); o Evangelho de Nicodemos (III), Eusébio (339); Ambrósio (IV); Epifânio (374-376); Crisóstomo (IV); Jerônimo (morto c. 420); Agostinho (morto c. 430); Nestório (429); Cirilo (430); entre outros.²⁹

Resumo: 9 unciais (dos séculos V-IX), milhares de minúsculos (dos séculos IX-XV), 6 lecionários (de 52 consultados), 11 versões (totalizando milhares de manuscritos), mais de 20 Pais (dos séculos II-V); provenientes de regiões geográficas as mais variadas, tais como Alexandria, Hipona, Cartago,

Roma, Chipre, Constantinopla, Antioquia, Edessa, Cesaréia, etc.

Conclusão de J. C. Thomas, defensor do texto minoritário:

A evidência externa para a leitura mais longa é antiga e tem boa representação das famílias textuais. O testemunho bizantino inclui A E H K P. As testemunhas cesareenses incluem W f¹³ 28 565 700 arm geo. As testemunhas ocidentais incluem D e o Diatessarão de Taciano. Os textos alexandrinos estão representados por C 892 Copta (Saídica e Boaírica). A C D W arm e geo todos datam do quinto século, enquanto as versões coptas Saídica e Boaírica datam dos séculos terceiro e quarto respectivamente, com o Diatessarão de Taciano retrocedendo até cerca de 170. O peso de tal testemunho é bastante impressionante e deve – meramente pelo volume, variedade e data – justificar consideração adicional.³⁰

Tão evidentemente antigo e amplo é o testemunho favorável à genuinidade do final mais longo de Marcos, que Metzger, um defensor do final abrupto no verso 8, foi levado a sugerir a sua canonicidade, como segue: “visto que eles [os últimos 12 versos] indubitavelmente foram anexados ao Evangelho antes que a Igreja reconhecesse os quatro evangelhos como canônicos, segue-se que o Novo Testamento contém não quatro, mas cinco relatos evangelísticos dos eventos subsequentes à ressurreição de Cristo”.³¹

O TESTEMUNHO DE \aleph E B

CONTRA O FINAL DE MARCOS

De acordo com evidências paleográficas, ortográficas, textuais, patrísticas e versionais, os códices Vaticano (\aleph) e Sinaítico (B) parecem ser provenientes de um mesmo *scriptorium* em Alexandria, no Egito,³² e são considerados as principais testemunhas do final abrupto de Marcos em 16:8.

Sem dúvida, a preferência pela omissão de Marcos 16:9-20 se deve ao testemunho desses unciais, considerados os principais representantes do tipo textual Alexandrino. Thomas, por exemplo, apesar de reconhecer a expressividade da “quantidade, variedade e antiguidade”, do testemunho em favor do final mais longo de Marcos, e que esse final “é bastante antigo, datando, pelo menos, da metade do segundo século”, ainda assim, escreve que, “devido à estatura do texto encontrado em Aleph e B, e ao fato de que leituras originais são às vezes preservadas em apenas uns poucos manuscritos, a maioria dos estudiosos [incluindo ele próprio] acredita que Marcos terminava em 16:8”.³³ Segundo Elliott, “é com base na autoridade dessas duas bíblias gregas antigas que a maioria das edições críticas do Novo Testamento Grego e a maioria das versões inglesas modernas alcançam seu clímax em Marcos com o suspensivo, mas inconclusivo v. 8, que termina

com a partícula γάρ.³⁴ Conforme observa Robinson, “se o final longo não estivesse ausente dos códices Sinaítico e Vaticano, os poucos manuscritos que contêm tanto o final longo como o intermediário, e o testemunho das versões e patrístico limitado adverso não seriam suficientes para manter a controvérsia” relacionada ao final de Marcos.³⁵

1. CÓDICE VATICANO (B)

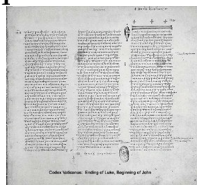
Mesmo o testemunho do códice B é incerto. Escrito em três colunas, ele deixa uma coluna vaga entre o final de Marcos (no verso 8) e o início de Lucas, embora normalmente comece os livros no início da próxima coluna, sugerindo que o seu escriba tinha ciência de que o livro poderia não terminar nesse ponto. Os próprios Westcott e Hort observaram que:

Em B, o escriba, depois de terminar o Evangelho com o v. 8 na segunda coluna de uma página, contrariamente ao seu costume deixou um terço ou o restante da coluna em branco; evidentemente porque um ou outro dos finais subsequentes era conhecido pessoalmente dele... As palavras omitidas... existiam... quando o manuscrito existente foi escrito, e eram conhecidas do seu escriba.³⁶

Elliott decreve, como segue, essa peculiaridade do Códice Vaticano:

[O códice] B, de maneira não característica, deixa uma coluna em branco seguindo o seu final truncado de Marcos. Tal lacuna é excepcional na porção desse manuscrito que contém o Novo Testamento. Em outros lugares em B, o texto de cada livro sucessivo começa no topo da próxima coluna. É quase como se o escriba hesitasse aqui. Talvez o seu exemplar tivesse o assim chamado final mais longo de Marcos, isto é, vv. 9-20, e ele possuísse instruções para não incluí-lo. Sua hesitação fez com que ele deixasse o espaço para permitir reconsideração.³⁷

As imagens, a seguir, mostram o que ocorre no final de Mateus e início de Marcos, em comparação com o que acontece no final dos outros livros.³⁸



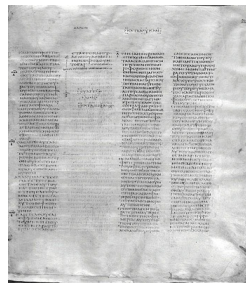
Final de Lucas e Início de João



Final de Marcos

2. CÓDICE SINAÍTICO (Α)

O Códice Sinaítico também apresenta problemas no final do Evangelho de Marcos. Tischendorf, o descobridor do códice, alerta para o fato de que as quatro páginas entre o final de Marcos e o início de Lucas parecem haver sido escritas por escriba diferente e tinta diferente do restante do manuscrito.³⁹ Essas páginas apresentam as seguintes características: as colunas que continham cerca de 17 letras por linha, passam a conter cerca de 16, 15, até chegar a aproximadamente apenas 12 letras por linha – aparentemente na tentativa frustrada de preencher o espaço vago que, originalmente, deveria conter o final mais longo do Evangelho de Marcos.⁴⁰



EVIDÊNCIAS INTERNAS

A genuinidade do final mais longo do Evangelho de Marcos tem sido contestada ou defendida também com base em evidências internas relacionadas principalmente à linguagem (vocabulário, gramática e estilo) utilizada nesses versos, em comparação com o restante do livro; ao conteúdo desses versos; e ao final abrupto da carta em 16:8.

1. RELACIONADAS À LINGUAGEM

Proponentes da omissão do final de Marcos argumentam que as evidências internas referentes à linguagem indicam que a passagem não é de autoria de Marcos. Metzger, por exemplo, afirma que “o vocabulário e estilo dos versos 9-20 são não-marcanos”, citando como exemplos as palavras ἀπιστέω, βλάπτω, βεβαιόω, ἐπακολουθέω, θεάομαι, μετά, ταῦτα, πορεύομαι, συνεργέω e ὕστερον, de um total de 16 palavras usadas nesses versos, que não são encontradas em nenhum outro lugar no livro; e que a conexão dos versos 9-20 com o verso 8 é difícil.⁴¹ Esses argumentos já foram refutados por vários especialistas, tais como Burgon e J. A. Broadus no século XIX, e Pickering, Farmer, Terry e Robinson, recentemente.⁴² É difícil admitir, por exemplo, que o uso exclusivo de 16 palavras, nos 12 versos em questão, comprovem a autoria ilegítima da passagem, uma vez que cerca de 555 palavras são empregadas uma só vez nos 661 versículos não disputados do livro de

Marcos,⁴³ e o próprio assunto dos últimos doze versos é diferente do restante do livro.

Robert Morgenthaler, também, tenta demonstrar, por meio de estatística, que o uso ou não uso das conjunção *καί* e *δέ*, do verbo não composto *πορεύεσθαι*, das conjunções *εἰ* com *μή* e *ἵνα*, e palavras estrangeiras, em Marcos 16:9-20, é incompatível com o restante do livro.⁴⁴ Os argumentos de Morgenthaler têm sido, contudo, contestados por outros especialistas, como Eta Linnemann e William Farmer, os quais analisaram a metodologia de Morgenthaler, e concluíram que as evidências, na realidade, favorecem a autoria de Marcos.⁴⁵ Farmer vai além, e faz uma análise, não seletiva, mas completa do vocabulário, gramática e estilo do final mais longo de Marcos, versículo por versículo, e chega à mesma conclusão.⁴⁶ Para ele, a linguagem dos versos 12, 14, 16, 17, 18 e 19 são compatíveis com o restante do livro, e os versos 9, 11, 13, 15 e 20 parecem evidenciar, de modo preponderante, a autoria de Marcos.⁴⁷

2. RELACIONADAS AO CONTEÚDO

William Farmer argumenta em favor do final longo de Marcos, observando que seria difícil explicar a inclusão desses versos com base na regra que a leitura mais difícil deve ser preferida. Eis o argumento, comentado por J. C. Thomas:

Se os últimos dozes versos de Marcos não são originais, em que contexto poderiam eles ter sido aceitos e produzidos? O ensino desses versos apresenta problemas tais como pegar em serpentes e beber venenos mortais. Como Farmer observa, nenhuma evidência jamais foi apresentada apontando um ramo do Cristianismo que admitisse estas práticas ou fosse suficientemente forte para impô-las largamente à Igreja pela adição desse texto ao segundo Evangelho. Este é um argumento”, observa Thomas, “que ainda não foi suficientemente respondido”.⁴⁸

Por outro lado, algumas características temáticas do Evangelho de Marcos favorecem a genuinidade do final longo, como o padrão recorrente de promessa/previsão e cumprimento, notado por N. Clayton Croy e a ênfase em Jesus como um “Novo Elias”, ressaltada por Warren A. Gage.⁴⁹ Elliott também observa que o término abrupto de Evangelho de Marcos no verso 8 “deixa sem cumprimento a expectativa de que Pedro e os outros discípulos veriam Jesus ressuscitado na Galiléia”. Contudo, continua ele, “não está de acordo com a natureza desse Evangelho que Marcos nos aponte adiante, sem nos fornecer o cumprimento...”⁵⁰

Em adição a isso, Robinson relaciona vários paralelos linguísticos e temáticos entre o final longo de Marcos e outras seções do livro.⁵¹

3. RELACIONADAS AO TÉRMINO DO LIVRO NO VERSO 8

Uma das maiores dificuldades internas para a omissão dos versos 9-20 do último capítulo de Marcos, diz respeito ao final, semântica e gramaticalmente abrupto, que resulta com o encerramento do livro no verso 8. Parece muito mais difícil explicar como um livro pode terminar com as palavras ἐφοβοῦντο γάρ (*porque temiam*), do que quaisquer das dificuldades internas apresentadas contra a genuinidade dos versos 9-20. É verdade que muitos têm tentado explicar esse término abrupto do livro. Alguns, entre os quais P. W. van der Host, Frederick W. Danker, C. F. D. Moule, W. C. Allen, Robert Meye, Theodore Weeden, Norman Petersen, J. D. Crossan, e Robert Tannehill,⁵² propõem teorias históricas, literárias, exegéticas e teológicas, procurando explicar o fato. Outros, como G. W. Tromp, Charles J. Reedy, Rudolf Bultmann, e J. Jeremias,⁵³ reconhecendo a dificuldade da tarefa, defendem a tese do desaparecimento ou omissão deliberada do final genuíno do livro. Parece, contudo, que a própria diversidade quase ilimitada de explicações propostas, e o fato de que não há nenhum vestígio histórico dos supostos finais genuínos imaginados, só fazem demonstrar o quão inusitado seria o final do livro no verso oito.⁵⁴

Elliott expressa bem a excepcionalidade do final abrupto de Marcos, como segue: “Eu concludo que nenhum autor escolheria terminar uma porção do seu escrito, sentença, parágrafo e muito menos um livro, com uma partícula pospositiva...”⁵⁵ Metzger, reconhecendo o caráter inusitado do final abrupto de Marcos no verso 8, opta pelo extravio do final original de Marcos, escrevendo:

Apesar dos argumentos que vários estudiosos modernos têm advogado em defesa dessa posição [término deliberado no v. 8], o presente escritor não pode acreditar que a nota de medo seria considerada como uma conclusão apropriada para o Evangelho, ou Boa Nova. Além disso, do ponto de vista estilístico, terminar uma sentença com a palavra γάρ é muito incomum e extremamente raro.⁵⁶

Em adição a isso, Farmer sugere que o final de Marcos foi eliminado por escribas alexandrinos, entre outras razões, devido à aparente discrepância entre o verso nove e o relato de outros evangelhos acerca da ocasião da ressurreição de Jesus, e por causa da referência encontrada nos versos 17-18 sobre a promessa de beber veneno e pegar em serpentes sem dano.⁵⁷ Outras razões, segundo Farmer, seriam: a tendência alexandrina de aderir ao Evangelho de Mateus, independentemente do testemunho dos demais evangelhos; a influência de Orígenes; as marcações ao lado do final de Marcos como prováveis indicadores de leitura lecionária; as aparentes

discrepâncias e as implicações das promessas problemáticas mencionadas da passagem. Para ele, todas essas razões podem explicar a omissão dos versos 9-20 do final do Evangelho de Marcos, no Egito, entre os Pais capadócios e na versão armênia.⁵⁸

Ele também argumenta que a suposta ligação difícil do verso oito com o verso nove do final longo do Evangelho de Marcos, no que diz respeito à mudança de sujeito e identificação de Maria Madalena, embora ela já tivesse sido mencionada duas vezes (em 15:47 e 16:1), é compatível com as conexões abruptas e o estilo característico de Marcos.⁵⁹

CONCLUSÃO

As evidências externas em favor da genuinidade de Marcos 16:9-20 são muito fortes. Não apenas a quantidade, mas também a variedade de documentos e tipos textuais, e a própria antiguidade do testemunho em favor desse final é impressionante, enquanto as evidências externas favoráveis ao final abrupto no verso oito são consideravelmente limitadas, complicadas e muito pouco independentes. Esses fatos justificam a conclusão de Farmer de que, no que diz respeito às evidências externas:

Podemos... dizer com certeza (com relação à Mc 16:9-20 nesse período) que os manuscritos incluindo esses versos estavam circulando no segundo século. Se havia também manuscritos terminando com *ἐφοβοῦντο γάρ* circulando nesse período arcaico, não podemos saber. Pode ser conjecturado, com alguma razão, que tais manuscritos estavam circulando *no Egito* por volta do final do segundo século. Não há nada que suporte a conjectura que tais manuscritos estivessem circulando fora do Egito tão cedo.⁶⁰

Quanto às evidências internas, na realidade, elas parecem compatíveis com a linguagem, conteúdo e conexões características do restante do Evangelho de Marcos. Além disso, quaisquer peculiaridades adicionais, porventura existentes, poderiam ser explicadas pelo uso redacional que Marcos poderia ter feito das suas fontes pré-canônicas ou canônicas.

A somatória das evidências nos permite concluir, portanto, que não há razão externa ou interna que justifique a exclusão dos versos 9-20 do final do Evangelho canônico de Marcos, ou nos leve a crer que esses versos foram produzidos posteriormente, por outra pessoa.

¹ A interpolação consiste em um diálogo de Jesus com seus discípulos acerca do poder de satanás no que diz respeito à promoção do evangelho e ao limite eminente do seu poder.

² Cf. o *apparatus* da UBS³.

³ Ver Kelhoffer, *Miracle and Mission*, 7.

⁴ Ibid., 10

⁵ S. T. Bloomfield, “H KAINH ΔΙΑΘΗΚΗ: *The Greek Testament with Notes*, 4 ed. revisada (London: Longman, 1841), 1.253-254. A mesma posição, favorável ao final longo é defendida com detalhes na 9a ed. (publicada em 1855), 1.357-359 (citado em Kelhoffer, *Miracle and Mission*, 10).

⁶ Maurice A. Robinson, “The Long Ending of Mark as Canonical Verity”, em *Perspectives on the Ending of Mark: Four Views*, ed. Daniel Alan Black (Nashville: Broadman & Holman, 2008), 43.

⁷ Ibid., nota 9.

⁸ Metzger, *A Textual Commentary on the Greek New Testament*, 125.

⁹ Ibid., 126. Em nota de rodapé, nessa página, Metzger sugere três possibilidades: “(a) o evangelista tencionou concluir o seu Evangelho nesse lugar; ou (b) o Evangelho nunca foi terminado; ou, o que parece mais provável, (c) o Evangelho perdeu acidentalmente a sua última folha antes de ser multiplicado por transcrição”. Autores evangélicos, tais como Geoge Ladd, concordam com Metzger (cf. Ladd, *The New Testament and Criticism*, 74). Alguns defensores da genuinidade do final longo, por outro lado, sustentam (desnecessariamente, no meu entendimento) que o suporte relativamente antigo do final abrupto em 16:8, se explicaria por meio de uma “pré-edição”, ainda incompleta do Segundo Evangelho. Por alguma razão, Marcos teria escrito os versos 9-20 posteriormente, provavelmente após a morte de Pedro, como um complemento ao seu Evangelho. Ver David Aland Black, “Mark 16:9-20 as Markan Supplement”, em *Perspectives on the Ending of Mark: Four Views*, ed. Daniel Alan Black (Nashville: Broadman & Holman, 2008), 103-23; e James Edward Snapp, “The Authenticity of Mark 16:9-20” (<http://www.textexcavation.com/snapp/PDF/snappmark.pdf>; acessado em 06/03/2014).

¹⁰ Ver J. Keith Elliott, “The Last Twelve Verses of Mark: Original or Not?” em *Perspectives on the Ending of Mark: Four Views*, ed. Daniel Alan Black (Nashville: Broadman & Holman, 2008), 85-86. Cf. Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 36-38.

¹¹ Snapp, “The Authenticity of Mark 16:9-20”, 4. Cf. descrição de Maurice Robinson do minúsculo 404, em “A Site Inspired by The Encyclopedia of New Testament Textual Criticism: New Testament Manuscripts Numbers 1-500” (www.skypoint.com/~waltzmn/Manuscripts1-500.html; acessado em 24/03/2014).

¹² Mais informações quanto ao testemunho dos lecionários acerca do final longo de Marcos podem ser encontradas em Snapp, “The Authenticity of Mark 16:9-20”, 14-15.

¹³ Ver Snapp, “The Authenticity of Mark 16:9-20”, 17.

¹⁴ Segundo J. K. Elliott, “The Text and Language of the Endings to Mark’s Gospel”, *TZ* 27 (1971): 256; o *apparatus* de S. C. Legg, *Euangelium secundum Marcum* (Oxford: Clarendon, 1935); e Frédéric Macler, *Le texte arménien de l’évangile d’après Matthieu et Marc* (Paris: Imprimerie Nationale, 1919), tratam-se de apenas 8 manuscritos (cf. Wallace, “Mark 16:8 as the Conclusion to the Second Gospel”, nota 46, na p. 19)

¹⁵ Metzger, *The Text of the New Testament*, 82.

¹⁶ A relação entre as versões geórgica e armênia, e a influência da escola textual de Alexandria sobre essas versões são explicadas pormenorizadamente em Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 38-46.

¹⁷ Ver Snapp, “The Authenticity of Mark 16:9-20” (cf. Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 69)

¹⁸ Para uma análise e refutação detalhadas do testemunho desses e de outros Pais da Igreja quanto à inautenticidade do final mais longo do Evangelho de Marcos, ver o capítulo V de Burgon, *The Last Twelve Verses of the Gospel According to S. Mark*.

¹⁹ Robinson, “The Long Ending of Mark as Canonical Verity”, 46. Ver mais sobre o assunto na seção 5 deste capítulo, adiante.

²⁰ Robinson, “The Long Ending of Mark as Canonical Verity”, 58-59.

²¹ Wilbur N. Pickering, “Mark 16:9-20 and the Doctrine of Inspiration” (Paper, Dallas: Majority Text Society, 1990), 7.

²² O manuscrito W (Códice Washingtonianus) inclui uma adição após o verso 14. Se Metzger está certo ao atribuir essa adição a algum escriba do século segundo ou terceiro (Metzger, *A Textual Commentary*, 125), Snapp observa que W atesta a existência de manuscrito(s) ainda mais antigo(s) contendo o final longo de Marcos (Snapp, “The Authenticity of Mark 16:9-20”, 6).

²³ Embora pouco estudados até aqui, os lecionários são importantes para o estudo do texto do Novo Testamento, porque, como observa Metzger: “visto que a forma de citação das Escrituras em livros litúrgicos oficiais sempre tende a ser conservadora e quase arcaica, os lecionários são valiosos na preservação de um tipo de texto frequentemente muito mais antigo que a idade real do ms. poderia levar alguém a suspeitar” (citado por Paroschi, *Crítica Textual do Novo Testamento*, 57).

²⁴ William Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, SNTS 25 (Cambridge: Cambridge University Press, 1974), 35. Burgon também ressalta que Marcos 16:9-20 era usado, desde o início da prática, como lição lida por ocasião das duas maiores festividades eclesiais da época: a Páscoa e a Ascensão (Burgon, *The Last Twelve Verses of the Gospel According to S. Mark*, capítulo 10).

²⁵ Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 35.

²⁶ Cf. Wallace, “Mark 16:8 as the Conclusion to the Second Gospel”, nota 19, pp. 10-11; e Kelhoffer, *Miracle and Mission*, 47, nota 181. Ver também argumento mais pormenorizado em Robinson, “The Long Ending of Mark as Canonical Verity”, 46-47.

²⁷ Snapp ressalta a importância do reconhecimento do final longo de Marcos por Irineu, visto que, “além de ser um bispo, e estar escrevendo cerca de 145 anos antes de o Códice Vaticano ser produzido, ele se refere, pelo menos uma vez, a ‘cópias antigas e aprovadas’ do material do Novo Testamento”, em uma citação em Eusébio, *História Eclesiástica*, livro 5, capítulo 8 (ver Snapp, “The Authenticity of Mark 16:9-20”, p. 10).

²⁸ Sobre o testemunho de Tertuliano, ver Snapp, “The Authenticity of Mark 16:9-20”, 11.

²⁹ Cf. Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 31-34; Pickering, “Mark 16:9-20 and the Doctrine of Inspiration”, 7; e Snapp, “The Authenticity of Mark 16:9-20”, 10-13.

³⁰ John Christopher Thomas, “A Reconsideration of the Ending of Mark”, *JETS* 26:4 (1983): 409.

³¹ Metzger, *The Text of the New Testament*, 229.

³² Ver Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 36-38.

³³ Thomas, “A Reconsideration of the Ending of Mark”, 409. Ver também, Ladd, *The New Testament and Criticism*, 73-74.

³⁴ Cf. Elliott, “The Last Twelve Verses of Mark: Original or Not?”, 82.

³⁵ Robinson, “The Long Ending of Mark as Canonical Verity”, 45.

³⁶ Citado em Robinson, “The Long Ending of Mark as Canonical Verity”, 31. O espaço vago é mais do que suficiente para caber o final curto, mas parece insuficiente para o final longo. Robinson sugere que o escriba deixou espaço vago insuficiente para o final longo devido a um lapso na contagem (ibid., 31, nota 44).

³⁷ Elliott, “The Last Twelve Verses of Mark: Original or Not?”, 83. Elliott ressalva que o fenômeno ocorre em quatro outros lugares no AT: após os livros de Neemias, Salmos, Daniel e Tobias, mas ressalta que apenas a lacuna após o livro de Tobias é semelhante a que ocorre após o Evangelho de Marcos (ibid., nota 6).

³⁸ Cf. Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 57. Wallace sugere que a ausência de dois pontos horizontais na margem, no final de Marcos, indicaria que o escriba do Códice Vaticano não conhecia os finais longo ou curto de Marcos, visto que, segundo J. Edward Millar (“Some Observations on the

Text-Critical Function of the Umlauts on Vaticanus, with Special Attention to 1 Corinthians 14-34-35”, *JSNT* 26 [2003]: 217-36), o uso desses sinais pelo escriba desse códice indicaria o conhecimento de variantes textuais nessa posição. Entretanto, o próprio Wallace reconhece que o uso desses sinais, *em si mesmos* não indica claramente isso, e que “esses sinais precisam ser explorados mais completamente acerca do que eles nos dizem ou não” (Wallace, “Mark 16:8 as the Conclusion to the Second Gospel”, 18, e notas 40 e 41, na mesma página).

³⁹ Cf. Pickering, “Mark 16:9-20 and the Doctrine of Inspiration”, 8.

⁴⁰ Pickering, “Mark 16:9-20 and the Doctrine of Inspiration”, 8. Ver também Elliott, “The Last Twelve Verses of Mark: Original or Not?”, 84-86.

⁴¹ Metzger, *A Textual Commentary on the Greek New Testament*, 125.

⁴² Ver Burgon, *The Last Twelve Verses according to S. Mark*, 136-90; J. A. Broadus, “Exegetical Studies”, *The Baptist Quarterly* 3 (1869): 355-62; Pickering, “Mark 16:9-20 and the Doctrine of Inspiration”, 9; Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 79-103; Bruce Terry, “The Style of the Long Ending of Mark” (<http://bible.ovc.edu/terry/articles/mkendsty.htm>; acessado em 13/03/2014); e Robinson, “The Long Ending of Mark as Canonical Verity”, 59-74.

⁴³ Cf. tabela de distribuição de palavras usadas uma única vez em Marcos, por capítulo, preparada com base em Sakae Kubo, *A Reader’s Greek-English Lexicon of the New Testament* (Gand Rapids: Zondervan, 1975), 28-48 (em Terry, “The Style of the Long Ending of Mark”).

⁴⁴ Robert Morgenthaler, *Statistik des neutestamentlichen Wortschatzes* (Zurich, 1958), 58-60 (citado em Thomas, “A Reconsideration of the Ending of Mark”, 410); e Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 79-83.

⁴⁵ Ver Thomas, “A Reconsideration of the Ending of Mark”, 410-12; e Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 79-8. Cf. também Terry, “The Style of the Long Ending of Mark”.

⁴⁶ Cf. Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 83-102 e 109.

⁴⁷ *Ibid.*, 103.

⁴⁸ Thomas, “A Reconsideration of the Ending of Mark”, 409-10.

⁴⁹ Ver Robinson, “The Long Ending of Mark as Canonical Verity”, 66-68.

⁵⁰ Cf. Elliott, “The Last Twelve Verses of Mark: Original or Not?”, 94.

⁵¹ Robinson, “The Long Ending of Mark as Canonical Verity”, 68-72.

⁵² Cf. P. W. van der Horst, “Can a Book End with *gar*? A Note on Mark XVI.8”, *JTS* 23 (1972): 123; F. W. Danker, “Post-script to the Markan Secrecy Motif”, *CTM* 38 (1967): 26; C. F. D. Moule, “St. Mark XVI.8 Once More”, *NTS* 2 (1955): 58-59; W. C. Allen, “St. Mark XVI.8 ‘They Were Afraid.’ Why?” *JTS* 47 (1946): 46; R. P. Meye, “Mark’s Special Easter Emphasis”, *Christianity Today* (1971): 584-86; T. Weeden, *Mark: Traditions in Conflict* (Philadelphia: Fortress, 1971), 44; Norman R. Petersen, “When is the End not the End?” *Interpretation* 34:2 (1980): 160; J. D. Crossan, “Empty Tomb and Absent Lord”, em *The Passion in Mark*, ed. W. Kelber (Philadelphia: Fortress, 1976), 149; e Robert C. Tannehill, “The Gospel of Mark as Narrative Christology”, *Semeia* 16 (1979): 57-95.

⁵³ Garry W. Tromp, “The First Resurrection Appearance and the Ending of Mark’s Gospel”, *NTS* 18 (1971-72): 308-30; Charles J. Reedy, “Mk 8:31-11:10 and the Gospel Ending: A Redaction Study”, *CBQ* 34:2 (1972): 196-97; Rudolf Bultmann, *The History of the Synoptic Tradition* (New York: Harper, 1968), 285; e Joachim Jeremias, *The Eucharistic Words of Jesus* (London: Scribners, 1966), 132.

⁵⁴ Ver resumo dessas teorias em Thomas, “A Reconsideration of the Ending of Mark”, 413-18.

⁵⁵ Elliott, “The Last Twelve Verses of Mark: Original or Not?”, 89. Considerando que, em Marcos, o verbo φοβέομαι no tempo imperfeito (*temiam*) é sempre seguido de um objeto direto – conforme o uso normal no NT e na LXX – Elliott sugere a seguinte tradução literal para o término de Marcos no v. 8:

“porque estavam temerosas que...” (ibid., nota 18).

⁵⁶ Metzger, *The Text of the New Testament*, 22.

⁵⁷ Com base no princípio textual utilizado por críticos textuais alexandrinos dos textos homéricos, como Zenodoto (c. 325-c. 234 AC), Aristófanes (c. 257-180 AC) e Aristarco (c. 220-145 AC), de eliminar “qualquer passagem que fosse considerada ofensiva ou indigna dos deuses”, mesmo que a passagem se encontrasse nas cópias consideradas mais antigas, os quais parecem ter sido adotados por cristãos alexandrinos do Segundo Século AD, como Orígenes (Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 15-17, 21-22, 65-72). Wallace contesta os argumentos de Farmer afirmando que, se há alguma discrepância quanto ao tempo da ressurreição de Jesus, Mateus 28:1 é que estaria em desacordo com os demais evangelhos, e não Marcos; e que, portanto, os escribas poderiam apenas excluir os versos 15-20 de Marcos (Wallace, “Mark 16:8 as the Conclusion to the Second Gospel”, 11-13). Entretanto, as duas dificuldades, acumuladas, parecem sim, justificar a omissão do final longo.

⁵⁸ Ver Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 59-74.

⁵⁹ Ibid., 103.

⁶⁰ Ver Farmer, *The Last Twelve Verses of Mark*, 74-75 (ênfase do autor).

Capítulo 6

CONCLUSÃO

A determinação do texto original do Novo Testamento é uma tarefa em andamento. Os estudiosos da área encontram-se divididos com relação ao lugar das pressuposições na manuscritologia do Novo Testamento, às teorias históricas que expliquem os principais fatos relacionados à história do texto nos primeiros séculos, e às metodologias empregadas para a sua identificação.

Apesar de os textos críticos ecléticos serem utilizados, atualmente, pela vasta maioria dos estudantes, teólogos, ministros e especialistas da área, esse fato representa uma realidade recente da história do texto do Novo Testamento. Foi apenas a partir do final do século dezenove e início do século vinte que esses textos começaram a predominar. Até então, o *Textus Receptus*, uma versão mais ou menos empírica do Texto Majoritário, reinou de maneira quase absoluta. Ainda hoje, algumas poucas instituições e indivíduos continuam a sustentar e promover essa forma de texto e a Versão King James que o utiliza. Outros, por sua vez, entendem que o texto original do Novo Testamento não deve ser buscado através da metodologia crítica de Westcott-Hort e seus seguidores, nem no *Textus Receptus*, mas no Texto Majoritário, o qual pode ser considerado uma versão mais precisa dessa versão empírica do assim chamado Texto Eclesiástico.

A corrente defensora do *Textus Receptus*, apesar de merecer respeito, em função do elevado apreço que manifesta pelo caráter divino das Escrituras, representado nas doutrinas da inspiração, autoridade e preservação, parece falhar no que diz respeito à consideração do seu caráter humano. Os promotores do *Textus Receptus* dão pouca atenção aos fatos históricos e ao emprego de metodologias apropriadas, sustentando essa forma de texto, quase que exclusivamente com base na doutrina da preservação das Escrituras. Segundo Hill, por exemplo, existe uma correspondência entre o modo de preservação do texto do NT e a formação do cânon: ambos foram formados, positivamente, pela seleção das leituras originais e livros canônicos, e, negativamente, pela rejeição das leituras corrompidas e livros não canônicos, por meio da direção do Espírito Santo. Os defensores do *Textus Receptus* dispensam a avaliação das milhares de fontes textuais e o

uso de qualquer critério de identificação de leituras originais, visto que, para eles, a obra está acabada e ela é o seu próprio critério.

Os seguidores de Westcott-Hort, de modo geral, por outro lado, além de não levarem em devida consideração o caráter divino da Bíblia, não parecem fazer justiça ao volume de testemunhas preservadas do texto do Novo Testamento. A preferência exagerada pelos códices Sinaítico e Vaticano, apesar da significativa divergência que apresentam entre si e entre a grande massa de manuscritos, obriga-os a negligenciarem a grande massa de testemunhas textuais preservadas, e a adotarem metodologias internas conflitantes e reconhecidamente subjetivas na seleção das variantes textuais. A predominância da escola textual crítica tem resultado, na compreensão deste autor, em uma estagnação da disciplina e no abandono de qualquer perspectiva de identificar o texto original do Novo Testamento. A enorme semelhança entre os principais textos críticos, atualmente em uso, não provém da análise independente das variantes, conforme as metodologias sustentadas pela corrente, mas da simples padronização conjunta deliberada de um mesmo texto. A prática individual dos princípios e métodos da escola crítica, por estudantes do Novo Testamento, costuma produzir resultados variados, demonstrando, assim, a enorme subjetividade dessa escola textual.

Os defensores do Texto Majoritário procuram, por um lado, fazer justiça ao caráter divino das Escrituras e, ao mesmo tempo, levar em consideração o grande volume de testemunhas preservadas do texto do Novo Testamento. Seus pressupostos bibliológicos são escriturísticos e coerentes, suas teorias históricas são razoáveis e procuram explicar, honestamente, os principais fatos históricos relacionados à história do texto do NT, e as suas metodologias são abrangentes. Elas levam em consideração tanto a antiguidade, como o consenso, a variedade, a continuidade, a qualidade e a razoabilidade das testemunhas.

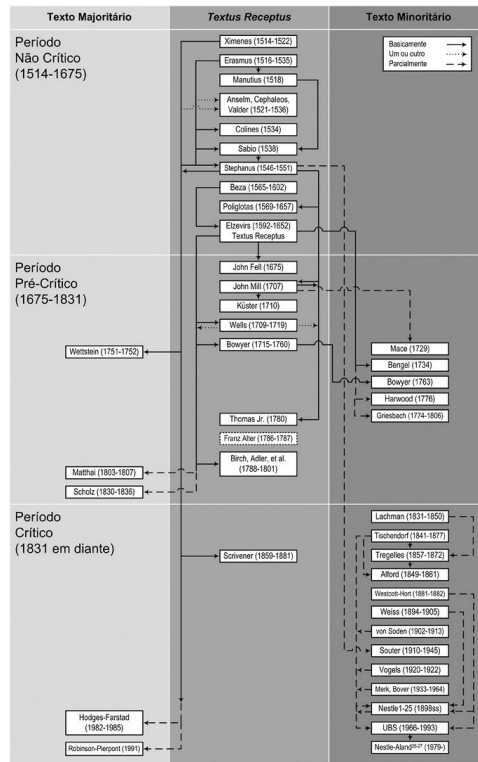
Isso não significa que a defesa do Texto Majoritário não apresente dificuldades. A sustentação dessa forma de texto se depara com problemas relacionados à obscuridade de informações acerca da história do texto do Novo Testamento nos três primeiros séculos, à análise limitada da vasta maioria de manuscritos minúsculos e lecionários existentes, aos tipos textuais das citações patrísticas e de algumas versões importantes (como a siríaca Peshita), à identificação do texto em passagens como a perícopes da mulher adúltera (João 7:53-8:11) e o livro de Apocalipse, onde o testemunho dos documentos preservados encontram-se mais divididos, etc.

Contudo, essas dificuldades podem ser superadas com o aprofundamento das pesquisas da perspectiva do Texto Majoritário. Os defensores dessa forma de texto têm uma história relativamente recente, mas promissora. É convicção deste autor que as incertezas existentes com relação à determinação do texto original do Novo Testamento, diante da abundância, variedade, antiguidade, etc. das fontes preservadas, deve-se, não à impossibilidade de realização dessa tarefa, mas ao desvio do foco das pesquisas, fundamentadas na teoria crítica de Westcott-Hort e seus seguidores. Se o tempo, energia, capacidade e recursos empregados nessas pesquisas fossem redirecionados, provavelmente estaríamos bem mais próximos da identificação do texto original do Novo Testamento do que agora nos encontramos.

Fostes regenerados, não de semente corruptível, mas de incorruptível, mediante a palavra de Deus, a qual vive e é permanente. Pois toda a carne é como a erva; e toda a sua glória como a flor da erva; seca-se a erva e cai a sua flor; a palavra do Senhor, porém, permanece eternamente (1 Pe 1:23-25).

Apêndice 1

GRÁFICO DA HISTÓRIA DO TEXTO IMPRESSO DO NT



Apêndice 2

SUGESTÕES DE TEMAS PARA PESQUISA

Abaixo, sugiro apenas alguns temas para trabalhos de pesquisa na área de manuscritologia do Novo Testamento, para alunos de bacharelado e mestrado em teologia.

1. Manuscritologia na Igreja Antiga: Uma investigação histórica dos fatos relacionados à transmissão do texto do Novo Testamento nesse período.
2. Manuscritologia na Idade Média: Uma investigação histórica dos fatos relacionados à transmissão do texto do Novo Testamento nesse período.
3. Manuscritologia na Reforma: Como os reformadores de modo geral, ou um deles, em particular (Calvino, por exemplo), tratou da questão.
4. Manuscritologia entre os Puritanos: Como os puritanos, de modo geral, ou um deles em particular (John Owen, por exemplo), tratou da questão.
5. A Influência de B. B. Warfield com relação ao Criticismo Textual do Novo Testamento entre os reformados e conservadores em geral.
6. Crítica textual do Novo Testamento no Brasil: Levantamento e resenha do material bibliográfico produzido no Brasil.
7. Estudo mais aprofundado sobre um dos críticos textuais mencionados neste livro.
8. A questão das pressuposições na manuscritologia do Novo Testamento.
9. Investigação aprofundada sobre uma das teorias históricas mencionadas.
10. Investigação mais detalhada sobre um dos métodos mencionados.
11. Estudo comparativo do desempenho de manuscritos ou tipos (famílias textuais) específicos em livros do Novo Testamento.
12. Exposição e avaliação crítica aprofundada da corrente defensora do *Textus Receptus*.
13. Estudo textual de passagens específicas do Novo Testamento.
14. Relação entre a crítica textual do Antigo e do Novo Testamento.
15. Pesquisa e estudo dos manuscritos do Novo Testamento existentes no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- Aland, Barbara. "Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior; Presentation of the First Part: The Letter of James". *TC: A Journal of Biblical Textual Criticism* 3 (1998). Internet: <http://www.reltech.org/TC/v03/Aland1998.html>; acessado em 04/09/2013.
- Aland, Barbara e Klaus Wachtel. "The Greek Minuscule Manuscripts of the New Testament". Em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*. Studies and Documents 46 ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes, 43-60 (Grand Rapids: Eerdmans, 1995).
- Aland, Barbara, Kurt Aland, Gerd Mink, e Klaus Wachtel, eds. *Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior*, vol. 4, Catholic Letters. Installment 1: James. Part 1: Text; Part 2: Supplementary Material. Stuttgart: Deutsche Biblegesellschaft, 1997.
- Aland, Kurt. "The Greek New Testament: Its Present and Future Editions". *Journal of Biblical Literature* 87:2 (1968): 179-86.
- _____. "The Significance of the Papyri for Progress in New Testament Research". Em *The Bible in Modern Scholarship*, ed. J. P. Hyatt, 325-46. New York: Abingdon Press, 1965.
- Aland, K., M. Black, C. M. Martini, B. M. Metzger, e A. Wikgren, eds. *The Greek New Testament*. 3 ed. New York: United Bible Societies, 1975.
- Alford, H. *Alford's Greek Testament: An Exegetical and Critical Commentary*, 4 vols. Grand Rapids: Baker Book House, 1980.
- Allen, W. C. "St. Mark XVI.8 'They Were Afraid.' Why?". *JTS* 47 (1946): 46-49.
- Anderson, George W. "What Today's Christian Needs to Know about The Greek New Testament". Internet: <http://www.tbsbibles.org/articles/what-todays-christian-needs-to-know-about-the-greek-new-testament>; acessado em 18/10/2013.
- Anderson, George W. e Debra E. Anderson. *A Textual Key to the New Testament: A List of Omissions and Changes*. London: Trinitarian Bible Society, 1992.

- Anglada, Paulo R. B. *Introdução à Hermenêutica Reformada: Correntes Históricas, Pressuposições, Princípios e Métodos Linguísticos*. Ananindeua, PA: Knox Publicações, 2006).
- _____. *Introdução à Pregação Reformada: Uma Investigação Histórica sobre o Modelo Bíblico-Reformado de Pregação*. Ananindeua, PA: Knox Publicações, 205.
- _____. “Introdução ao Texto Majoritário: Pressuposições Teológicas, Teorias Históricas e Metodologias”. *Revista Sistemática Equatorial* 1:1 (2009): 51-72.
- _____, ed. *O Novo Testamento Grego: Textus Receptus de Scrivener: Com Apparatus Indicando as Variantes Majoritárias e Ecléticas*. Belém: Editora Clássicos Evangélicos, 1995.
- _____. *Sola Scriptura: A Doutrina Reformada das Escrituras*, 3 ed. Ananindeua, PA: Knox Publicações, 2013.
- _____. “A Teoria de Westcott e Hort e o Texto Grego do Novo Testamento: Um Ensaio em Manuscritologia Bíblica”. *Fides Reformata* 1:2 (1996): 15-30.
- Baarda, Tjitze. “The Syriac Versions of the New Testament”. Em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*, Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes, 97-112. Grand Rapids: Eerdmans, 1995.
- Bardy, Gustave. *Recherches sur Lucien d’Antioche et son École*. Études de Théologie Historique (Paris: G. Beauchesne, 1936).
- Benício, Paulo José. “Manuscritos Gregos na Tradição Textual do Novo Testamento”. *Revista Ciência da Religião – História e Sociedade* 3:1 (2005): 180-90;
- _____. “O Texto Bizantino na Tradição Manuscrita do Novo Testamento”. *Fides Reformata* 8:2 (2003): 39-54
- Birdsall, J. N. “The Recent History of New Testament Textual Criticism (from Westcott and Hort, 1881, to the present)”, ANRW 2:26:1, ed. H Temporini e W. Haase, 123-32. Berlin e New York: de Gruyter, 1992.
- Bittencourt, B. P. “A Contribuição da Crítica Textual aos Labores de Tradução da Bíblia”. *Revista Teológica* 24:32 (1963): 49-54.
- _____. “A Crítica Textual a Serviço da Bíblia”. *Revista Teológica*

25:33-34 (1964): 48-55.

_____. *O Novo Testamento: Cânon, Língua e Texto*. São Paulo: ASTE, 1965.

Black, David Aland. "Mark 16:9-20 as Markan Supplement". Em *Perspectives on the Ending of Mark: Four Views*, ed. Daniel Alan Black, 103-23. Nashville: Broadman & Holman, 2008).

Bloomfield, S. T. "H KAINH ΔΙΑΘΗΚΗ: *The Greek Testament with Notes*, 4 ed. revisada. London: Longman, 1841.

Borland, James A. "Re-Examining New Testament Textual-Criticism Principles and Practices to Negate Inerrancy". *JETS* 25:4 (1982): 499-506.

Broadus, J. A. "Exegetical Studies". *The Baptist Quarterly* 3 (1869): 355-62.

Brock, Sebastian P. "The Use of the Syriac Fathers for New Testament Textual Criticism". Em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*. Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes, 224-36. Grand Rapids: Eerdmans, 1995.

Broman, Vincent. Resenha de *New Testament Greek Manuscripts: Variant Readings arranged in Horizontal Lines against Codex Vaticanus*, por Reuben J. Swanson. *TC: A Journal of Biblical Textual Criticism* 1 (1996).
Internet: <http://rosetta.reltech.org/TC/v01/Swanson1996rev.html>;
acessado em 11/04/2014.

Brown, A. J. *The Word of God Among All Nations: A Brief History of the Trinitarian Bible Society 1831-1981*. London: Trinitarian Bible Society, 1981.

Bruce, F. F. "The History of New Testament Study". Em *New Testament Interpretation*, ed. I. H. Marshall, 21-59. Exeter: The Paternoster Press, 1979.

_____. *The New Testament Documents: Are they Reliable?* Grand Rapids: Eerdmans, 1980.

Bultmann, Rudolf. *The History of the Synoptic Tradition*. New York: Harper, 1968.

Burgon, John William. *The Causes of the Corruption of the Traditional Text of the Holy Gospels: Arranged, Completed and Edited by Edward Miller*.

- London: George Bell and Sons, 1896.
- _____. *The Last Twelve Verses of the Gospel According to S. Mark: Vindicated against Recent Critical Objectors and Established*. Oxford and London: James Parker and Co., 1871.
- _____. *The Revision Revised*. London: John Murray, 1883.
- _____. *The Traditional Text of the Holy Gospels Vindicated and Established*, ed. Edward Miller. London: George Bell and Sons, 1896.
- Carson, D. A. *The King James Version Debate: A Plea for Realism*, 3 ed. Grand Rapids: Baker Book House, 1979.
- Champlin, Russel N. *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo*, 6 vols. ed. Russel N. Champlin. Guaratinguetá, São Paulo: A Voz Bíblica, n.d.
- Clark, Kenneth. W. "The Theological Relevance of Textual Variation in Current Criticism of the Greek New Testament". *Journal of Biblical Literature* 85:1 (1966): 1-16.
- Colwell, Ernest Cadman. "The Complex Character of the Late Byzantine Text of the Gospels". *Journal of Biblical Literature*, 54:4 (1935): 211-21.
- _____. "External Evidence and New Testament Criticism". Em *Studies in the History and Text of the New Testament*, eds. B. L. Daniels e M.J. Suggs. Salt Lake City, UT: University of Utah Press, 1967.
- _____. "Genealogical Method: Its Achievements and its Limitations". *Journal of Biblical Literature*. 66 (1947): 109-33.
- _____. "Scribal Habits in Early Papyri: A Study in the Corruption of the Text". Em *The Bible in Modern Scholarship*, ed. J. P. Hyatt. Abingdon Press, 1965.
- _____. "The Significance of Grouping of New Testament Manuscripts". *New Testament Studies* 4 (1958): 73-92.
- Colwell, Ernest Cadman, Irving Alan Sparks, Frederik Wisse e Paul R. McReynolds. "The International Greek New Testament Project: A Status Report". *Journal of Biblical Literature* 87:2 (1968): 187-97.
- Colwell, Ernest C. e Tune, Ernest W. "The Quantitative Relationships between MS Text-Types". Em *Biblical and Patristic Studies in Memory of Robert Pierce Casey*, eds. J. N. Birdsall e R. W. Thomson, 25-32. Freiburg: Herder, 1963.

- Crossan, John D. "Empty Tomb and Absent Lord". Em *The Passion in Mark*, ed. W. Kelber, 135-52. Philadelphia: Fortress, 1976.
- Danker, F. W. "Postscript to the Markan Secrecy Motif". *CTM* 38 (1967): 24-27.
- Davids, Peter H. "Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior: A Non-Specialist's Perspective". *TC: A Journal of Biblical Textual Criticism* 3 (1998). Internet: <http://rosetta.reltech.org/TC/vol03/Davids1998.html>; acessado em 11/04/2014.
- Ehrman, Barth D. "Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior; An Evaluation". *TC: A Journal of Biblical Textual Criticism* 3 (1998). Internet: <http://rosetta.reltech.org/TC/vol03/Ehrman1998.html>; acessado em 11/04/2014.
- Elliott, J. Keith. "The Forth Edition of the United Bible Societies' Greek New Testament". Paper. Dallas: Majority Text Society, n.d.
- _____. "The Last Twelve Verses of Mark: Original or Not?" Em *Perspectives on the Ending of Mark: Four Views*, ed. Daniel Alan Black, 80-102. Nashville: Broadman & Holman, 2008.
- _____. "Thoroughgoing Eclecticism in New Testament Textual Criticism". Em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*. Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes, 321-60. Grand Rapids: Eerdmans, 1995.
- Epp, Eldon J. "The Claremont Profile Method for Grouping New Testament Minuscule Manuscripts". Em *Studies in the Theory and Method of New Testament Textual Criticism*. Studies and Documents 45, ed. Eldon Jay Epp e Gordon D. Fee, 211-20. Grand Rapids: Eerdmans, 1993.
- _____. "The Papyrus Manuscripts of the New Testament". Em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*. Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes, 3-21. Grand Rapids: Eerdmans, 1995.
- _____. "New Testament Criticism in America; Requiem for a Discipline". *Journal of Biblical Literature* 98:1 (1979): 94-98.
- _____. "New Testament Textual Criticism". Em *The Interpreter's Dictionary of the Bible*, vol. supl., 891-95. Nashville: Abington Press,

1962.

- _____. “The Twentieth Century Interlude in New Testament Criticism”. *Journal of Biblical Literature* 93:3 (1974): 386-414.
- Farmer, William. *The Last Twelve Verses of Mark*. SNTS 25. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- Fee, Gordon D. “The Majority Text and the Original Text of the New Testament”. Em *Studies in the Theory and Method of New Testament Textual Criticism*. Studies and Documents 45, ed. Eldon Jay Epp e Gordon D. Fee, 183-208. Grand Rapids: Eerdmans, 1993.
- _____. “Modern Textual Criticism and the Majority Text: A Rejoinder”. *Journal of the Evangelical Theological Society* 21 (1978): 157-60.
- _____. “Modern Textual Criticism and the Revival of the Textus Receptus”. *Journal of the Evangelical Theological Society* 21:1 (1978): 19-33.
- _____. “The Use of the Greek Fathers for New Testament Textual Criticism”. Em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*. Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes, 191-207 (Grand Rapids: Eerdmans, 1995).
- Friberg, Barbara e Timothy Friberg. *O Novo Testamento Grego Analítico*. São Paulo: Vida Nova, 1987.
- Fuller, D. Otis, ed., *Conterfeit or Genuine?* Grand Rapids: International Publications, 1975, 1978.
- _____. *True or False?* Grand Rapids: International Publications, 1973.
- _____. *Which Bible?* 3 ed. Grand Rapids: International Publications, 1970.
- Gamble, Herry Y. *Books and Readers in the Early Church: A History of Early Christian Texts*. New Haven and London: Yale University Press, 1995.
- Geer Jr., Thomas C. “Analyzing and Categorizing New Testament Greek Manuscripts: Colwell Revisited”. Em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*. Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes, 253-67.

- Grand Rapids: Eerdmans, 1995.
- Gomes, Paulo Sérgio e Odayr Olivetti. *Novo Testamento Interlinear Analítico: Texto Majoritário com Aparato Crítico*. S. Paulo: Editora Cultura Cristã, 2008.
- Grant, Frederick C. "The Greek Text of the New Testament". *The Bible Translator* 2:3 (1951): 117-21.
- Green, Jay P., ed. *Pocket Interlinear New Testament*. Lafayette, Indiana: Associated Publishers & Authors, 1981.
- Greenlee, J. H. *Introduction to New Testament Textual Criticism*. Grand Rapids: William B. Eerdmans, 1980.
- Gregory, G. R. *Canon and Text of the New Testament*. Edinburgh: T & T Clark, 1907.
- Hills, Edward F. *The King James Version Defended*. Des Moines, IO: Christian Research Press, 1956.
- Hodges, Zane C. "The Critical Text and the Alexandrian Family of Revelation". *Bibliotheca Sacra* 119:479 (1962): 129-38.
- _____. "The Ecclesiastical Text of Revelation – Does it Exist?" *Bibliotheca Sacra* 118:470 (1961): 113–22.
- _____. "The Greek Text of the King James Version". *Bibliotheca Sacra* 125:500 (1968): 334-45. Republicado como um capítulo em *Which Bible?* (1970).
- _____. "Modern Textual Criticism and the Majority Text: A Reponse". *Journal of the Evangelical Theological Society* 21 (1978): 143-55.
- _____. "Modern Textual Criticism and the Majority Text A Surrejoinder". *Journal of the Evangelical Theological Society* 21 (1978): 161-64.
- _____. "Rationalism and Contemporary New Testament Textual Criticism". *Bibliotheca Sacra* 128:509 (1971): 27-35.
- _____. "The Woman Taken in Adultery (John 7:53–8:11): The Text". *Bibliotheca Sacra* 136:544 (1980): 318-32.
- Hodges, Zane C. e Arthur L. Farstad. *The Greek New Testament according to the Majority Text*. Nashville, Camden e New York: Thomas Nelson Publishers, 1985.
- Hoskier, Herman C. "The Authorized Version of 1611". *Bibliotheca Sacra*

68:272 (1911): 693-704.

_____. *Codex B and its Allies*, vol. 2. London: Bernard Quaritch, 1914.

_____. *Concerning the Text of the Apocalypse*, 2 vols. London: Bernard Quaritch, 1929.

Jeremias, Joachim. *The Eucharistic Words of Jesus*. London: Scribners, 1966.

Jerome. *Lives of Illustrious Men*. Christian Classics Ethereal Library. Internet: <http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnf203.v.iii.lxxix.html>; acessado em 20/02/2014.

Jones, Douglas. "Defusing Gadamer's Horizons". *Premise* 2:8 (1995): 4.

Kelhoffer, James A. *Miracle and Mission: the Authentication of Missionaries and their Message in the Longer Ending of Mark*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2000.

Kenyon, F. G. *Handbook to the Textual Criticism of the New Testament*, 2 ed. Grand Rapids: William B. Eerdmans, 1951.

Kilpatrick, George D. "The Transmission of the New Testament and its Reliability". *The Bible Translator* 9:3 (1958): 127-36.

Ladd, George Eldon. *The New Testament and Criticism*. Grand Rapids: Eerdmans, 1967.

Lake, Kirsopp. *The Text of the New Testament*, 6 ed. rev. London: Revington, 1928.

Letis, Theodore P, "B. B. Warfield, Common-Sense Philosophy and Biblical Criticism". *American Presbyterians* 69:3 (1991): 175-90.

_____. "Edward Freer Hills's Contribution to the Revival of the Ecclesiastical Text". Th.D. thesis; Candler School of Theology, 1987.

_____, ed. *The Majority Text: Essays and Reviews in the Continuing Debate*. Grand Rapids, MI: Institute for Biblical Textual Studies, 1987.

Lonergan, Bernard J. F. *Method in Theology*. London: Darton, Longman & Todd, 1972.

Luz, Waldyr Carvalho. "Crítica Textual do Novo Testamento". Em *Teses do II Congresso Nacional da Bíblia*, 187-204. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1979.

_____. "O Famoso Papiro 75". *Revista Teológica* 24:32 (1963): 41-48.

_____. ed. *Novo Testamento Interlinear*. São Paulo: Cultura Cristã,

2003.

MacLean, W. *The Providential Preservation of the Greek of the New Testament*. Gisborne, NZ: Westminster Standard, 1977.

Martini, C. M. "New Testament Text". Em *The Interpreter's Dictionary of the Bible*, vol. supl., 884-86. Nashville: Abington Press, 1962.

McReynolds, Paul R. "The Claremont Profile Method and the Grouping of Byzantine New Testament Manuscripts". Ph.D. diss., Claremont Graduate School, 1968.

_____. "The Value and Limitations of the Claremont Profile Method". *Society of Biblical Literature: Book of Seminar Papers* (1972), 1.1-7.

Meye, R. P. "Mark's Special Easter Emphasis". *Christianity Today* (1971): 584-86.

Metzger, Bruce. M. "Ancient Version Text". Em *The Interpreter's Dictionary of the Bible*, vol. 4, 749-60. Nashville: Abington Press, 1962.

_____. *The Early Versions of the New Testament: Their Origin, Transmission, and Limitations*. Oxford: Clarendon Press, 1977.

_____. "Introdução ao Comentário Textual do Novo Testamento". Em *O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo*, vol. I, ed. Russel N. Champlin, 126-30. Guaratinguetá, São Paulo: A Voz Bíblica, n.d.

_____. "The Lucianic Recension of the Greek Bible". Em *Chapters in the History of New Testament Textual Criticism*, NTTS 4, pp. 1-41 (Leiden: Brill e Grand Rapids: Eerdmans, 1963).

_____. "Um Manuscrito Grego dos Quatro Evangelhos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro". *Revista Teológica do Seminário Presbiterano do Sul* 2 (1952): 5-9.

_____. "Patristic Evidence and the Textual Criticism of the New Testament". *NTS* 17 (1971-1972): 379-400.

_____. *The Text of the New Testament: Its Transmission, Corruption, and Restoration*. New York e Oxford: Oxford University Press, 1968.

_____. *A Textual Commentary on the Greek New Testament*. London e New York: United Bible Societies, 1975.

Michaels, J. Ramsey. "Some Notable Readings of the Papyrus Bodmer II". *The Bible Translator* 8:4 (1957): 150-54.

- Moore, David L. "The Chalange of the Majority Text: Should We Reevaluate Our Critical Methods?". Internet: <http://members.aol.com/dvdmoore/html/majtext/txcrmthd.htm>; acessado em 25/03/2014.
- Moule, C. F. D. "St. Mark XVI.8 Once More". *NTS* 2 (1955): 58-59.
- Nestle, Ebehard. *Introduction to the Textual Criticism of the Greek New Testament*, 2 ed. London: Williams and Norgate, 1901.
- Nestle, Ebehard e Kurt Aland. *Novum Testamentum Graece*, 26 ed. Stuttgart: Deutshe Bibelstiftung, 1979.
- North, J. Lionel. "The Use of the Latin Fathers for New Testament Textual Criticism". Em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*. Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes, 208-23. Grand Rapids: Eerdmans, 1995.
- Oliver, H. H. "Present Trends in the Textual Criticism of the New Testament". *Journal of Bible and Religion* 30 (1962): 311-12.
- Parker, D. C. "A Critique of the *Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior*". *TC: A Journal of Biblical Textual Criticism* 3 (1998). Internet: <http://rosetta.reltech.org/TC/v03/Parker1998.html>; acessado em 11/04/2014.
- Paroschi, Wilson. *Crítica Textual do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1993.
- Parvis, M. M. "The Nature and Task of New Testament Textual Criticism". *The Journal of Religion* 32 (1952): 173
- _____. "New Testament Text". Em *The Interpreter's Dictionary of the Bible*, vol. 4, pp. 594-614. Nashville: Abington Press, 1962.
- Petersen, Norman R. "When is the End not the End? Literary Reflections on the Ending of Mark's Narrative". *Interpretation* 34:2 (1980): 151-66
- Petersen, William L. "Some Remarks on the First Volume (The Epistle of James) of the *Novum Testamentum Graecum Editio Critica Maior*". *TC: A Journal of Biblical Textual Criticism* 3 (1998). Internet: <http://rosetta.reltech.org/TC/v03/Petersen1998.html>; acessado em 11/04/2014.
- Pickering, Wilbur N. *The Identity of the New Testament Text*. Revised

Edition, Nashville: Thomas Nelson Publishers, 1980; 3 ed., Eugene, OR: Wipf & Stock, 2012.

_____. “Mark 16:9-20 and the Doctrine of Inspiration”. Paper. Dallas: Majority Text Society, 1990.

_____. “‘Queen Anne...’ and All That: A Response”. *Journal of the Evangelical Theological Society* 21:2 (1978): 165-67.

_____. “The Reliability of von Soden and the H-F Majority Text”. Paper. Dallas: Majority Text Society, 1968.

Poggemiller, Dwing. “Hermeneutics and Epistemology: Hirsch’s Author Centered Meaning, Radical Historicism and Gadamer’s *Truth and Method*”. *Premise* 2:8 (1995): 10.

Ray, Jasper J. *God Wrote Only One Bible*. Junction City, OR: Eye Opener Pub., 1980.

Reedy, Charles J. “Mk 8:31-11:10 and the Gospel Ending: A Redaction Study”. *Catholic Biblical Quarterly* 34:2 (April 1972): 188-97

Richards, W. L. “A Critique of a New Testament Text-Critical Methodology – The Claremont Profile Method”. *Journal of Biblical Literature* 96:4 (1977): 555-66.

_____. “Manuscripts Grouping in Luke 10 by Quantitative Analysis”. *Journal of Biblical Literature* 98:3 (1979): 379-91.

Riplinger, G. A. *New Age Bible Versions*. Munroe Falls, OH: A.V. Publications, 1993.

Robinson, Maurice A. “The Long Ending of Mark as Canonical Verity”. Em *Perspectives on the Ending of Mark: Four Views*, ed. Daniel Alan Black, 40-79. Nashville: Broadman & Holman, 2008.

_____. “New Testament Greek Continuous-text MSS Ordered by Century”. *TC: A Journal of Biblical Textual Criticism*. Internet: <http://rosetta.reltech.org/TC/extras/Robinson-list.html>; acessado em 28/08/2013.

Robinson, Maurice A. e William G.. Pierpont, eds. *The New Testament in the Original Greek: According to the Byzantine/Majority Textform*. Atlanta: The Original Word Publishers, 1991.

Royse, James R. “Scribal Tendencies in the Transmission of the Text of the New Testament”. Em *The Text of the New Testament in Contemporary*

- Research: Essays on the Status Quaestionis*. Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman and Michael W. Holmes, 239-54. Grand Rapids: Eerdmans, 1995.
- Ruckman, Peter S. *The Bible Babel*. Pensacola: Bible Believers Press, 1994.
- _____. *The Christian's Handbook of Manuscript Evidence*. Pensacola: Pensacola Bible Press, 1970.
- _____. *Problem Texts*. Pensacola: Pensacola Bible Press, 1980.
- Salmon, George. *Some Thoughts on the Textual Criticism of the New Testament*. London: John Murray, 1897.
- Sayão, Luiz, ed. *Novo Testamento Trilíngue*. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- Schaff, Philip, ed. *The Nicene and Post-Nicene Fathers*. Second Series, vol. 1, *Church History*, 8:2, por Eusebius. Albany, Oregon: Ages, 1997.
- Scholz V. e R. G. Bratscher. *Novo Testamento Interlinear Grego-Português*. Barueri, SP: SBB, 2004.
- Scrivener, Frederick H. A. *A Plain Introduction to the Criticism of the New Testament for the Use of Biblical Students*, vol. 2. London: George Bell & Sons, 1894.
- Silva, Moisés. "Modern Critical Editions and Apparatuses of the Greek New Testament". Em *The Text of the New Testament in Contemporary Research: Essays on the Status Quaestionis*. Studies and Documents 46, ed. Bart D. Ehrman e Michael W. Holmes, 283-96 (Grand Rapids: Eerdmans, 1995).
- Skilton, John H. *The Infallible Word*. Philadelphia: Presbyterian Guardian, 1946.
- _____. "The New Testament Text Today". Em *The New Testament Student and his Field*, vol. 5, ed. J. H. Skilton e Curtis A. Ladley, 3-26, Phillipsburg, New Jersey: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1982.
- Snapp, James Edward. "The Authenticity of Mark 16:9-20". Internet: <http://www.textexcavation.com/snapp/PDF/snappmark.pdf>; acessado em 06/03/2014.
- Souter, A. *The Text and Canon of the New Testament*. London: Duckworth, 1913.
- Stanton, Graham N. "Presuppositions in New Testament Criticism". Em *New*

- Testament Interpretation: Essays on Principles and Method*, ed. I. H. Marshall, 60-74. Exeter: The Paternoster Press, 1979.
- Sturz, Harry A. *The Byzantine Text-Type and New Testament Textual Criticism*. Nashville, TN: Thomas Nelson, 1984.
- Suggs, M. J. "The Use of Patristic Evidence in the Search for a Primitive New Testament Text". *NTS* 4 (1957-1958): 139-47
- Swanson, Reuben J. *New Testament Greek Manuscripts: Variant Readings arranged in Horizontal Lines against Codex Vaticanus*, 4 vols., foreword by Bruce Metzger. Sheffield Academic Press e Pasadena: William Carey International University Press, 1995.
- Tannehill, Robert C. "The Gospel of Mark as Narrative Christology". *Semeia* 16 (1979): 57-95.
- Taylor, Richard A. "Queen Anne Resurrected? A Review Article". *Journal of the Evangelical Theological Society* 20:4 (1977): 377-81.
- _____. "Queen Anne" Revisited: A Rejoinder". *Journal of the Evangelical Theological Society* 21:2 (1978): 169-71.
- Terry, Bruce. "The Style of the Long Ending of Mark". Internet: <http://bible.ovu.edu/terry//articles/mkendsty.htm>; accessed em 05/03/2014.
- Thiessen, H. C. *Introduction to the New Testament*. Grand Rapids: Eerdmans, 1955.
- Thomas, John Christopher. "A Reconsideration of the Ending of Mark", *JETS* 26:4 (1983): 409-19.
- Tregelles, S. P. *An Account of the Printed text of the Greek New Testament*. London: Samuel Bagster, Paternoster Row, 1854.
- Tromp, Garry W. "The First Resurrection Appearance and the Ending of Mark's Gospel". *NTS* 18 (1971-72): 308-30
- Vagnay, Léon. *An Introduction to the Textual Criticism of the New Testament*, trad. B. V. Miller. London: Sands and Company, 1937.
- van Bruggen, J. *The Ancient Text of the New Testament*. Winnipeg: Premier Printing, 1976.
- _____. "De Mondige Bijbeltekst en de Tekst van het Nieuwe Testament," *Met andere Woorden* 7 (1988): 6-10.
- _____. "Reactie op het Artikel van Prof. de Jonge," *Met andere*

- Woorden 7 (1988) 12.
- _____. “De Vertrouwing der Schriften,” *Met andere Woorden* 8 (1989) 17–18.
- van der Horst, P. W. “Can a Book End with *gar*? A Note on Mark XVI.8”. *JTS* 23 (1972): 123
- Vööbus, A. “Siriatic Versions”. Em *The Interpreter’s Dictionary of the Bible*, vol. supl., 848-54. Nashville: Abington Press, 1962.
- _____. *Studies in the History of the Gospel Text in Syriac II: New Contributions to the Sources Elucidating the History of the Traditions, with an Appendix: The Discovery of New Sources for the Archaic Text of the Book of Acts*. CSCO 496, Subsidia 79, 1-34. Louvain: Peters, 1987.
- Wachtel, Klaus. “Response to Four Reviews of the James Volume of the *Editio Critica Maior*”. *TC: A Journal of Biblical Textual Criticism* 3 (1998). Internet: <http://rosetta.reltech.org/TC/v03/Wachtel1998.html>; acessado em 11/04/2014.
- Waite, Donald A. *Defending the King James Bible: A Four-fold Superiority*. Collingswood, NJ: Bible for Today Press, 1992.
- _____. *The Four-Fold Superiority of the King James Version*. Internet: <http://av1611.com/kjbp/articles/waite-fourfold1.html>; acessado em 05/09/2013.
- Wallace, Daniel B. “The Greek New Testament according to the Majority Text; A Review Article”. *Grace Theological Journal* 4:1 (1983): 119-26.
- _____. “The Majority Text and the Original Text: Are They Identical?”. *Bibliotheca Sacra* 148:590 (1991): 151-59.
- _____. “The Majority-Text Theory: History, Methods and Critique”. *Journal of Evangelical Theological Society* 37:2 (1994): 185-215.
- _____. “Mark 16:8 as the Conclusion to the Second Gospel”. Em *Perspectives on the Ending of Mark: Four Views*, ed. Daniel Alan Black, 1-39. Nashville: Broadman & Holman, 2008.
- _____. “Some Second Thoughts on the Majority Text”. *Bibliotheca Sacra* 146:583 (1989): 270-90.
- Waltz, Robert B. “The Claremont Profile Method”. *The Encyclopedia of New Testament Textual Criticism* home-page. Internet: <http://www.skypoint.com/~waltzmn/CPM.html>; acessado em 03/01/1999.

- Warfield, Benjamin Breckenridge. *An Introduction to the Textual Criticism of the New Testament*, 5 ed. London: Hodder and Stoughton, 1896.
- _____. *The Westminster Assembly and Its Work*. New York: Oxford University Press, 1931.
- Weeden, T. *Mark: Traditions in Conflict*. Philadelphia: Fortress, 1971.
- Wenham, D. "Source Criticism". Em *New Testament Interpretation*, ed. I. H. Marshall, 139-49. Exeter: The Paternoster Press, 1979.
- Westcott, B. F e Hort, F. J. A. *The New Testament in the Original Greek: Introduction and Appendix*. New York: Harper & Brothers, 1882.
- Wilker, Wieland. "Complete List of Greek NT Papyri". Internet: <http://www-user.uni-bremen.de/~wie/texte/Papyri-list.html> (acessado em 28/08/2013)
- Wisse, Frederick. "The Claremont Profile Method for the Classification of Byzantine New Testament Manuscripts: A Study in Method". Ph.D. diss., Claremont Graduate School, 1968.
- _____. *The Profile Method for the Classification and Evaluation of Manuscript Evidence*. Grand Rapids: Eerdmans, 1982.
- Wisselink, Willen Franciscus. *Assimilation as a Criterion for the Establishment of the Text: A Comparative Study on the Basis of Passages from Matthew, Mark and Luke*. Kampen: J. H. Kok, 1989.
- Zuntz, Günther. *The Text of the Epistles*. London: Oxford University Press, 1953.

Table of Contents

Prefácio

Introdução

Assunto e Delimitação

Relevância

Problemas e Situação

1: História do Texto

Igreja Antiga: Obscuridade de Informações

Idade Média: Padronização do Texto Manuscrito

Reforma: Padronização do Textus Receptus

Pós-Reforma: Acúmulo de Evidências Textuais

Moderna: Predomínio dos Textos Ecléticos e Reações à Escola de Westcott-Hort

História da Disciplina no Brasil

2: O Textus Receptus

Pressuposições Teológicas

Teorias Históricas

Metodologias

Conclusões

3: Os Textos Ecléticos

Pressuposições Teológicas e Filosóficas

Teorias Históricas

Metodologias

Conclusão

4: O Texto Majoritário

Pressuposições Teológicas e Filosóficas

Teorias Históricas

Metodologias

Conclusão

5: Exemplo Prático: O Final DO EVANGELHO de Marcos

Evidências Externas

O Testemunho de X e B Contra o Final de Marcos

Conclusão

6: Conclusão

Apêndice 1: Gráfico da História do Texto Impresso do NOVO TESTAMENTO

Apêndice 2: Sugestões de Temas para Pesquisa
Bibliografia